

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU

Émile Fróis Rios Mariz

AMBIÊNCIA INFANTIL EM ESPAÇOS PÚBLICOS:

Um estudo entre a Praça e o Parque Estadual Lagoa da Jansen em São Luís, Maranhão

São Luís -MA

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

CENTRO DE CIENCIAS TECNOLOGICAS – CCT

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU

Émile Fróis Rios Mariz

AMBIÊNCIA INFANTIL EM ESPAÇOS PÚBLICOS:

Um estudo entre a Praça e o Parque Estadual Lagoa da Jansen em São Luís, Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Nadia Freitas Rodrigues

Orientador: Prof. José Agnaldo Mota Júnior

São Luís -MA

2022

Mariz, Émile Fróis Rios.

Ambiência infantil em espaços públicos: um estudo entre a praça e o parque estadual da Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão. / Émile Fróis Rios Mariz – São Luís, 2024.

121 f.: il.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

Orientador: Profa. Me. Nadia Freitas Rodrigues.

1. Espaços públicos. 2. Ambiência infantil. 3. Acessibilidade. I. Título.

CDU: 712.253:72.051(812.1)

Elaborada por Raimunda Aires - CRB 13/939

Émile Fróis Rios Mariz

AMBIÊNCIA INFANTIL EM ESPAÇOS PÚBLICOS:

Um estudo entre a Praça e o Parque Estadual Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: São Luís, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. Nadia Freitas Rodrigues (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. MSc. José Agnaldo Mota Júnior (Avaliador interno)

Universidade Estadual do Maranhão

Ana Cláudia Batista Peixoto Cunha da Silva (Avaliadora externa)

Arquiteta e Urbanista

Ao meu avô querido (*in memoriam*), como o primeiro e principal incentivador do meu sonho, me presenteou com um conjunto de desenho técnico na 8ª série do ensino fundamental, para que eu treinasse e me tornasse uma grande profissional um dia.

Tudo começou com seu apoio, vovô. Obrigada!
Saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica nos transforma. Com certeza este trabalho é a conclusão de um ciclo. Mas, mais do que isso, é um atestado de mudança. Hoje, ao recordar, sinto saudade da jovem sonhadora e ingênua que iniciou o curso de Arq & Urb em agosto de 2015. Ao mesmo tempo me vejo transbordando em gratidão por todos os agentes que influenciaram a mulher que me tornei e a graduação profissional.

Muitas aventuras e desventuras nesses 7 anos de desenvolvimento acadêmico e pessoal. Nada teria significado ou êxito se em minha jornada não existisse um DEUS todo poderoso e misericordioso que a todo momento, mesmo sem eu merecer, me guarda, guia, sustenta, protege, perdoa e purifica. E, sei que, segura na salvação em Cristo Jesus, posso estar contente em todo momento e em toda as situações. Sou feliz e grata por reconhecer a Cristo como meu Salvador e pela sua abundante graça que nos resgata e redime! Como diz o hino 375 do cantor cristão: Sempre vivendo em seu grande amor, me regozijo em meu Salvador! Esperançoso vivo na luz, pela bondade do meu Jesus!

Sou feliz e grata por fazer parte de uma família amorosa que sempre esteve presente em todos os momentos, me orientando, ensinando e apoiando.

Sou feliz e grata a meu pai, a quem amo profundamente. Agradeço por compartilhar o sonho que um dia foi dele e que se tornou o meu. Meu pai, com muito esforço e sacrifício, me ajudou a alcançar. Ele é meu grande exemplo de homem, pai, filho e servo idôneo e íntegro, obrigada por toda incentivo sempre!

Sou feliz e grata a minha mãe que, sempre com pura dedicação e entrega, criou a mim e minha irmã, formando em nós caráter e princípios genuínos e nos instruindo a ser mulheres virtuosas. Como transcrever o amor que sinto em um texto tão curto? Te amo e lhe admiro MUITO!

Sou feliz e grata a minha irmã que, mesmo tão diferente de mim, sempre foi tão parte de mim. Obrigada pela parceria e cumplicidade sempre! Admiro imensamente a mulher incrível, forte e bela que você se tornou. Te amo!

Sou feliz e grata pelo marido companheiro, zeloso, dedicado e cuidadoso que tenho. A todo momento, em todas as etapas, se sacrificou por mim e me apoiou, incentivou, cuidou, preservou e amou. Assumi várias demandas para que eu pudesse me dedicar a concluir essa

etapa, suportou a minha ausência e isolamento necessários mesmo quando isso gerou desconforto e fadiga. Suas atitudes são provas de amor diárias. Você me faz muito feliz! Deus cruzou nossos caminhos e eu não poderia ter recebido um presente maior e melhor! Amo-te, meu bem!

Sou feliz e grata pelas orientações assertivas da Professora Nádia. Não teria conseguido terminar sem o seu auxílio. Em muitos momentos extrapolou o vínculo professora-aluna e certamente me acolheu como amiga, ajudando a produzir, consolando, instruindo e direcionando em todas as etapas com muita sabedoria, paciência, diligência e competência. Muito obrigada pelo seu trabalho, pela sua humanidade, pela sua compreensão em incontáveis momentos e por ter permanecido ao meu lado mesmo depois de várias tentativas frustradas de conclusão. Finalmente chegamos ao final!

E, por fim, sou feliz e grata pelos meus amigos e irmãos que sempre se fazem presente estendendo a mão, ajudando, escutando, aconselhando e encorajando. Agradeço as orações, a força que transmitiram através de palavras e gestos, o carinho em vários momentos, e, por toda diversão que sempre proporcionam. Atitudes que ajudam tanto a aliviar e confortar o coração. Agradeço a minha amiga e futura sócia Letícia Bastos. Seu apoio foi necessário e precioso, você é incrível! À minha sogra e sogro que sempre são suporte para mim e meu marido, muito obrigada pela constante disposição em ajudar e por todo carinho! Agradeço ainda a todos os amigos e profissionais que fazem parte da Universidade Estadual do Maranhão, no Curso de Arquitetura e Urbanismo. Vou sentir saudades.

Grata, Émile Fróis Rios Mariz.

“Children are a kind of indicator species. If we can build
a successful city for children, we will have a successful
city for all people.”

— Enrique Peñalosa, Mayor of Bogotá

RESUMO

Os espaços públicos devem proporcionar uma boa interação de todas as pessoas com a cidade e oferecer possibilidades de vivenciar o lazer e deslocamentos facilitados como equiparação de oportunidades. Planejar e projetar espaços públicos com ambiência infantil adequada, além de favorecer o desenvolvimento das crianças, pode elevar a qualidade de vida das pessoas, incentivar uma sociedade mais atenta às questões urbanas, conferir cidadania, despertar sentido de coletividade e sentimento de pertencimento, inclusão, acolhimento e vizinhança. Nesse sentido, esse Trabalho de Conclusão de Curso trata de uma temática voltada para os espaços públicos e lazer infantil, e, possui como objetivo o estudo sobre ambiência infantil em um recorte urbano que envolve a Praça da Lagoa da Jansen, a Praça do Foguete e parte do Parque da Lagoa da Jansen na cidade de São Luís, Maranhão. Como forma de elaboração e condução inicial para o desenvolvimento do trabalho, tem-se a elaboração de um referencial teórico que aborda conceitos de espaços públicos e ambiência, assim como também questões como desenho universal, acessibilidade e lazer infantil. De forma a complementar o suporte para o estudo realizado, apresenta-se também princípios como recomendações para o planejamento e projeto de espaços urbanos voltados para as crianças, e, referências projetuais como exemplos de espaços públicos preparados e qualificados para o lazer infantil. Como resultados, tem-se uma leitura do objeto de estudo confrontado com as recomendações dos autores estudados e também uma abordagem geral de identificação dos espaços públicos mais significativos voltados para o lazer infantil na cidade de São Luís.

Palavras-chaves: espaços públicos; ambiência infantil; acessibilidade.

ABSTRACT

Public spaces should provide a good interaction of all people with the city and offer possibilities to experience leisure and displacements facilitated as equal opportunities. Planning and designing public spaces with appropriate children's ambience, besides favoring the development of children, can raise the quality of life of people, encourage a society more attentive to urban issues, confer citizenship, awaken sense of collectivity and sense of belonging, inclusion, welcome and neighborhood. In this sense, this Course Conclusion Work deals with a theme focused on public spaces and children's leisure, and has as its objective the study of children's ambience in an urban section that involves the Praça da Lagoa da Jansen, the Praça do Foguete and part of the Lagoa da Jansen Park in the city of São Luís, Maranhão. As a way of elaboration and initial conduction for the development of the work, there is the elaboration of a theoretical framework that addresses concepts of public spaces and ambience, as well as issues such as universal design, accessibility and children's leisure. In order to complement the support for the study, we also present principles as recommendations for the planning and design of urban spaces for children, and project references as examples of public spaces prepared and qualified for children's leisure. As results, we have a reading of the object of study confronted with the recommendations of the authors studied and also a general approach to identify the most significant public spaces for children's leisure in the city of São Luís.

Key-words: public spaces; children's ambience; accessibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Uso de bicicletas para deslocamentos e lazer das crianças em em Bogotá.....	41
Figura 2 - Zona prioritária para crianças ao redor de creches em Bogotá.	42
Figura 3 - Projeto Integral TransMiCable	43
Figura 4 – Espaços Públicos que compõem o Projeto Integral TransMiCable	43
Figura 5 - Projeto Integral TransMiCable	44
Figura 6 - Projeto Integral TransMiCable	44
Figura 7 – Modelo de Superblocos.....	45
Figura 8 - Espaços cidadãos em Superblocos.....	45
Figura 9 - Parque Infantil Bicentenário	46
Figura 10 - Parque Infantil Bicentenário	46
Figura 11 - Parques pop-up em Leeds	47
Figura 12 - Parque Recreativo do Alto da Serafina.....	48
Figura 13 – Ambientes do Jardim da Estrela.....	49
Figura 14 - Parque Urbano do Neudel.....	49
Figura 15 - Parque Urbano do Jamor.....	50
Figura 16 - Parque da Liberdade	50
Figura 17 - Parque da Liberdade	51
Figura 18 - Divisão territorial da Ilha do Upaon-Açu	53
Figura 19 – Esquema de Localização de Ilha Upaon-Açu	54
Figura 20 - Mapa do Brasil e do Maranhão.....	55
Figura 21 - Mapa de Localização do Golfão Maranhense.....	56
Figura 22 – A ilha e São Luís	57
Figura 23 - Localização das principais praças do Centro de São Luís	58
Figura 24 – Praça Deodoro e Praça da Bíblia e seus espaços lúdicos para crianças.	59
Figura 25 – Praças de São Luís voltadas ao lazer, descanso e contemplação.	59
Figura 26 - Praças de São Luís voltadas ao lazer, descanso e contemplação.....	60
Figura 27 - Praças de São Luís voltadas ao lazer, descanso e contemplação.....	60
Figura 28 - Fotos aéreas de espaços dedicados ao público infantil na região das praias.	61
Figura 29 – Fotos aéreas de algumas praias da cidade de São Luís.	62
Figura 30 - Mapa de Localização das Praias de São Luís	62
Figura 31 - Mapa de Localização de Parques da Cidade de São Luís.....	64
Figura 32 - Vista Aérea Parque Quinta do Diamante	65
Figura 33 - Vista Aérea do Parque do Bom Menino	65
Figura 34 - Área do Parque do Bom Menino dedicada ao público infantil.....	66
Figura 35 - Vista Aérea do Parque Botânico Vale	66
Figura 36 - Vista Aérea do Parque da Vila Palmeira	67
Figura 37 - Vista Aérea do Parque São João Paulo II	67
Figura 38 - Vista Aérea do Parque do Rangedor.....	68
Figura 39 - Vista Aérea do Parque do Itapiracó	68
Figura 40 - Vista Aérea da APA do Maracanã e do Parque do Bacanga	69
Figura 41 - Vista Aérea do Parque da Lagoa da Jansen	69
Figura 42 - Mapa de Entorno de Lagoa da Jansen	70
Figura 43 - Mapa de Localização da Lagoa da Jansen	71
Figura 44 - Foto de Bueiro Celular instalado sobre o Igarapé da Jansen	73
Figura 45 - Unidades de paisagem da área da Lagoa da Jansen; 1967.....	74

Figura 46 - Imagem de Satélite e Uso e Ocupação do Solo em 1975 - Lagoa da Jansen.....	75
Figura 47 - Fotos de Satélite e Uso e Ocupação do Solo em 2011 - Lagoa da Jansen.....	75
Figura 48 - Setores do Parque ecológico da Lagoa da Jansen.....	77
Figura 49 - Praças, Concha Acústica e Arena das quadras de areia no ano Inaugural.....	77
Figura 50 - Espaço ocioso que deu origem à Praça Frei Antônio	78
Figura 51 – Três áreas que deram origem à Praça da Lagoa.	79
Figura 52 - Traçado viário ao redor do espaço urbano ante e depois da intervenção.	79
Figura 53 - Imagens 3D e de Execução do Playground interativo para a Praça do Foguete....	80
Figura 54 - Mapa de Recorte Espacial (Objeto de Estudo)	81
Figura 55- Fotos de Vias para automóveis, ciclistas e pedestres 01.....	84
Figura 56 - Fotos de Vias para automóveis, ciclistas e pedestres 02.....	85
Figura 57 - Fotos de Impactos Ambientais no entrono da Laguna 01.....	85
Figura 58 - Fotos de Impactos Ambientais no entrono da Laguna 02.....	86
Figura 59 – Indicação de setores da Praça Feri Antônio	86
Figura 60 - Indicação de vistas fotográfica da Praça Frei Antônio	87
Figura 61 - Fotos de vistas 1, 2 e 3 diurnas da Praça Frei Antônio.	87
Figura 62 - Fotos de vistas 4 diurna e 2 noturna Praça Frei Antônio.	88
Figura 63 - Fotos de vista 5 diurna e noturna da Praça Frei Antônio.....	88
Figura 64 - Fotos de Vista 6 diurna e noturna da Praça Frei Antônio.	89
Figura 65 - Indicação de setores da Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos	89
Figura 66 – Indicação de áreas da Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos.....	90
Figura 67 - Indicação de vistas fotográfica da Área 01 da Praça Esportiva.	90
Figura 68 - Fotos de Vista 1 diurna e 2 noturna da Área 01 da Praça Esportiva.....	91
Figura 69 - Fotos de Vista 7 diurna e noturna da Área 01 da Praça Esportiva.....	91
Figura 70 - Fotos de Vista 3 diurna e 4 noturna da Área 01 da Praça Esportiva.....	92
Figura 71 - Fotos de Vista 5 diurna e 6 noturna da Área 01 da Praça Esportiva.....	92
Figura 72 - Fotos de Vista 8, 9, 10 e 11 diurnas da Área 01 da Praça Esportiva.	93
Figura 73 - Indicação de vistas fotográfica da Área 02 da Praça Esportiva.	93
Figura 74 - Fotos de Vista 1 diurna e 2 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.	94
Figura 75 - Fotos de Vista 3 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.	94
Figura 76 - Fotos de Vista 4 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.	95
Figura 77 - Fotos de Vista 5 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.	95
Figura 78 - Indicação de setores da Arena Domingos Leal.....	96
Figura 79 - Indicação de vistas fotográfica da Arena Domingos Leal	96
Figura 80 - Fotos de Vista 1, 2, 3 e 4 diurna da Arena Domingos Leal	97
Figura 81 - Indicação de setores da Concha Acústica	98
Figura 82 - Indicação de vistas fotográfica da Concha Acústica	98
Figura 83 - Fotos de Vista 1 e 2 diurna da Concha Acústica.	99
Figura 84 - Fotos de Vista 3 e 4 diurna da Concha Acústica	99
Figura 85 - Fotos de Vista 5 diurna e 6 diurna e noturna da Concha Acústica.	100
Figura 86 - Indicação de setores da Praça da Lagoa e Praça do Foguete.	100
Figura 87 - Indicação de áreas da Praça da Lagoa e Praça do Foguete	101
Figura 88 - Indicação de vistas fotográfica da Área 01 da Praça da Lagoa e Praça do Foguete.	101
Figura 89 - Fotos de Vista 1 e 2 diurna e 3 diurna e noturna da Área 01 da Praça do Foguete.	102
Figura 90 - Fotos de Vista 4 e 5 noturnas da Área 01 da Praça do Foguete.....	102

Figura 91 - Fotos de Vista 6 e 7 diurnas e da Área 01 da Praça do Foguete.	103
Figura 92 - Fotos de Vista 8, 9 e 10 diurnas da Área 01 da Praça do Lagoa.....	103
Figura 93 - Fotos de Vista 11 e 12 diurnas e 13 noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.....	104
Figura 94 - Fotos de Vista 14 diurna, 15 noturna e 16 diurna da Área 01 da Praça do Lagoa.	104
Figura 95 - Fotos de Vista 17 diurnas e 18 noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.	105
Figura 96 - Fotos de Vista 19 e 20 diurnas da Área 01 da Praça do Lagoa.....	105
Figura 97 - Fotos de Vista 21 e 22 diurnas e 23 noturnas da Área 01 da Praça do Lagoa.	106
Figura 98 - Fotos de Vista 24 diurna e noturna, 25 diurna e 26 noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.	106
Figura 99 - Fotos de Vista 27 e 28 diurna e 29 noturna e 30 diurna da Área 01 da Praça do Lagoa.	107
Figura 100 - Fotos de Vista 31 diurna e noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.....	107
Figura 101 - Indicação de vistas fotográfica da Área 02 da Praça da Lagoa e Praça do Foguete.	108
Figura 102 - Fotos de Vistas 01 e 02 diurna e 03 diurna e noturna da Área 02 da Praça da Lagoa.	108
Figura 103 - Fotos de Vistas 04 diurna e noturna da Área 02 da Praça da Lagoa.....	108
Figura 104 - Fotos de Vistas 05 diurna e noturna da Área 02 da Praça da Lagoa.....	109
Figura 105 - Fotos de Vistas 06, 07, 08 e 09 diurna da Área 02 da Praça da Lagoa.	109
Figura 106 - Fotos de Vistas 10 diurna, 11 diurna e noturna e 12 diurna da Área 02 da Praça da Lagoa.	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Espaços Públicos	16
2.2	Ambiência em Arquitetura e Urbanismo	23
2.3	Desenho Universal e Acessibilidade	25
2.4	Os Espaços Públicos e o Lazer Infantil	28
2.5	Princípios para Ambiência Infantil em Espaços Públicos.....	30
2.5.1	Trânsito e Deslocamentos Seguros.....	32
2.5.2	Acessos Facilitados e Áreas Verdes	35
2.5.3	Espaços Lúdicos	36
2.5.4	Cidade Inclusiva e Infraestrutura Infantil.....	38
2.5.5	Referencias Projetuais	41
3	SÃO LUÍS, PARQUES E PRAÇAS	51
3.1	Localização e Dados Morfológicos	53
3.2	São Luís e alguns Espaços Públicos de Lazer em Destaque.....	57
4	RECORTE TERRITORIAL ESTUDADO: Parque Estadual da Lagoa da Jansen, Praça da Lagoa e Praça do Foguete.....	70
4.1	Histórico e Identificação do Recorte Espacial – Objeto de Estudo	72
4.2	Leitura e Análise Técnica.....	81
4.2.1	Caminhos e Natureza.....	84
4.2.2	Praça Frei Antônio.....	86
4.2.3	Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos	89
4.2.4	Arena Domingos Leal.....	96
4.2.5	Concha Acústica.....	97
4.2.6	Praça da Lagoa e Praça do Foguete.....	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
6	REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

A cidade com seus espaços públicos, suas paisagens, suas edificações e a interação proposta pelo meio, influenciam diretamente o comportamento e as emoções das pessoas. Por isso, é importante que os espaços públicos e o meio construído sejam cuidadosamente planejados. Assim, a arquitetura e o urbanismo são cada vez mais relevantes para a saúde e o bem-estar social e devem continuar a contribuir para o desenvolvimento das cidades. Portanto, é imprescindível considerar o planejamento urbano, a gestão pública e o projeto dos espaços públicos de forma racional, objetiva e que atenda as diversas necessidades das pessoas, visando o bem-estar de todos na interação com a cidade.

Nesse sentido, acredita-se ser relevante reafirmar a necessidade do espaço público cumprir seu objetivo de forma ampla e eficaz e destacar que é primordial que ele seja ambientado, adaptado e acessível a todos. A garantia de uma boa experiência na interação das pessoas nos espaços públicos é um dos pilares fundamentais e extremamente necessário no processo de construção social, sendo também importante na formação do sentimento de pertencimento do indivíduo à uma comunidade. Diante disso, o foco desse trabalho está voltado para o estudo da ambiência e adaptação de espaços públicos de lazer para o público infantil.

A partir dos estudos de Maria Montessori, exposto por Migliani (2021), estima-se que a fase de maior desenvolvimento humano, curiosidade aguçada e facilidade de reter e aprender com as experiências é na infância. E, a ferramenta mais eficiente para ensinar as crianças sobre um campo conhecido e os espaços onde se vive é o lúdico. Assim, trazendo essa afirmação para questões do urbanismo, estima-se que a melhoria dos espaços públicos para interação positiva das pessoas e atenção dada ao público infantil pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento do indivíduo, formação de senso coletivo e de realce da urbanidade como qualidade do que é urbano e como sentimento de vizinhança e cidadania.

No caso de projetos destinados às crianças é preciso atenção. De acordo com estudos da médica e pedagoga Maria Montessori, os primeiros anos de vida de um indivíduo são os mais importantes para sua formação, determinantes para a constituição de sua personalidade, autoestima e caráter. [...] o que Montessori descobriu foi que a mente da criança durante a primeira infância pode ser dividida em duas fases: a mente absorvente inconsciente (de 0 a 3 anos) e a mente absorvente consciente (de 3 a 6 anos). Essa teoria afirma que, desde seu nascimento, a criança absorve todos os estímulos do ambiente no qual está inserida da mesma forma que uma esponja o faz. Por isso é tão importante projetar espaços adequados a elas. (MIGLIANI, 2021)

Já Peter Gray, em seu livro *“Free to learn”* (Livres para aprender), afirma que brincar é fundamental, faz parte do desenvolvimento de habilidades e é recurso de aprendizagem valioso que fomenta visões sobre o mundo. A visão de mundo de uma criança é formada por meio de sua observação e contato. Partido desse ponto, Nogueira (2015) acrescenta que, é importante que se promova a relação positiva e interativa entre a criança e o meio onde vive, com segurança e conforto, de forma a permitir que ela explore, desenvolva e amadureça suas percepções, assimilações e habilidades, além de seu crescimento pessoal e social.

Nesse sentido, para Baldwin (2020), a ambiência do lugar deve considerar a diversidade de idade dos usuários, as possibilidades de interações e sua ludicidade conforme a projeção de desenvolvimento dos indivíduos, usuários. Dessa forma, o autor afirma que ao edificar uma cidade com mais espaços livres e ambientados, prazerosa e acessível para as crianças, o resultado é também uma cidade ideal para todos.

Ao projetar vias urbanas para crianças não apenas estamos contemplando uma pequena faixa etária de usuários, mas considerando também as principais exigências de todas aquelas pessoas que têm, cuidam ou interagem com uma criança. E não é só isso: as necessidades de um ser humano em sua infância são universais. Desta forma, todos os demais usuários podem se beneficiar de um design que é conveniente para todos, promovendo uma maior segurança e acessibilidade a todos os espaços públicos. (BALDWIN, 2020)

Cabe ressaltar que é possível considerar as crianças como um parâmetro social para realização de avaliação de espaços públicos e edificações. Para que as crianças desfrutem positivamente da interação com a cidade, é importante enfatizar os estudos sobre a temática e como essa questão é considerada pelos gestores públicos, já que a qualidade dos espaços públicos e do lazer nas cidades são fatores que também contribuem para a qualidade de vida. Analisar os espaços públicos com foco na interação, apropriação e vivências das crianças pode representar uma forma de verificar as condições e qualidade dos espaços públicos e apontar possibilidades de melhorias desses espaços segundo às necessidades sociais e espaciais infantis.

Posto isso, este trabalho tem a finalidade de enfatizar a necessidade de considerar a importância de pensar na relação das crianças com a cidade, mais precisamente, nas especificidades de planejar e projetar ponderando a interação positiva das crianças nos espaços públicos. Assim, nesse estudo, destaca-se pontos dentro do âmbito da ambiência infantil que favoreçam a interação das crianças nesses espaços públicos e no seu entorno imediato,

considerando a articulação dos espaços públicos entre si, acessibilidade, proximidades, deslocamentos seguros a pé ou por veículos não motorizados e a permanência das pessoas.

As argumentações deste trabalho estão embasadas em um referencial teórico específico para a temática escolhida e em observações realizadas por meio de leituras e análises técnicas em áreas de lazer para crianças, localizadas na cidade de São Luís, Maranhão. Assim, como objeto de estudo, optou-se por um recorte urbano que envolve parte do Parque Estadual da Lagoa da Jansen, a praça da Lagoa da Jansen e a Praça do Foguete, por abrigar elementos voltados para o público infantil e representar um espaço público significativo de lazer infantil na cidade. A escolha e definição do objeto de estudo deu-se pela possibilidade de reconhecer e reafirmar as diretrizes básicas e favoráveis acerca de recomendações para ambiência infantil nas cidades.

Como organização do trabalho e metodologia utilizada, apresenta-se as seguintes etapas: elaboração do referencial teórico com base nos temas de ambiência infantil, acessibilidade, desenho universal e espaços públicos; elaboração do referencial projetual com base em exemplos positivos de ambiência infantil em espaços públicos em outros países e no Brasil; análise do recorte espacial escolhido, e, posteriormente, considerações finais por meio da expressão crítica da relação entre as contribuições dos autores estudados, projetos referenciais escolhidos e a realidade do cenário do objeto de estudo.

Portanto, o estudo apresentado está focado em dados teóricos para embasamento e fins comparativos, assim como referências projetuais internacionais e nacionais, diretrizes e medidas adotadas em outras cidades com o objetivo de submeter um recorte da cidade de São Luís ao contraste de outras realidades com o potencial de gerar novas perspectivas.

Como objetivo geral, apresenta-se o seguinte: Elaborar um estudo sobre ambiência infantil em um recorte urbano que envolve a Praça da Lagoa da Jansen, a Praça do Foguete e o Parque da Lagoa da Jansen na cidade de São Luís, Maranhão.

Para tanto, como objetivos específicos, tem-se:

- I. Desenvolver um estudo sobre ambiência infantil em espaços públicos;
- II. Compreender os princípios de planejamento e projeto de ambiência infantil para espaços públicos de lazer;
- III. Realizar uma leitura da ambiência infantil nos espaços públicos que envolve o recorte urbano entre a Praça da Lagoa da Jansen, Praça do Foguete e parte do Parque da Lagoa da Jansen em São Luís, Maranhão

Por fim, diante das justificativas da escolha do tema e desenvolvimento desta monografia, cabe ressaltar que é importante enfatizar uma abordagem de planejamento e projeto urbano que leva em consideração o desenho universal, a acessibilidade e a aprendizagem infantil pelo intermédio de contato e interação das crianças com a cidade. Acredita-se que quando essas questões são consideradas pela gestão pública e pelos arquitetos e urbanistas, há mais qualidade nos espaços públicos de lazer com benefícios para outras faixas etárias além das crianças, já que elas devem estar sempre acompanhadas por um adulto que, por sua vez, também tem necessidades de interagir positivamente com a cidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, a apresentação de definições e conceitos sobre Espaços Públicos, Ambiência, Desenho Universal e Acessibilidade, se faz necessário para organizar e conectar as informações relacionadas ao tema de Ambiência Infantil em Espaços Públicos. Por meio dessas definições, acredita-se na possibilidade de relacionar ainda mais a importância do tema e compreender melhor o significado dos termos que compõem os elementos do embasamento teórico presente neste Trabalho de Conclusão de Curso.

As definições em destaque permitem a possibilidade de reflexão e posterior comparação dos diversos conceitos, estabelecendo relações entre eles para auxílio e colaboração com o desenvolvimento e aprimoramento da metodologia escolhida e da compreensão da linguagem técnica do trabalho. Diante disso, as definições e conceitos terão o papel de contribuir e estabelecer diretrizes e padrões na elaboração do trabalho apresentado.

2.1 Espaços Públicos

Segundo Ascher (1995), o termo “espaço público” apareceu em 1977 pela primeira vez em um documento administrativo, no quadro de um processo de intervenção pública. Na mesma categoria estavam os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, os parques e o mobiliário urbano. Tal documento discorria sobre a valorização da paisagem urbana. Dentro do território urbano tradicional, o espaço público é considerado como aquele espaço que pertence ao poder público, domínio importante, principalmente, onde a propriedade privada predomina, sendo de uso comum e de posse coletiva. Para Serpa (2004), o conceito de espaço público é compreendido como sendo em si mesmo o espaço da ação política ou, pelo menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade.

Por outro lado, arquitetos, urbanistas e muitos geógrafos utilizam a noção de espaço público como denominação para todo e qualquer espaço urbano livre e aberto. No Dicionário de Urbanismo, o termo espaço público é definido como sinônimo de logradouro público e espaço comum “como qualquer área urbanizada inalienável, sem edificação e destinada ao uso comum ou especial dos munícipes, como praças, parques, ruas, jardins, largos etc.” (FERRARI, 2004, p.219). Entretanto, a definição apresentada por Ferrari pode ser ampliada quando combinada com abordagens fundamentais sobre apropriação e significação desses espaços.

Segundo Alomá (2013), o conceito de espaço público pode ser descrito como “vazio” urbano resignado pelas densidades e volumes constituídos nas zonas urbanas. Assim,

considera que em sua maioria são lacunas dominadas pela natureza ou que tem como protagonista expressivo o verde e o meio ambiente ou ainda que cumprem a função de utilidade pública e comum para lazer ou contemplação. O mesmo autor afirma também que administração pública deve deter a propriedade e o domínio desses espaços, responsabilizando o Estado pela sua manutenção e cuidado, para que seja garantido o direito de aproveitamento ecumênico.

Em sua abordagem, Alomá (2013), diz que é necessário infraestrutura adequada e instalação de “mobiliários urbanos” para facilitar o uso dos espaços públicos como, por exemplo, luminárias em pontos estratégicos para viabilizar a iluminação, garantir contemplação, segurança e visibilidade íntegra em qualquer horário do dia. Além disso, o autor enfatiza a importância também da sinalização de trânsito e pontos de ônibus, com o objetivo de promover e facilitar os deslocamentos de forma segura e eficiente. Cita também as lixeiras e o sistema de esgotamento efetivo para preservação, manutenção e higiene do patrimônio público; e, bancos ou assentos primários e secundários em passeios públicos, praças ou parques, para transmitir conforto e desenvolver também a necessidade de permanência. Todos esses atributos são básicos para a composição de ambiência nos espaços públicos.

Além de assentos primários confortáveis e bem colocados, muitas opções secundárias são necessárias, locais onde as pessoas possam se sentar, descansar e olhar em volta de modo mais informal e espontâneo. Pode-se usar uma grande variedade de objetos: pedestais, degraus, pedras frades, monumentos, fontes ou o próprio chão. [...] Opções secundárias têm a vantagem de, nos outros dias do ano, serem degraus, floreiras etc., mas podem ser usadas como assento quando preciso. (GEHL, 2010, p.142).

Elementos de caráter objetivo são facilmente distinguíveis no diagnóstico do espaço público. Contudo, é possível também destacar e acrescentar as características subjetivas que surgem na vivência cotidiana, no uso habitual do espaço, pelo imaginário coletivo e individual, pelas histórias pessoais, feitos históricos, lendas urbanas e movimentações populares. Dessa forma, considera o espaço público de forma abrangente e diz que é um lugar que exala representatividade política, expõe os direitos dos cidadãos, exala expressões sociais e manifestações culturais que justificam costumes e demarcam territórios. Para além disso, completa que o espaço público permite conectar lugares e pessoas de todas as origens e derivações, a qualquer momento. Por fim, opina que o espaço público se torna mais democrático e acessível ao facilitar o intercâmbio mais heterogêneo em tempo, espaço, idade, gênero e nacionalidades. (ALOMÁ, 2013).

Segundo Fontes (2013), os espaços públicos devem ser abertos, atrativos e priorizar as pessoas. Assim, declara que “os espaços que contêm características como reversibilidade (capacidade elástica), flexibilidade (abertura para diversas apropriações) e imprevisibilidade (não rigidez dos usos), são mais inclinados a receber diferentes intervenções” (FONTES, 2013, p.391).

Os espaços públicos desempenham um papel importante no espaço urbano aproximando o homem das condições naturais, agindo sobre o lado físico e mental do ser humano e sendo de extrema importância na garantia da qualidade de vida dos cidadãos. Sua criação deve fazer parte do planejamento dos municípios e sua ocupação e preservação deve ser incentivada para a obtenção de resultados satisfatórios.

Portanto, projetos que visam a interação social influenciam diretamente na qualidade dos ambientes bem como na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, pode-se estimular um convívio mais harmonioso entre os habitantes, acarretando o bem-estar de todos. Nesse contexto, é importante lembrar que cada pessoa apresenta particularidades físicas e emocionais e, talvez, o que seja adequado para uma pessoa não seja para outra. Por isso, conhecer os usuários, seus costumes, cultura e necessidades pode assegurar a criação de espaços públicos de maior qualidade e com maiores condições de aceitação pela população, promovendo maior abrangência de público ao compreender a diversidade social existente.

Considerando o sistema viário e o sistema de áreas verdes da cidade, pode-se dizer, ainda como definição, que o espaço público é um espaço aberto destinado à várias atividades, circulação de pessoas e lazer, abriga diversas práticas sociais. E, no seu formato ideal, deve promover o bem-estar das pessoas e garantir que todos desfrutem por meio de passeios cômodos e seguros em que haja total separação entre os veículos e os cidadãos, incrementados com mobiliários diversificados para favorecer atividades como descansar, permanecer, contemplar, praticar atividades físicas e muitas outras atividades sociais e culturais, entretenimento em geral.

Segundo Oliveira (2013), do ponto de vista da sociabilidade, o espaço público é todo espaço que se configura como local de estímulo ao convívio e às oportunidades de interação social. O espaço público realiza a mediação entre os usuários, absorvendo os conflitos entre público e privado, indivíduo e multidão, liberdade individual e necessidades coletivas.

Esses espaços dinâmicos (as ruas, praças e parques) são uma contrapartida essencial para as rotinas preestabelecidas do trabalho e da vida doméstica, fornecendo as possibilidades diárias de movimento, as oportunidades de comunicação e os locais compartilhados para a recreação e o descanso. (CARR et al, 1995, p.03)

De acordo com Vaz (2005), dentre os espaços públicos urbanos, a praça desempenha um papel particular que lhe atribui a condição privilegiada de centralidade urbana com caráter permanente no desenvolvimento das cidades. A formação de uma centralidade é decorrente da instalação de um uso atrativo, tal como comércio ou outros, de modo a exercer um efeito polarizador no entorno urbano. As centralidades urbanas promovem a construção da identidade social. Para Simmel (2007), a identidade social, como senso de pertencimento, é uma elaboração imaginária que se fundamenta em traços, hábitos, características pessoais e acontecimentos comuns ao conjunto da população, produzindo reconhecimento individual e coesão social.

As praças são formadas por um conjunto integrado de recantos cuja função é definida pelo uso predominante. A acolhida das configurações cênicas é diferente em cada recanto da praça, resultando das características espaciais de cada um deles. Essas qualidades estão ligadas à conformação do espaço e da paisagem, predispondo a ocorrência em maior ou menor grau das configurações cênicas. A área sombreada pelas árvores, os bancos distribuídos em torno de um espaço livre e limpo, a iluminação durante o dia e à noite criam o ambiente convidativo ao ator e ao espectador, o desfile constante de transeuntes encontra a sua “passarela” (VAZ, 2010, p. 223).

As características comuns entre as ruas, praças e parque são, principalmente, o uso em coletividade, as formas e estilos distintos de desfrutar esses espaços e vivências diversas. Baseando-se nas necessidades geradas pela forma de viver das pessoas nas cidades densamente urbanizadas, surgem necessidades e carências coletivas que podem ser atendidas quando há a possibilidade de desfrutar em comunidade os espaços urbanos públicos. É plausível notar que com o aumento da demografia nos grandes centros urbanos e as demandas geradas, se torna mais evidente a grande importância, a constante necessidade e a indispensável busca por qualidade desses espaços para a sociedade.

Muitas mudanças sociais, em especial nas partes mais ricas do mundo explicam o interesse crescente em se locomover e permanecer em espaços comuns da cidade. A maior longevidade, mais tempo livre e maiores condições econômicas, em geral, tem trazido mais tempo e mais recursos para recreação e lazer. (GEHL, 2010, p.27).

A qualidade dos espaços públicos dialoga diretamente com a qualidade de vida e o bem-estar físico e psicológico de toda a população. Isso porque áreas públicas, com abundância de vegetação natural e/ou áreas verdes projetadas, funcionam como alternativas para quem busca uma fuga da rotina enclausurada e por uma conexão mais direta com a natureza. Nessa perspectiva os parques agregam um elevado valor à sociedade e são de grande importância para o desenvolvimento e saúde da população. Além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, os parques ainda auxiliam no controle da poluição, na conservação da fauna e flora e no combate aos efeitos do aquecimento global.

Segundo Szeremeta & Trombetta (2019), as áreas verdes voltadas ao desfrute dos indivíduos, como os parques, promovem qualidade de vida e bem-estar para a população. Tem o potencial de criar a experiência de proximidade à natureza e promove relaxamento uma vez que há menos ruído e poluição. Além disso, com o frescor natural vindo da vegetação, tem-se temperaturas mais amenas e a possibilidade de redução de ilhas de calor comuns em metrópoles devido à aglomeração de edifícios. Acredita-se que a qualidade do ar e a temperatura mais agradável promova a sensação de bem-estar e mais estímulo para novos frequentadores.

A noção de parque associa-se à de uma área extensa, cercada e com elementos naturais. Na acepção mais antiga, datada no século X na Inglaterra, destinava-se à caça ou a guarda de animais. Posteriormente, a noção entendeu-se a pastos e bosques ornamentais existentes ao redor das casas de campo. Ao longo do tempo, apresentou-se como outra forma de apropriação do espaço público urbano e como produto direto de uma nova função: o lazer. Hoje, como descreve MARICATO (2003), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados ao lazer e à recreação.

A relevância de se criar espaços livres no interior das cidades, resultada da crescente urbanização e dos impactos ambientais trazidos pela mesma. Nessa linha de raciocínio Lima (1994), destaca que os espaços livres desempenham as funções estética, social e ecológica. Segundo o autor, os elementos naturais também contribuem para a minimização desses impactos gerados pela urbanização e industrialização. Sendo assim, hoje os parques surgem como resposta aos problemas urbanos. “Os parques tornam-se ‘instrumento de planejamento urbano’ para orientar a expansão da cidade e a densidade, influenciar a economia, melhorar a saúde e o saneamento, e embelezar o ambiente urbano”. (ALEX, 2011, p.72).

A criação de parques em áreas onde existam áreas verdes é um excelente exemplo de ocupação do espaço urbano como alternativa de promoção de convívio, lazer, esporte e realização de eventos culturais. Com base nos autores Loboda & De Angelis (2005), os sistemas de áreas verdes exercem inúmeros benefícios ao entorno das cidades, garantindo áreas destinadas ao lazer, preservação ambiental e paisagismo. As áreas verdes contribuem para a redução da poluição, amenizam o calor do sol, atenuam a temperatura, abrigam a fauna existente, mantêm a permeabilidade e fertilidade do solo, transmitem bem-estar psicológico, atuam em termos estéticos e dentre outros. São responsáveis por promover a integração entre o homem e a natureza, estando associadas à promoção da qualidade de vida e à criação de espaços de convívio os quais influem diretamente na integração social.

No contexto da qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental, contribuem para o desenvolvimento social e trazem benefícios ao bem-estar, a saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural e disporem de condições estruturais que favoreça a prática de atividades de recreação e lazer (LONDE; MENDES, 2014).

Os autores (MELO; LOPES; SAMPAIO, 2017) consideram que, espaços verdes com fins contemplativos, nasceram a partir da importância desses locais para a saúde fisiológica e psicológica das pessoas. Os parques contribuem diretamente para a qualidade de vida e melhoria da qualidade ambiental das cidades, sendo importantes tanto para o ponto de vista ambiental como também o ponto de vista social da cidade.

Ademais, quando se fala sobre mobilidade humana, sua estrutura desperta, tanto no sentido físico quanto no psicológico, a necessidade de movimento e a interação com o meio ambiente por parte dos frequentadores. Pensando nisso e no ser humano como ponto central da evolução dos espaços urbanos em cidades que passam por transformações mais positivas, a importância dos parques está também no planejamento de áreas menos hostis e agradáveis a todas as faixas etárias, de crianças a idosos. (SZEREMETA & TROMBETTA, 2019)

Há ainda a preocupação com a educação ambiental, que deve ser inserida a partir da experiência proporcionada pelas áreas verdes. Assim, torna-se possível o despertar para uma consciência ambiental, para a importância da preservação das áreas verdes e de suas espécies. Nessa perspectiva, criar locais de lazer e convivência, além de acessibilidade para todos, torna-se um investimento na sociedade. Desse modo, a formação e conservação de áreas verdes torna-

se uma ferramenta de atração de usuários, de valorização do espaço urbano e de elevação da qualidade de vida da população. (SZEREMETA & TROMBETTA, 2019)

Jacobs (2011) aborda a diversidade urbana e alega que se faz necessário a combinação de usos e a concentração de pessoas. Diante disso, as áreas verdes também contribuem para o bem estar e segurança das crianças, pois “precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções do mundo” (JACOBS, 2011, p. 188).

De acordo com Toledo e Santos (2008), dentre os benefícios de parques urbanos ou áreas verdes estão: controle da poluição, clima confortável, estabilidade da superfície devido a fixação das raízes no solo, melhora na umidade do ar, nascentes mais protegidas, visual mais bonito e ornamentado da cidade. A presença de vegetação acarreta efeitos positivo para a saúde das pessoas e melhora a qualidade de vida para todos os seres vivos.

A importância dos parques para a qualidade de vida e a mobilidade humana fica clara quando se entende que o cenário urbano necessita de áreas verdes para aproximar cada cidadão da natureza, de hábitos saudáveis e de um local em que, de fato, predomina a tranquilidade e o bem-estar e fica distante dos habituais ruídos, estresse e poluição. (SZEREMETA; TROMBETTA, 2019)

As áreas verdes devem contemplar a função social, dando condições de lazer e interação à população; função estética, ao trazer espaços mais ornamentados para a cidade; função ecológica, trazendo mais equilíbrio ao meio ambiente, por melhorar o ar, a vegetação a permeabilidade da água, entre outros; função educativa, já que os moradores aprenderão sobre preservação; e, por fim, a função psicológica, uma vez que as pessoas poderão realizar atividade físicas relaxantes, cuidando de sua saúde emocional. (COLLET, *et al.* 2008)

Diante das considerações supracitadas, as praças e os parques se destacam como os espaços públicos voltados para o lazer infantil. Entretanto, não se pode deixar de lembrar da importância das ruas e calçadas como elementos de ligação entre as edificações e as praças e parques. Assim, as ruas também devem oferecer uma ambiência agradável e segura para as crianças. Além disso, cabe citar que algumas ruas e avenidas assumem uso exclusivo para recreação em situações eventuais e em horários estipulados no calendário semanal de algumas cidades. Portanto, a atenção para a ambiência infantil na cidade deve ser entrelaçada com a condição de qualidade de todos os espaços públicos.

2.2 Ambiência em Arquitetura e Urbanismo

Segundo Duarte (2007), a definição da palavra ‘Ambiência’ em Arquitetura se ordena no sentido de compreender a “relação pessoa-cultura-ambiente construído”. A ambiência pode ser considerada em escalas diferentes para compreender a cidade, o bairro, a vila, a casa, a praça, o parque; observando suas relações entre o entorno e seu interior. Sendo assim, afirma que a ambiência apreende não somente o lugar, mas o homem em sua totalidade, história e significados pela modelagem do espaço.

Os ambientes nos quais as pessoas são inseridas, seja ele construído ou não, emitem estímulos que podem agradar ou desagradar, gerando sensação de desconforto se houver grande disparidade com os limites do corpo humano. Além disso, a bagagem cultural e social do indivíduo determinará o que lhe é agradável ou não. Assim, conforme Bestetti (2014), ao se falar em ambiência, deve-se pensar em humanização do espaço por meio do equilíbrio de elementos que o compõem.

De acordo com a definição do termo “Ambiência” apresentado pelo dicionário Aurélio, tem-se que “é o espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constituiu um meio físico e psicológico, especialmente preparado para o exercício das atividades humanas.” É uma afirmação que contribui para destacar uma palavra que compõe o título deste trabalho e que realça a relação da qualidade de vida e ambientes urbanos com espaços mais receptivos e propícios ao convívio.

Para Bestetti (2014), o termo meio ambiente é aceito como sinônimo de ambiência, considerando-se, também, que aí está inserido o meio moral, além do material. Dessa forma, o autor afirma que um projeto arquitetônico e urbanístico deve ser elaborado ajustando todos os componentes como um sistema complexo e que se relaciona entre si. Assim, é necessário analisar as condições ambientais percebidas pelo usuário, pois ele pode interagir com seu ambiente por meio de seus sentidos. Portanto, a percepção espacial constitui parâmetros de orientação, conforto e qualidade ambiental, com os quais esses indivíduos estabelecem o direito à participação ativa e protagonismo na cidade.

O termo ambiência tem origem do francês “*ambiance*”, e, como dito anteriormente, pode ser também traduzido como meio ambiente. Para melhor compreensão da sua abrangência, pode-se afirmar que é composto pelo efeito moral que esse meio físico induz no comportamento dos indivíduos, além efeito físico do meio material onde se vive. O estudo da ambiência traz

subsídios importantes para o entendimento das condições físicas e emocionais para o bem-estar dos indivíduos, inserindo nesse contexto os estímulos ao comportamento dos sujeitos, aprimorando seus relacionamentos. A participação para uma construção desta ambiência é ainda referente ao espaço como cenário, que alinha as relações humanas e favorece as inter-relações de valores pessoais. (SANTOS, 2016, p. 27)

Uma das primeiras definições de ambiência surgiu por causa de sua relação com a saúde. Na definição do Ministério da Saúde (1999), a ambiência deve visar a confortabilidade focada na privacidade e individualidade, inserindo elementos ao ambiente que interajam com as sensações humanas, garantindo conforto aos sujeitos envolvidos. É importante conceber ambiências confortáveis e acolhedoras, valorizando a utilização de componentes no ambiente que relacionem-se às pessoas. Em especial, as cores, as luzes, as texturas, os sons, aromas e utilizar o espaço como uma ferramenta funcional e que possibilite a otimização de recursos e o atendimento humanizado e colhedor. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010, p. 6).

O termo ambiência também é usado pelas áreas de Agricultura e Agronomia, visando compreender e conhecer as condições de clima que favorecem o cultivo e as características físicas, climáticas, de instalação e regionais na criação de animais. Com o advento da tecnologia tornou-se possível garantir uma agricultura de precisão, mapeando e prevendo situações na direção de uma ambiência sustentável. (MARTINS; MARCHETTI; REIS, 2013)

A definição de ambiência cabe também para a melhoria em locais de trânsito urbano. É necessário que se olhe para a rua como uma forma de apropriação ao espaço urbano, permanência e movimento. A ação de pessoas faz com que as ruas, as vilas, as praças e os espaços públicos em geral sejam seguros. Jacobs (2011, p. 37), aponta que, a demarcação do lugar se dá pela movimentação que nele se faz, e isto não é somente em suas praças, ruas ou esquinas é o conjunto e em principal as calçadas. Portanto para que a vida social seja segura vai depender de outros fatores, que serão a sensação de pertencimento e a presença das pessoas nas ruas, conforme Gehl (2010).

Quando falamos em ambiência, pensamos em humanização por meio do equilíbrio de elementos que compõem os espaços, considerando fatores que permitam os protagonismos e a participação. Pressupõe o espaço como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos da sociedade, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores. (BESTETTI, 2014, p.602).

A compreensão do conceito de Ambiência Urbana pode ser entendida como o espaço organizado e repleto de ânimo, de sentidos psicológicos, relativo às atividades humanas. Por isso, despertam as paixões pessoais, físicas e emocionais, que designam seu lugar, seu pertencer. Desta forma, traduzem suas influências ao entorno pela sua vida social e cultural. (MORAES NETTO, 2014)

2.3 Desenho Universal e Acessibilidade

Quanto à abordagem realizada nesse trabalho sobre os termos desenho universal e acessibilidade, justifica-se pela importância da inclusão social de todas as pessoas em diversas idades nos espaços públicos, com ênfase para aqueles que são voltados para uso mais específicos das crianças.

Ressaltar a importância da acessibilidade e considerar o desenho universal pode parecer trivial para alguns trabalhos acadêmicos, e, quando observamos referências projetuais de países desenvolvidos. No entanto, ainda se faz muito necessário reafirmar a necessidade de um desenho urbano e boa infraestrutura nos espaços públicos para que haja promoção e garantia da interação positiva das pessoas com a cidade por meio de soluções que englobam todas as referências técnicas de acessibilidade e desenho universal, como, por exemplo, as recomendações da NBR 9050 (2020) ainda tão necessária para as cidades brasileiras.

Segundo Rabelo (2008), um lugar acessível é aquele cuja qualquer pessoa, independentemente de sua condição física ou mental, pode acessar ou utilizar informações, serviços, bem como o espaço urbano, com autonomia e segurança, tanto para o trabalho quanto para a saúde ou para a educação, que se constituem nos direitos básicos da cidadania. Sendo assim, este autor considera que acessibilidade é mais que a eliminação de barreiras físicas que impedem a locomoção de pessoas com algum tipo de deficiência. É promover o acesso a igualdade de oportunidades de forma com as demais pessoas.

Conforme Silva & Martins (2002), a forma como muitas cidades surgiram ou foram planejadas exclui uma grande parcela da população considerando os obstáculos urbanos existentes na cidade e que acabaram forçando as pessoas com deficiência ao confinamento, limitando as pessoas cada vez mais ao espaço de atuação, negando o direito de exercer sua cidadania dentro de um contexto social e econômico. É importante dizer que tal situação é fruto muitas vezes da falta de atenção por parte da gestão pública no planejamento urbano e projeto da cidade como também na negligência e ausência de apoio às áreas de ocupação espontâneas

nas cidades. A acessibilidade é uma garantia constitucional e deve ser garantida por todos, mas isto não é uma tarefa fácil, pois muitos governos e órgãos privados ignoram as determinações de se construir locais acessíveis a todos.

[...] promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania. (CARDOSO, 2007, p. 30).

Segundo Freedom (2021), o primeiro passo para garantir acessibilidade é a conscientização e a garantia de uma boa estrutura em ambientes públicos e privados; com instalações de rampas e elevadores dentro das normas de acessibilidade, banheiros adaptados, portas e circulações com dimensões adequadas, calçadas em espaços públicos acessíveis e sem obstáculos, pisos táteis, entre outros. Contudo, é possível questionar também a verdadeira eficácia dessas medidas, que se concentram em indivíduos com limitações físicas.

Dessa forma, o desenho é considerado “universal” por se destinar a qualquer pessoa e por ser fundamental para tornar possível a realização das ações essenciais praticadas na vida cotidiana por todas as pessoas, inclusive as que possuem deficiência e limitações temporárias ou permanentes. Tal questão corresponde a uma consolidação dos pressupostos dos direitos humanos, conforme Oliveira, Nuernberg e Nunes (2013).

Segundo o autor, o termo desenho universal surgiu nos Estados Unidos e é designado para destacar que os recursos de acessibilidade destinados a reduzir ou eliminar barreiras no ambiente não são somente para beneficiar pessoas com deficiência, mas de forma macro a atender as necessidades de variações de medidas corporais na interação das pessoas com objetos, ferramentas, ambientes construídos, transportes e meio urbano.

Ainda sobre os autores supracitados, o termo *Universal Design*, traduzido no Brasil como "Desenho Universal", foi utilizado pela primeira vez em 1985 por Ron Mace e designa uma filosofia de projetos que visam, desde a concepção de ambientes, edificações e produtos, considerar a diversidade humana, suas diferentes capacidades e habilidades. A utilização do Desenho Universal em projetos de qualquer natureza busca viabilizar a independência na realização de atividades pelo maior número de indivíduos, considerando a totalidade de suas limitações.

O Desenho Universal perpassa do princípio da acessibilidade utilizado por arquitetos, o qual implica desenhar ambientes que possibilitem o acesso a todos, independentemente das suas necessidades físicas e cognitivas (EDYBURN, 2010; ROSE & GRAVEL, 2010). Este conceito propõe um espaço com uso democrático a partir de sete princípios que o Desenho Universal traz (uso equitativo, flexível, simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, esforço físico mínimo e dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente).

De acordo com Gabrilli (2016), o desenho universal é o processo de criar produtos que são acessíveis para todas as pessoas, promovem autonomia independente de características pessoais, idade ou habilidades. O conceito do desenho universal acomoda uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. Assim, a meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do porte do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade.

Segundo Gabrilli (2016), o grupo de estudiosos que desenvolveu o conceito de desenho universal, visando os princípios de uso equitativo, o uso flexível e o uso simples e facilitado de produtos e espaços, criou também algumas diretrizes que devem ser adotados para garantia dos direitos das pessoas por meio da adoção do desenho universal e da acessibilidade. São eles:

1. Propor espaços, objetos e produtos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes;
2. Evitar segregação ou estigmatização de qualquer usuário;
3. Oferecer privacidade, segurança e proteção para todos os usuários;
4. Desenvolver e fornecer produtos atraentes para todos os usuários;
5. Criar ambientes ou sistemas construtivos que permitam atender às necessidades de usuários com diferentes habilidades e preferências diversificadas, admitindo adequações e transformações;
6. Possibilitar adaptabilidade às necessidades do usuário, de forma que as dimensões dos ambientes das construções possam ser alteradas;
7. Permitir fácil compreensão e apreensão do espaço, independente da experiência do usuário, de seu grau de conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração;
8. Eliminar complexidades desnecessárias e ser coerente com as expectativas e intuição do usuário;

9. Disponibilizar as informações segundo a ordem de importância. Informação de fácil percepção;
10. Utilizar diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão de usuários com dificuldade de audição, visão, cognição ou estrangeiros;
11. Disponibilizar formas e objetos de comunicação com contraste adequado;
12. Maximizar com clareza as informações essenciais; tornar fácil o uso do espaço ou equipamento.

Por fim, os autores evidenciam que o conceito de desenho universal valoriza e engloba todas as etapas da vida do ser humano, uma vez que as características das pessoas e as atividades mudam de acordo com a fase de vida. Assim, diante de tudo que foi exposto acima, pode-se destacar ainda mais a necessidade do desenho universal nas cidades quando se exemplifica a necessidade de adoção de todas as diretrizes supracitadas desde o desenho urbano à implantação de infraestrutura e qualificação dos espaços públicos, sinalização e comunicação visual, mobiliários urbanos e todo o sistema de transporte.

Assim, como exemplo de facilitações para o cotidiano com adoção do desenho universal e promoção da acessibilidade, uma criança que é transportada no carrinho de bebê tem seu deslocamento facilitado por meio da existência e construção de rampas de acesso assim como um idoso, uma mulher grávida, uma pessoa em cadeira de rodas ou um adulto saudável empurrando um carrinho de compras também é beneficiado com ambientes acessíveis, livres de obstáculos e barreiras físicas. Na verdade, são inúmeras possibilidades de benefícios no meio construído e nos espaços públicos de lazer e do sistema viário. Dessa forma, considera-se que a adoção do desenho universal e implementação da acessibilidade integral nos espaços públicos promovem qualidade de vida e equiparação de oportunidades para toda a sociedade. Enfim, quesitos que beneficia todas as pessoas sem distinção.

2.4 Os Espaços Públicos e o Lazer Infantil

De acordo com Assis (2006, p. 40), um espaço público de lazer infantil é uma área destinada à recreação e à atividade lúdica infantil, onde existe um conjunto de aparelhos fixos, móveis ou semimóveis, que facilitam a educação sensorial, cognitiva, motora, psicológica, afetiva e social das crianças. O espaço deve ser planejado de acordo com o tamanho das crianças que irão utilizá-lo, sem deixar de ser atraente, estimulante e envolvente, com o fim de proporcionar motivação espontânea nos frequentadores.

Segundo Assis (2006), as crianças têm uma atração natural para brincar testando seus limites e explorando o ambiente. Isso deve ser levado em conta quando o ambiente for planejado. Deve-se ter em mente toda a potencialidade das crianças, possibilitando o desenvolvimento de uma grande gama de movimentos com abundância de espaço. Dessa forma, para um espaço público de lazer voltado ao público infantil possa exercer influência positiva na vida de uma criança, ele precisa ser fruto de um projeto que realmente atenda às suas necessidades e seja capaz de atraí-la para sua utilização.

É possível afirmar que a temática espaços públicos voltados ao lazer infantil e a interação das crianças com a cidade de forma segura, dinâmica, que incentive maior interesse do público infantil com atividades lúdicas e brincadeiras que não envolve jogos eletrônicos, ganha maior destaque devido à pandemia de COVID-19. Pois, vale lembrar que o distanciamento social foi uma medida de segurança amplamente adotada e a interação das pessoas com a cidade ficou restrita mediante a obrigatoriedade de isolamento social. Essas medidas sanitárias deram mais ênfase à necessidade de espaços públicos abertos como praças e parques que garantissem a saúde e bem-estar, e, também, que acolhesse o público infantil.

Segundo Harrouk (2021), durante o período da pandemia os espaços públicos desempenharam um importante papel para a manutenção da saúde física e mental das pessoas em diferentes comunidades urbanas em todo o mundo. Tendo em vista essa necessidade de espaços públicos adaptados e receptivos destacada pela pandemia, muitas organizações mundiais passaram a debater sobre o assunto trazendo ideias por meio de projetos e soluções urbanas, sendo o foco de muitos dos projetos e intervenções no público infantil.

Dentre essas organizações, pode-se citar a *Un-Habitat*, ou agência das Nações Unidas para o desenvolvimento urbano sustentável, que em parceria com a Fundação *Block by Block*, organização sem fins lucrativos que trabalha diretamente em Cidades e Comunidades Sustentáveis, unirão forças para desenvolver soluções urbanas em dez diferentes cidades do planeta para ajudá-las a voltarem com segurança à normalidade após o período crítico da pandemia. Estas iniciativas ajudaram a estabelecer espaços públicos seguros e saudáveis, especialmente voltados ao público infantil, com carência de áreas verdes e espaços de convívio. (HARROUK, 2021)

Outra parceria significativa foi realizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Fundação Bernard van Leer (FBvL), Federação Panamericana de Associações de Arquitetos (FPAA), a *Agrupación Arquitectura y Niñez de América* (ANDA) e o programa

Architecture & Children da União Internacional de Arquitetos (UIA), que juntos lançaram um concurso para todos os países da América Latina. O edital exibiu uma chamada pública para a seleção de ações de boas práticas relacionadas à primeira infância para integrar a nova plataforma virtual de projetos do IAB. A plataforma reúne ações e experiências de boas práticas em diversas áreas, tais como mobilidade urbana, habitação de Interesse social e outras. (SUBMISSIONS, 2021)

Ainda é possível citar a *Urban95* como uma organização pioneira que visa incluir a perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano, nas estratégias de mobilidade e nos programas e serviços destinados a eles. Inserindo assim gestores públicos, arquitetos e urbanistas nas iniciativas voltadas as cidades sob a perspectiva de quem tem 95 cm de altura, média de tamanho de uma criança de 3 anos. Baseando suas iniciativas em ações efetivas que promovam interações positivas, contato com a natureza nos espaços urbanos e proximidade entre serviços. (SUBMISSIONS, 2021)

Tais iniciativas, pós-período pandêmico, destacam significativamente e consolidam essa temática que visa a reconstrução de padrões de viver a cidade e os espaços públicos por meio do olhar da criança e a importância de atender uma necessidade tão básica, de viver em sociedade livremente, que a pandemia de COVID-19 destacou.

Em alguns projetos, as crianças muitas vezes não são priorizadas ou até mesmo ignoradas no planejamento urbano. A pandemia da corona vírus destacou ainda mais a necessidade urgente de espaços ao ar livre, seguros para crianças. Pois, foi possível observar muitas crianças experimentando um declínio acentuado em sua saúde física e mental devido a restrições sanitárias, restrições espaciais e minimização da interação social. À medida que as cidades se recuperam da crise do Covid-19 e reavaliam as práticas anteriores, devem considerar como atender melhor às necessidades específicas dos mais jovens nos espaços urbanos. (LUKE *et al.*, 2020)

2.5 Princípios para Ambiência Infantil em Espaços Públicos

Instruções para ambiência infantil na cidade, como transporte seguro e projeto de bairros mais aderentes à família com espaços de preservação ambiental, acessos facilitados, vias seguras, zonas de baixa velocidade etc., são questões que parecem triviais e simples para o cotidiano e básicos para o planejamento e projeto urbano. No entanto, ainda fazem muita diferença nos cenários de cidades de países subdesenvolvidos e desenvolvidos, onde ocorre maior apoio no desenvolvimento integral da criança.

A infância exige ambientes limpos, saudáveis e estimulantes. Atender às questões supracitadas é também uma forma de garantir às crianças alguns dos direitos básicos de todas as pessoas que vivem nas cidades, como infraestrutura urbana, serviços públicos e lazer. O acesso à cidade também promove a sensação de pertencimento a uma comunidade, onde todos são agentes do território. (CECIP, 2021)

Segundo Luke *et al.* (2020), uma cidade receptiva às crianças faz mais do que apenas prover *playgrounds*. Trata-se de comprometimento em melhorar a vida das crianças, garantindo os direitos humanos consagrados na <Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança> e levando em consideração suas necessidades no desenvolvimento de políticas públicas e na tomada de decisões. É possível moldar as cidades para mudar a vida desse público com adaptações pontuais que repercutem em grande escala.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990. (UNICEF, 2018)

A abordagem direcionada para as crianças no planejamento urbano é uma parte vital da criação de cidades inclusivas que funcionem melhor para todos. Projetar para que as crianças desfrutem melhor da vida urbana inspira a responder positivamente aos desafios e estabelecer ações que podem ajudar a levar um futuro melhor para além de simplesmente fornecer *playgrounds*. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

O relatório do projeto *Cities Alive: “Projetando para infâncias urbanas”*, desenvolvido pelo *Arup’s Foresight* e equipes de Planejamento Urbano Integrado propõe uma abordagem de planejamento urbano que seja inclusiva para as crianças, ajudando a construir cidades de sucesso que funcionam para todos. Ele define o atual contexto e desafios de tal abordagem; os benefícios, melhor prática e princípios subjacentes; e as ações que podem ajudar a nos levar até lá. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

Pode-se compreender, através do relatório desenvolvido por Williams *et al.* (2017), que um planejamento urbano que inclua a criança fomenta um campo emergente de debates. Tal aposta defende uma abordagem coerente e sistemática para o planejamento ao projetar cidades que melhorem o desenvolvimento das crianças, saúde e acesso a oportunidades, indo

muito além simplesmente de serviços que atendam a uma faixa etária padrão. Reconhecendo os fundamentos importantes, não apenas da independência e da brincadeira, mas também do ambiente construído como um todo para ajudar a moldar o desenvolvimento e perspectivas futuras da vida adulta.

É possível por meio de uma abordagem de valorização das crianças ter o potencial de unir, de forma positiva e qualitativa, frentes sociais de uma comunidade sendo elas: saúde e bem-estar, sustentabilidade, resiliência e segurança. Williams *et al.* (2017), informam que essa abordagem atua como um catalisador para a inovação urbana, sendo assim, os benefícios de uma cidade ambientada para crianças vão além e agregar valor à vida de todos os cidadãos. A quantidade de tempo que as crianças passam brincando ao ar livre, sua capacidade de se locomover de forma independente e seu nível de contato com a natureza são fortes indicadores do desempenho de uma cidade, e, não apenas para crianças, mas para todos os habitantes.

Existem desafios ao projetar espaços voltados para atender às necessidades do público infantil. Williams, Wright e Zu Dohna (2017), destacam os 5 (cinco) principais sendo: 1) o trânsito e a poluição; 2) arranha-céus e expansão urbana; 3) percepção de riscos e medos sociais; 4) isolamento e intolerância; e, 5) acessos inadequados e desiguais à cidade. Através do destaque desses desafios é possível elencar estratégias que podem ser implementadas e que têm o potencial de reversão desses quadros, adaptando melhor as cidades ao bem-estar das crianças e resultando em benefícios para todos.

2.5.1 Trânsito e Deslocamentos Seguros

Segundo Williams *et al.* (2017), o trânsito e a poluição são desafios globais, afetando desenvolvimento físico e mental das crianças e dificultando mobilidade independente. Estradas seguras, travessias e uso misto da malha urbana para deslocamento, como a prática da caminhada e do ciclismo, podem ajudar a reduzir a poluição desencorajando o uso de veículos individuais e incentivar a interação social.

Segundo Luke *et al.* (2020), diante dos perigos existentes no trânsito e por serem mais vulneráveis, as crianças tornam-se mais propensas a se machucar. Sendo uma das razões pelas quais é determinado como infração, no art. 214, III do CTB (Código de trânsito Brasileiro), deixar claro a completa preferência de passagem às crianças. Isso se deve ao fato de o desenvolvimento cognitivo, físico e emocional não estar completo na infância. Elas não

sabem como agir às diferentes situações dinâmicas que o trânsito apresenta. Pois, diferente de adulto, as crianças enxergam unicamente o que está em sua frente.

Altas velocidades resultam facilmente em acidentes, muitos dos quais podem ser evitados com medidas muito simples. Segundo BALDWIN (2020), a maneira como projetamos uma via pública determina a velocidade média de um motorista que passa por ela. Restringir o tráfego não significa minimizar o número de veículos que trafegam na mesma faixa ao mesmo tempo, mas sim aumentar a segurança de pedestres e motoristas, em especial das crianças. Luke *et al.* (2020) informa que, à medida que a velocidade aumenta, o campo de visão do motorista fica mais estreito e é mais difícil enxergar as crianças ou reagir habilmente a eventos repentinos, como uma delas correndo em direção à via.

Outra solução para melhorar a mobilidade urbana, proposta por BALDWIN (2020), é garantir maior confiabilidade dos serviços de transporte público, torná-los mais cômodos e confortáveis para os usuários e proporcionar ruas mais adequadas para os pedestres. No cenário ideal, diferentes meios alternativos de transporte devem ser estimulados para que os usuários desfrutem de mais possibilidades em seus deslocamentos diários.

A predominância do automóvel nas cidades é considerada uma das principais barreiras a um ambiente receptivo as crianças e um fator determinante para os pais que impedem que as crianças se tornem mais independentes em termos de mobilidade. O desenho urbano deve priorizar a segurança de todos, principalmente das crianças. Medidas como cruzamentos coloridos e bem-sinalizados ou espaços compartilhados redefinem o uso da via, ajudam a aumentar a conscientização dos pedestres e incentivam a atividade nas ruas. (BRASIL, 2019)

Segundo Baldwin (2020), O espaço urbano é um recurso extremamente precioso para as pessoas e para a vida em comunidade, sendo assim, a forma como construímos o espaço público determina diretamente como nos deslocamos pela cidade e como interagimos com o meio. Uma forma de priorizar a acessibilidade e a mobilidade urbana é a implantação de faixas exclusivas para o trânsito, ciclovias protegidas e calçadas maiores para permitir a circulação de mais pedestres e menos veículos.

Outra estratégia proposta por Baldwin (2020), que tem se mostrado de grande benefício para as cidades é converter ruas inteiras em faixas compartilhadas, eliminando distinções entre pedestres, ciclistas e veículos e criando zonas de tráfego limitado. Gaete (2014) afirma que, tudo o que restringe o uso do carro é visto como uma opção genuína para fazer com

que as crianças se sintam seguras, possam brincar tranquilamente nas ruas e tornar as cidades locais agradáveis.

Medida reafirmada por Brasil (2019), quando fala que os pedestres devem ser prioridade, pois estão entre os usuários mais vulneráveis das vias. Isto pode ser garantido pela introdução de limites de velocidade mais baixos e outras opções de gerenciamento de tráfego. Áreas com menos tráfego de veículos, ou as chamadas áreas silenciosas, criam ambientes para brincadeiras e comunicação mais seguros para as crianças.

Outro ponto de importância fundamental, que Luke *et al.* (2020) apresenta, são espaços projetados para ciclistas e pedestres. Tais espaços no desenvolvimento viário de uma cidade promove e incentiva ações positivas para todos, especialmente as crianças para brincar e explorar de forma independente. Muitas cidades têm sido pensadas sem considerar essas métricas e proporcionam ambientes urbanos e espaços públicos hostis e perigosos.

Na Índia, cerca de 60.000 crianças morrem a cada ano em acidentes de trânsito. Em Gurugram, perto de Nova Déli, o WRI (*World Resources Institute*) aponta que muitas crianças possuem medo de caminhar ou pedalar até a escola, apesar de sentirem vontade. Já no Brasil, de acordo com Luke *et al.* (2020), em 2019, a Seguradora Líder revelou que 3.006 crianças de 0 a 7 anos foram vítimas do trânsito em acidentes de natureza diversas, fazendo parte de casos de reembolso de despesas médicas, invalidez permanente e até morte. São dados assustadores mesmo que comparados com a dimensão geográfica e dados da população desses países.

Gaete (2014) afirma que, normalmente, quando as crianças andam de bicicleta, *patins* ou *skate*, o fazem em ruas com menos trânsito e/ou em parques, o que gera uma falta de familiaridade com a bicicleta como meio de transporte. Isso pode ser explicado pela falta de um espaço seguro para utilizá-la e a falta de incentivo, o que contrasta com o que é feito em algumas cidades como Santiago e Conceição, no Chile, onde aos domingos algumas ruas são fechadas para carros, criando locais temporários para corridas, caminhadas ou ciclismo.

Baldwin (2020) completa o raciocínio afirmando que, vias acessíveis e ciclovias exclusivas e protegidas são a melhor maneira de incentivar o ciclismo na cidade. Embora as crianças possam andar de bicicleta livremente em ruas tranquilas com tráfego limitado, elas precisam de ciclovias especiais para se locomover com mais autonomia. Corredores de vias expressas com grande número de bicicletas devem ter faixas mais largas e sinalização adequada.

Além disso Baldwin (2020) acrescenta que, faixas de pedestres são uma parte importante da rede viária e garante segurança, fluidez e acessibilidade. Estradas e interseções devem possuir sinalizações claras para conveniência de todos os usuários. Ao planejar estes cruzamentos, deve ser dada especial atenção às crianças e às pessoas com mobilidade reduzida, pois deslocam-se mais lentamente do que os adultos. Eles também são mais difíceis de ver à distância e, portanto, correm mais riscos de acidentes de trânsito.

Vias seguras não apenas previnem acidentes, danos e fatalidades no trânsito como possibilitam que as crianças sintam autonomia e conforto, estimulando o deslocamento de forma independente, dinâmica e segura. Devido a suas condições de tamanho, visão e habilidades cognitivas, as crianças percebem o entorno de forma diferente dos adultos. Planejadores urbanos devem considerar o ambiente construído sob essa perspectiva, com ênfase para os espaços públicos e a mobilidade.

2.5.2 Acessos Facilitados e Áreas Verdes

Williams *et al.* (2017) afirmam que, a percepção de risco de um cuidador ou responsável para uma criança, em termos de acidentes, crime, desconhecidos e tráfego, determina a mobilidade independente dela e seus acessos aos espaços. Uma abordagem equilibrada de segurança, prevenção de riscos e vigilância podem incentivar a exploração independente e o desenvolvimento lúdico através do espaço público.

Os autores supracitados afirmam também que, para maximizar a interação é importante melhorar acessos e minimizar desigualdades. Espaços verdes de má qualidade, distribuição desigual do agente público e a falta de acesso seguro podem exacerbar a desigualdade social pela cidade, assim como a escassez de atividades familiares gratuitas. O domínio público pode ajudar a equalizar as densidades tornando acessíveis os espaços e distribuindo uniformemente pela cidade.

Luke *et al.* (2020) salienta a importância de gerir, projetar e ambientar espaços urbanos para garantir às crianças acesso a locais; como escolas, centros comunitários praças e parques; de forma estratégica, acessível e segura. Zonas de ar limpo tem o potencial de ajudar com essa acessibilidade, ao desestimular o tráfego de veículos e incentivar modos de transporte mais limpos e a presença de infraestrutura verde, é possível melhorar a qualidade do ar dentro e no entorno de locais estratégicos, como escolas e comunidades residenciais.

Como ponto de adaptação pode-se frisar os espaços de preservação ambiental. Os espaços verdes em uma comunidade são decisivos para a saúde física e mental. Segundo Luke *et al.* (2020), crianças expostas à natureza e em contato a espaços verdes têm menos estresse e agressividade, melhores habilidades de concentração, melhor desempenho acadêmico e menor risco de favorecer o desenvolvimento problemas de saúde crônicos, como colesterol alto, obesidade ou até diabetes.

Nas cidades densamente urbanizadas, Luke *et al.* (2020) afirma que, essas áreas têm o potencial de ajudar a população local de forma geral. Para garantir espaços verdes e recreativos de qualidade é necessário a preservação das áreas verdes existentes, evitando medidas econômicas e industriais que possam comprometer esses espaços, legislando e protegendo espaços verdes e suas reservas.

Segundo Brasil (2019), parques, bosques e espaços verdes em geral são espaços dinâmicos e adaptáveis que reativam terrenos vazios ou subutilizados e trazem a natureza de volta para a comunidade. As cidades devem tentar melhorar a relação das crianças com a natureza por meio de um ambiente verde e saudável. Brasil (2019) afirma também que, é possível qualificar espaços verdes com a criação de pequenos jardins ou hortas comunitárias, oferecendo oportunidades para atividades intergeracionais, comunicação e socialização, desenvolvimento de habilidades e atividades ao ar livre. As intervenções lúdicas podem promover a renovação urbana e criar lugares vibrantes e divertidos para as crianças.

As áreas verdes fornecem proteção adicional para os pedestres, minimizam a poluição do ar, reduzem o impacto das águas pluviais nos sistemas de drenagem urbana e o impacto das ilhas de calor. São áreas também são muito úteis para crianças e suas famílias, fortalecendo hábitos ligados à saúde e qualidade de vida, possibilitando a prática de exercícios ao ar livre, garantindo lugares para diversão, descanso, contemplação e contato com a natureza. Baldwin (2020) constata que crianças que vivem em áreas com acesso ao verde têm melhor desenvolvimento motor e cognitivo e melhor concentração. As árvores também sombreiam calçadas, ciclovias e mercados, o que é especialmente importante em dias mais quentes.

2.5.3 Espaços Lúdicos

As oportunidades e descoberta das crianças podem ser restritas por espaços e atitudes que desencorajam sua presença em espaços comuns. Os adolescentes, por exemplo, são muitas vezes vistos de forma negativa e marginalizada. Melhor desenho de ruas e espaços

públicos receptivos podem encorajar mais interação e confiança. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

Em geral, as cidades representam o mundo para as crianças. Tudo o que elas veem em suas rotinas, elas reconhecem como seu universo. Portanto, qualquer coisa pode se tornar uma experiência de aprendizado. Mesmo os canteiros de obras podem se tornar um local atraente e educacional, por exemplo, ensinando trabalho em equipe, planejamento e design. A forma como o espaço público é criado afeta a relação entre a população e os mais jovens. A participação social em projetos locais tende a desenvolver um sentimento de apropriação do local, diminuir atos de vandalismo e, conseqüentemente, os custos de manutenção. (BRASIL, 2019)

Brasil (2019) afirma que, elementos que relacionam e estimulam a educação cultural e as tradições locais são acionados em uma vida urbana inclusiva e lúdica. Nas cidades, diferentes formas de intervenção podem transformar áreas construídas ou espaços públicos para preservar a cultura e o patrimônio da região. O design sensível ao contexto local incentiva as crianças a se conectarem emocionalmente com a cultura da sua cidade ou bairro.

Brincar é a forma como as crianças aprendem e se desenvolvem desde cedo, e brincando se conectam com o meio onde estão inseridas. Sempre que possível, espaços de recreação e aprendizado devem ser inseridos nas ruas e espaços públicos que permitam percursos cotidianos qualificados e ofereçam às crianças novas oportunidades de explorar o mundo à sua maneira. Elementos de curiosidade como texturas, materiais, cores, iluminação e mobiliário interativos podem ser importantes aliados dos designers na construção de espaços públicos acessíveis e atraentes para as crianças. (BALDWIN, 2020)

Elementos que tornam os lugares adequados para cada geração podem promover interação e troca entre crianças e outras faixas etárias, como os idosos. Isso pode ser feito por meio de espaços de permanência por meio de atividades mais interativas ou contemplativas. Alternativas que promovam o intercâmbio intergeracional, como a jardinagem, podem ajudar a reduzir o isolamento dos idosos e estimular a compaixão e a empatia nos mais jovens. (BRASIL, 2019).

Segundo Brasil (2019), o planejamento urbano deve ser visto sob uma perspectiva que vai além do básico, pensando em soluções adequadas, às necessidades e desejos das famílias, que permitam o melhor aproveitamento do espaço. Cada intervenção pode ser

transformada em uma oportunidade para as crianças aprenderem ou serem criativas. Como exemplo pode-se citar elementos lúdicos como arte pública ou projetos criativos em ônibus ou estações de transporte que estimulam a criatividade como parte do cotidiano. Os parques e playgrounds interativos são opções para servir de incentivo e de conexão para as crianças brincarem e se divertirem nos espaços públicos. Sendo interessante incluir detalhes que conduzam à interação, como escadas que fazem barulho ao pisar. (GAETE, 2014)

2.5.4 Cidade Inclusiva e Infraestrutura Infantil

Cidades em expansão e densamente urbanizadas incentivam a dependência do carro, aumento do tráfego e a poluição, reduzindo assim a segurança e confiança em viver a cidade. Segundo Williams et al. (2017), edifícios altos e excessivamente densos levam ao isolamento e enclausuramento, já desenvolvimentos bem projetados podem permitir comunidades vivas e acesso facilitado aos espaços públicos, garantindo diversidade ao uso e ocupação do solo.

Implementar e sustentar uma abordagem de projeto para cidades que priorizem a acessibilidade de crianças requer um esforço a longo prazo e que envolva os vários responsáveis pela tomada de decisões ao longo do processo. Ainda que os adultos sejam a maioria dos usuários dos espaços públicos, é importante envolver as crianças de forma significativa no processo de projeto para construirmos cidades melhores e mais acessíveis. Para tanto, é preciso inicialmente, ajustarmos nossos métodos de engajamento social para incluir um grupo mais abrangente e diverso nos processos participativos de tomadas de decisão. (BALDWIN, 2020)

É importante mapear bairros a partir da perspectiva da criança. Ao observar o espaço urbano pela ótica da criança e sua interação, pode-se encontrar mais detalhes do que aqueles observados apenas pela percepção e apropriação do espaço feito por um adulto saudável. Problemas e oportunidades podem ser mapeados de forma mais ampla e criativa quando se ouve mães, pais e crianças. Mapear e monitorar elementos que interessam às crianças em suas jornadas diárias ajuda a tornar seus caminhos mais acessíveis. (BRASIL, 2019)

Diagnosticar como uma criança enxerga o mundo, como isso poderia interferir na forma como a cidade é pensada e como considerar também as principais exigências de todas aquelas pessoas que têm, cuidam ou interagem com uma criança, são pontos de partida para desenvolver melhor os espaços públicos dentro desse tema tão abrangente. É possível avaliar

alguns elementos urbanos que permitem a criatividade de usos como objetivos lúdicos, como por exemplo a calçada. (BALDWIN, 2020)

Assim como outros autores, Baldwin (2020) declara que as calçadas são a base da rede de transporte utilizada por uma criança e seus familiares. Sua estrutura deve ser concebida tanto para o seu uso diário como faixa de deslocamento quanto como espaço público onde as crianças possam brincar e circular livremente. Calçadas bem projetadas contam com um percurso bem iluminado, acessível e que atenda às necessidades e o volume de pedestres que por ali passam todos os dias.

Para embasar suas afirmações, Baldwin (2020) assegura que os passeios de qualidade devem dispor de espaço suficiente para que várias pessoas caminhem lado a lado ou que comportem pequenos grupos e ainda ofereçam espaços onde outras pessoas possam parar e conversar informalmente com os vizinhos que vão encontrando em seu caminho. Calçadas seguras e confortáveis são clareadas por boa iluminação pública à noite e englobam lugares sombreados para descansar e caminhar além de serem bem-sinalizadas. (BALDWIN, 2020).

Nesse sentido de abrigo, torna-se importante recordar a importância de áreas sombreadas em espaços públicos quando se trata de cidades que possuem o clima com possibilidades de temperaturas elevadas. Portanto, assim como uma boa iluminação nas ruas, é necessário também arborização urbana coerente de forma a proporcionar um percurso livre e com sombras.

Outra opção para as calçadas juntamente com os estacionamentos é proposta por Gaete (2014), fazendo alusão aos *park(ing) day's*. Os estacionamentos de automóveis que estão nas ruas funcionam, por um dia, como se fossem o quintal de uma casa. Estendendo as calçadas até os estacionamentos e colocar jogos, assentos, instalações artísticas interativas, racks para bicicletas, entre outros. Em algumas situações, melhor seria fechar algumas áreas totalmente a circulação do trânsito de veículos. O fechamento temporário de vias, criação de espaços para recreação e descaracterizações lúdicas de áreas da cidade provou ser uma ferramenta eficaz de estimular a atividade social e econômica e da vizinhança permitindo que as pessoas caminhem mais e desfrutem da cidade.

Tal situação descrita acima já é uma realidade entre várias cidades brasileiras. Inclusive, é também uma prática adotada de forma parcial em alguns pontos da cidade de São

Luís. Como exemplo, pode-se citar a Avenida Litorânea na região das praias e o entorno da Praça João Lisboa no centro da cidade. Nesses casos, são espaços públicos que ficam reservados para a prática de lazer esportiva e cultural, respectivamente, e, que vale a pena serem citados mesmo quando são eventuais acontecimentos aos domingos.

O relatório desenvolvido por Williams *et al.* (2017) para ARUP segue consolidando dois conceitos básicos e fundamentais para a desenvolvimento de abordagens inclusivas. São eles “Liberdades Cotidianas” e “Infraestrutura infantil”.

O conceito de liberdades cotidianas combina a capacidade de brincar e socializar com altos níveis de mobilidade independente. A mobilidade independente das crianças é a liberdade de se locomover em um bairro ou parte de uma cidade desacompanhado de um adulto, cuidador ou responsável. A mobilidade independente é influenciada por muitos elementos, incluindo a proximidade, escolha e disponibilidade de coisas para fazer, e ainda idade e sexo das crianças, e percepções de segurança por parte das crianças e adultos. As calçadas fora de casa pode ser a primeira oportunidade para exploração não supervisionada por crianças mais novas, enquanto outros espaços públicos, como praças e parques, tornam-se mais acessíveis à medida que haja amadurecimento e crescimento. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

A infraestrutura infantil é a rede de espaços, ruas, natureza e as intervenções que compõem as principais características de uma cidade que acolha as crianças. Assim gerando uma gama substancial de benefícios para todos os cidadãos urbanos ao promover serviços conectados, multifuncionais, espaços públicos intergeracionais e sustentáveis para cidades. As cidades devem procurar melhorar a conexão da criança com a natureza através do verde e ambientes saudáveis. Eles também devem influenciar e impactar as jornadas diárias da criança, incluindo rotas para a escola ou para instalações comunitárias, como centros juvenis, parques, áreas de lazer e recreação. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

Devido a suas condições de tamanho, visão e habilidades cognitivas, as crianças percebem o entorno de forma diferente dos adultos. Zonas mais seguras para as crianças garantem travessias seguras, elevadas e em cores vibrantes para controlar a velocidade dos carros e serem facilmente visíveis ao nível dos olhos das crianças; assegura calçadas amplas, caminháveis e livres de obstáculos que se adequem ao conforto e à coordenação infantil; certificam sinalizações de aviso e marcações interativas na calçada para brincar; e áreas de espera dedicadas nos portões de entrada da escola. (LUKE et al., 2020)

2.5.5 Referencias Projetuais

O relatório desenvolvido por Williams *et al.* (2017) para ARUP ainda trouxe alguns estudos de casos relevantes como referências e exemplos para fomentar as teorias levantadas: Com base nisso, descreve-se a seguir exemplos de planejamento e intervenções urbanas a favor da qualidade dos espaços públicos e com destaque ao lazer infantil:

Dessa forma, cita-se Bogotá como grande exemplo de investimento em espaços públicos. Enrique Peñalosa, como Prefeito de Bogotá, tem a marca de gestor público que fez movimentos ousados para criar um ambiente mais seguro, limpo e igualitário para crianças e adultos. A decisão política foi fundamental na busca de uma estratégia de transporte progressiva e abrangente, que introduziu ciclovias protegidas, um sistema de transporte rápido de ônibus transportando meio milhão de passageiros por dia e uma rede de 1.200 novos parques e espaços de lazer. Esse investimento destacou a importância de levar a sério as necessidades de cidadãos vulneráveis, como as crianças, e, de reconhecer os direitos de acesso à espaços verdes, instalações esportivas, transporte e atividades culturais. A estratégia garantiu uma cidade com espaços públicos que conferem ambientes mais saudável, onde pessoas de todos os níveis de renda têm a liberdade de se deslocar a pé, de bicicleta e de transporte público. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

Figura 1 – Uso de bicicletas para deslocamentos e lazer das crianças em em Bogotá.



Fonte: Cuevas, 2020.

É interessante mencionar também que em Bogotá uma zona prioritária para crianças foi desenvolvida ao redor de uma creche em *Ciudad Bolívar*, onde intervenções serão testadas, incluindo acalmia do tráfego, orientação, programação de ruas lúdicas, parques *pop-up*, cruzamentos e calçadas melhorados, paisagismo aprimorado, assentos sociais e instruções comportamentais indicando uma área para crianças. As lições do plano piloto serão integradas a um plano diretor com potencial para implementar intervenções em cerca de 373 creches da cidade e atingir um percentual significativo da população de 0 a 12 anos e pais/responsáveis. (WILLIAMS; WRIGHT; ZU DOHNA, 2017)

Figura 2 - Zona prioritária para crianças ao redor de creches em Bogotá.



Fonte: Zurück, 2019.

Outra intervenção resultante do planejamento urbano para a cidade de Bogotá em *Ciudad Bolívar*, foi a estruturação do segundo anel do Projeto Integral *TransMiCable ce Ciudad Bolívar*, o *TransMiCable* é o meio de transporte elevado que beneficia a mais de 700.000 habitantes de *Ciudad Bolívar* desde o final de dezembro 2018. Para suspender o sistema de transporte elevado, as linhas de cabo se apoiam sobre 24 pilares, permitindo espaços públicos mais livres ao seu redor, oferecendo um espaço mais útil para a comunidade. (BARAYA, 2019)

Figura 3 - Projeto Integral TransMiCable



Fonte: Baraya, 2019.

Dessa forma, tem-se como resultado cerca de 77.000 m² de espaço público e 8.337 m² em edifícios para serviços sociais ao redor de algumas das estações e pilares, nos quais estão sendo construídos vinte e seis equipamentos e espaços públicos. Além de proporcionar viabilidade de deslocamentos para *Ciudad Bolívar*, o sistema também conta com a melhoria da qualidade de vida com por meio de projetos complementares que habilitam o espaço ao redor dos pontos onde aterrizam as bases dos pilares, aproveitando, assim, a infraestrutura para o benefício do espaço público da cidade e ambiências urbanas, segundo Baraya (2019). A seguir, por meio das figuras 4, 5 e 6, apresenta-se alguns desses espaços públicos que fazem parte do Projeto Integral TransMiCable.

Figura 4 – Espaços Públicos que compõem o Projeto Integral TransMiCable



Fonte: Baraya, 2019.

Figura 5 - Projeto Integral TransMiCable



Fonte: Baraya, 2019.

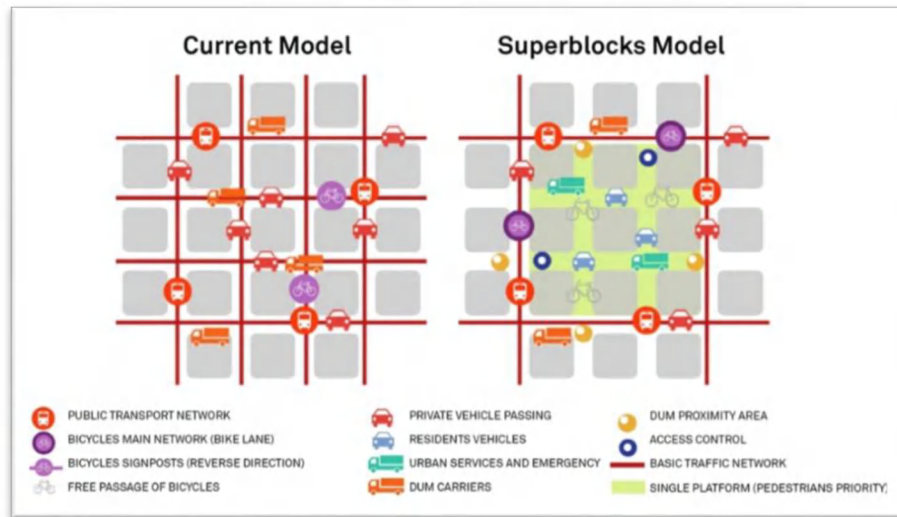
Figura 6 - Projeto Integral TransMiCable



Fonte: Baraya, 2019.

Outra iniciativa em destaque foi idealizada em Barcelona para encher a cidade ainda mais com vida. Uma nova estratégia denominada de “Superblocs” que restringe o tráfego nas principais vias ao redor de quarteirões consolidados de 400m por 400m está sendo testada. Estima-se que isso transformará as ruas internas em “espaços cidadãos” com maior espaço verde e seguro para cultura, lazer e atividades comunitárias. O Departamento de Mobilidade da cidade defende uma série de medidas para priorizar pedestres e ciclistas, apoiar uma rede de mobilidade eficiente e reduzir o impacto ambiental dos veículos. O modelo da intervenção é representado como mostra a figura 7, como exemplo da implementação do projeto como cenário existente e proposta do novo cenário. Já na figura 8, pode-se observar situações do cotidiano resultantes da implantação do projeto.

Figura 7 – Modelo de Superblocos



Fonte: Brass, 2017.

Figura 8 - Espaços cidadãos em Superblocos



Fonte: Brass, 2017.

Já em Santiago, no Chile, o Parque Infantil Bicentenário apresenta passagens acessíveis e contínuas por toda a cidade, abordando um *déficit* de espaço público de alta qualidade e favorecendo toda a cidade e amenizando a diferença e segregação entre bairros ricos e pobres. Em destaque, soluções de acessibilidade foram adotadas de forma específica ao local, como, por exemplo, a topografia foi otimizada no projeto para equilibrar espaços divertidos e seguros onde as crianças podem subir em um longo escorregador ou caminhar até o topo de uma copa de árvore, sem estar muito alto do chão. Assim, Fracalossi (2013) ressalta também que esses

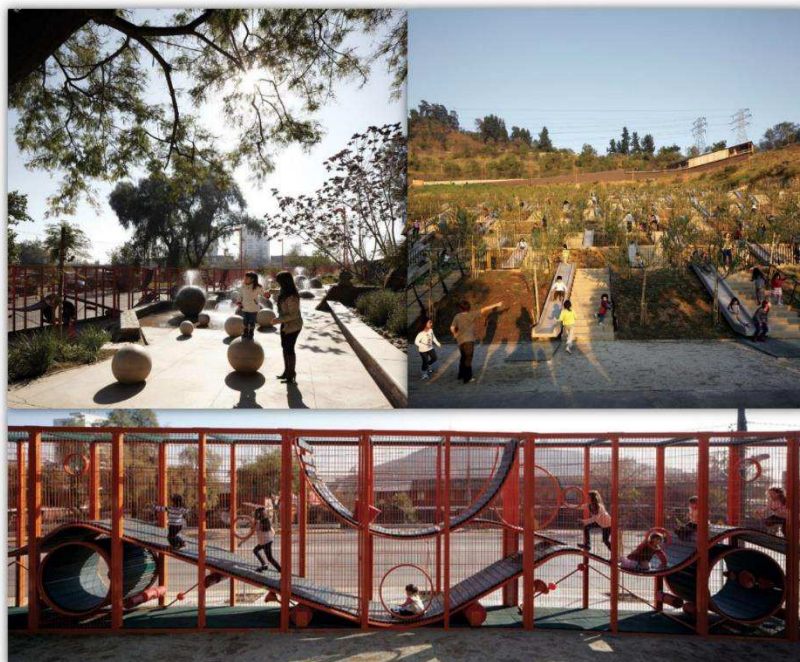
espaços costumam estar associados às características geográficas das cidades: rios, orlas marítimas, morros. Ainda, cita que um antigo canal agrícola que corre na base do Parque Metropolitano, o Cerro San Cristobal, configura um percurso horizontal contínuo de dez quilómetros que se pode transformar em pistas pedonais. Alguns desses espaços voltados para o lazer infantil são apresentados a seguir, conforme figuras 9 e 10.

Figura 9 - Parque Infantil Bicentenário



Fonte: Fracalossi, 2013.

Figura 10 - Parque Infantil Bicentenário



Fonte: Fracalossi, 2013.

Na Inglaterra, tem-se outra iniciativa que merece ser citada. Assim, como parte de esforços para melhorar o domínio público e um espaço mais familiar, em 2016 e 2017, o *Leeds City Council* forneceu parques *pop-up* temporários no centro da cidade Leeds. No projeto, o fluxo de veículos foi interditado numa via e as áreas foram gramadas artificialmente para criar um parque de 900m² com bancos, floreiras, espreguiçadeiras e mesas de piquenique para que trabalhadores do centro da cidade e crianças em período de férias escolares desfrutassem do verão. Com esta intervenção, uma pesquisa revelou que 85% das famílias que usam o parque passaram mais tempo no centro da cidade e 94% disseram que teriam mais chances de visitar o centro da cidade se houvesse mais espaços semelhantes. Como resultado desta proposta, apresenta-se a figura seguinte.

Figura 11 - Parques *pop-up* em Leeds



Fonte: Fracalossi, 2013.

Além dos exemplos supracitados sobre implementação de ações e intervenções na cidade para mais e melhores ofertas de espaços públicos com ambiência infantil, ainda é possível citar parques pelo mundo como exemplos de projetos para espaços públicos de lazer que colocam em prática vários princípios citados neste trabalho, integrando a natureza e gerando espaços seguros para brincar.

Dessa forma, cita-se Lisboa, em Portugal como uma cidade rica em espaços de lazer para crianças e que contém vários parques que atendem às necessidades do público infantil. Assim, destaca-se quatro espaços públicos nesse trabalho. São eles: O Parque Recreativo do Alto da Serafina, o Jardim da Estrela, o Parque Urbano do Neudel e o Parque Urbano do Jamor.

O Parque Recreativo do Alto da Serafina é um parque destinado a recreação infantil com um vasto conjunto de equipamentos lúdicos para diferentes faixas etárias, restaurante, parque de alimentação como uma área de diversão específica para crianças de até cinco anos e outra para crianças até 12 anos. O Parque conta também com uma escola de trânsito com um pequeno circuito composto de faixas, semáforos e todos os sinais de trânsito possíveis, além de possuir áreas relvadas e arborizadas, e, uma área com uma vista privilegiada sobre a cidade. Há ainda um labirinto e várias tendas de índios. É provavelmente um dos parques infantis mais concorridos de Lisboa e muito se deve à sua multiplicidade de ofertas espaços e atividades. (CARVALHO,2020)

Figura 12 - Parque Recreativo do Alto da Serafina



Fonte: Carvalho, 2020.

O Jardim da Estrela, no centro de Lisboa, foi desenhado há 163 anos com inspiração romântica dos jardins ingleses. Tem um bom parque infantil onde as crianças podem se divertir no *playground* com mobiliários em forma de animais, como uma girafa e um leão. Há também espaços relvadas para realizar pique nique, pegar sol ou ler um livro. Outro aspecto positivo a destacar nesse exemplo é a quantidade de bancos para atender os usuários. Há uma frota desse mobiliário, um a cada vinte passos, a ladear um extenso passeio público, considerado também um dos melhores circuitos de corrida da cidade. Estes são apenas alguns aspectos e serviços de valorização do espaço. (CARVALHO,2020)

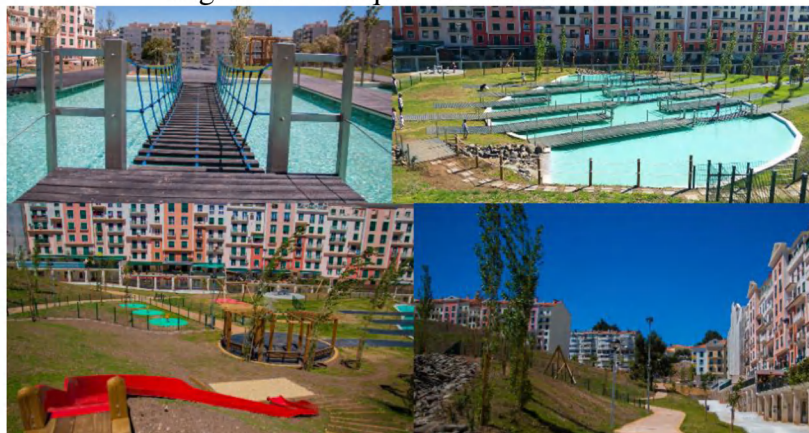
Figura 13 – Ambientes do Jardim da Estrela



Fonte: Carvalho, 2020.

O Parque Urbano do Neudel foi construído em uma zona onde há muito tempo não havia nada e conta com muitos e um pequeno parque aquático, onde a proposta é nadar e/ou saltar pequenas pontes para chegar em outras partes com zona lúdica. Por ter sido inaugurado em 2017, as 400 árvores ainda não dão muita sombra ao jardim, que oferece um circuito de equipamentos *fitness*, espelhos de água e uma cascata. É importante também citar mais um exemplo com numerosos banquinhos para os pais ou os avós descansarem enquanto as crianças se aventuram. (CARVALHO,2020)

Figura 14 - Parque Urbano do Neudel



Fonte: Carvalho, 2020.

No Parque Urbano do Jamor, não há só trilhas e espaço para corridas, mas muito exercício e aventura. Para as crianças, além de mini golfe, há uma zona de recreação com construções em madeira que proporcionam muita aventura, como o balouço Ninho, a Serpente de Areia, o Estaleiro com escorregador, um combinado de torres e pontes de acesso e uma

parede de escalada. Ainda há uma zona chamada de *Adventure Park*, com circuitos de arborismo cercado por pontes de corda, túneis suspensos e obstáculos. (CARVALHO,2020)

Figura 15 - Parque Urbano do Jamor



Fonte: Carvalho, 2020.

No Brasil também existem inúmeros parques que são idealizados principalmente para atender as demandas e necessidades infantis. Como exemplo, cita-se um parque na região nordeste do país e por apresentar os princípios abordados no referencial teórico desta monografia. Assim, tem-se o Parque da Liberdade em Fortaleza, que é resultado de um Concurso Nacional de Ideias promovido pela prefeitura municipal em 2018. O projeto vencedor conta também com a requalificação de espaços públicos datados do início do século passado com o objetivo de torná-los convidativos com ênfase especial na memória do Parque da Liberdade como Cidade das Crianças. (BARATTO, 2020)

Figura 16 - Parque da Liberdade



Fonte: Baratto, 2020.

Conforme alguns cenários reunidos na figura acima, pode-se acompanhar a descrição da proposta que contém um percurso exploratório ao longo do parque e conta com mobiliários adaptados e interativos, paisagismos contemplativos e memoriais que fazem alusão a fatos históricos da libertação dos escravos no estado do Ceará, além de edificações que visam a requalificação com novos usos como apoio para administração e segurança, bicicletário, cafés e restaurante. No mais, há reordenamento nos pontos de transporte público e um novo terminal que busca dinamizar o movimento das pessoas na região e dentro do próprio parque, assim aproveita a concentração de passageiros em pontos específicos para trazer maior segurança e movimento às áreas. (BARATTO, 2020)

Figura 17 - Parque da Liberdade



Fonte: Baratto, 2020.

3 SÃO LUÍS, PARQUES E PRAÇAS

Nessa parte do Trabalho de Conclusão de Curso, apresenta-se uma abordagem geral da cidade de São Luís com dados históricos e sua relevância cultural juntamente com alguns parques e praças de significativa importância para a cidade. O intuito aqui é contextualizar a cidade de São Luís e expor o cenário de praças e parques que se destacam como áreas verdes e opções de espaços públicos de lazer. Apesar da cidade apresentar muitas praias e que estas são consideradas grandes áreas livres urbanas para o lazer, o texto segue a linha dos espaços públicos mais voltados para praças e parques como uma breve descrição geral do cenário e

identificação desses espaços na cidade devido ao recorte territorial e objeto de estudo escolhido: um trecho do Parque e da Praça da Lagoa da Jansen. Sendo assim, segue algumas informações pertinentes à cidade que também é patrimônio da humanidade.

Guitarrara (2021), baseando-se em estudos históricos, afirma que a cidade de São Luís, ocupada a princípio por índios tupinambás, foi fundada por franceses no início do século XVII, invadida por holandeses em meados do mesmo século e posteriormente dominada e colonizada por portugueses marcando o conjunto arquitetônico da cidade e seu desenvolvimento urbano. Já Campos (2020) afirma que, a cidade de São Luís é um dos centros culturais mais dinâmicos do Brasil. A riqueza cultural da cidade advém dos grupos étnicos formadores dos aspectos da cultura do município, marcado por influências europeias, indígenas e africanas.

Segundo Guitarrara (2021), a cidade de São Luís é densamente povoada com uma população de mais de 1 milhão de habitantes, resultando em bases demográficas de 1.215,69 pessoas por quilômetro quadrado. É a cidade mais populosa do Maranhão e a 15ª do Brasil com, mais precisamente, 1.108.975 de habitantes. É o centro político e administrativo do Estado do Maranhão e onde se encontra o maior fluxo da economia.

Guitarrara (2021) afirma também que a indústria terciária é a que mais contribui para o PIB da cidade, estando na marca dos R\$ 33,7 bilhões, incluindo serviços de destaque como o de portos. Enquanto Campos (2020) afirma que, para além do setor terciário, com a presença de várias indústrias de pequeno e médio porte, a cidade também é um centro importante do setor secundário maranhense. A indústria de transformação é a principal do município, voltada em especial para o beneficiamento de alumínio e bauxita, entre outros minérios. Quanto ao setor primário, este é praticamente inexistente no município, pois não há disponibilidade de espaço territorial para o cultivo agrícola e atividades pecuárias.

São Luís se destaca também por abrigar o Porto de Itaqui e o porto Ponta da Madeira. Trata-se de dois importantes terminais portuários da Região Nordeste com relevância para a economia do Brasil. Outro setor de destaque é o turístico. A cidade conta com um belo acervo arquitetônico, formado por um conjunto de construções históricas, com destaque para arquitetura colonial portuguesa. Seu centro histórico foi reconhecido como patrimônio cultural em 1997 e foi incluído na lista de Patrimônios Mundiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1997. Os azulejos portugueses, típicos dos casarões coloniais locais, são símbolos da cidade. (CAMPOS, 2020)

3.1 Localização e Dados Morfológicos

A cidade de São Luís situa-se na ilha Upaon-Açu, nome oriundo da língua nativa dos povos indígenas e seu significado corresponde a Ilha Grande. Também chamada de Ilha de São Luís ou, em um termo mais antigo e considerado tecnicamente correto, Ilha Maranhão. Sua área territorial total é de 1455,1 Km² sendo composta por 4 municípios. O maior deles é São Luís com 831,7 km², seguido por São José de Ribamar com 436,1 km², Paço do Lumiar com 121,4 km² e Raposa com 63,9 km² (Figura 1). (DOS SANTOS, 2019)

Figura 18 - Divisão territorial da Ilha do Upaon-Açu



Fonte: Arquivo Émile Fróis, 2022.

A ilha Upaon-Açu localiza-se no litoral do Estado do Maranhão, mais especificamente ao norte, tendo como conexão com continente um único acesso através da Ponte da Estiva que cruza o canal natural do Estreito dos Mosquitos pela BR-135. No domínio geoambiental denominado de Golfão Maranhense, possuindo 2° 31' 47'' de Latitude Sul e 44° 18' 10'' de Longitude Oeste. O Estado do Maranhão pertence à região nordeste do país, ocupando 18,2% do território nacional Brasileiro (Figura 2). (DOS SANTOS, 2019)

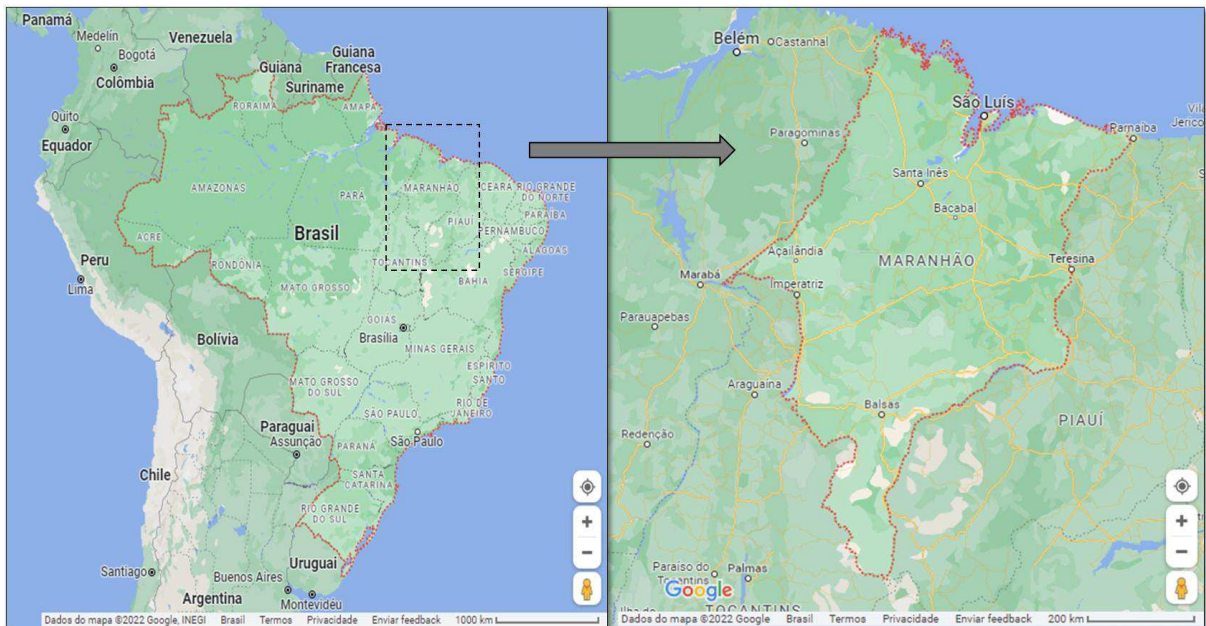
Figura 19 – Esquema de Localização de Ilha Upaon-Açu



Fonte: Arquivo Émile Fróis, 2022.

De acordo com dados expostos por Pena (2020), o território brasileiro possui como característica principal a sua grande extensão, o que o faz ser considerado como um país de dimensões continentais, ou seja, apresenta uma área equivalente à de um continente, detendo 8.514.876 km² de extensão. Seu território está dividido em 27 Unidades da Federação, sendo 26 estados e o Distrito Federal. Faz divisa territorial com 9 países da América do Sul e o Departamento Ultramarino Francês da Guiana. A extensão do território que não faz fronteira com países é limitada pelo litoral, banhada pelo Oceano Atlântico, segundo dados do Anuário Estatístico do IBGE de 2019, a costa brasileira tem uma extensão de 10 959 km (Figura 3). (BEZERRA, 2011)

Figura 20 - Mapa do Brasil e do Maranhão

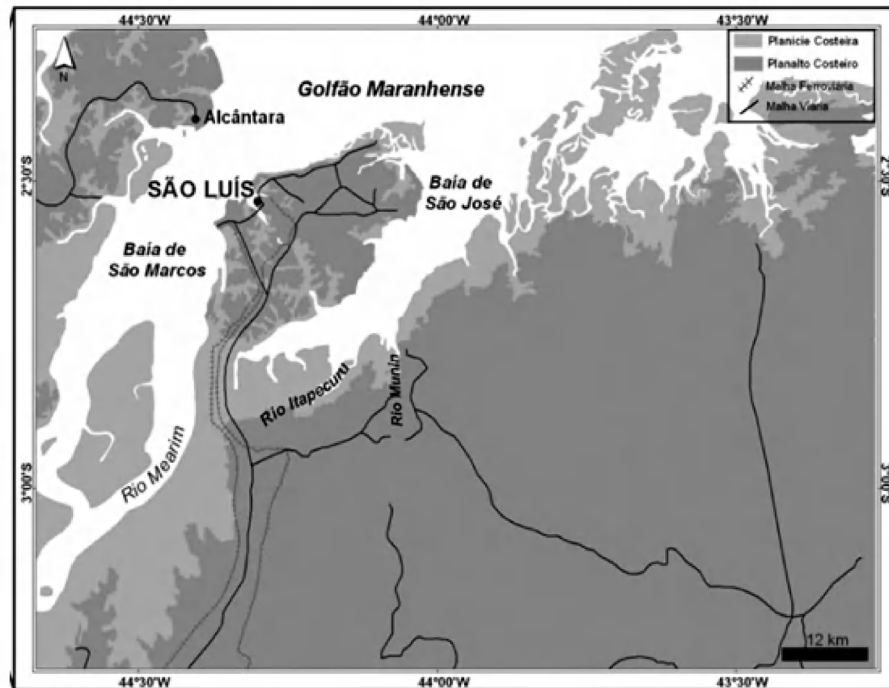


Fonte: Google Maps com alterações da autora, 2022.

Segundo Feitosa (2006), o litoral ou costa de um território, corresponde a uma zona que é periodicamente banhada por água do mar durante as marés altas e baixas. De toda a extensão litorânea, do território nacional brasileiro, o Maranhão possui cerca de 640 km de litoral do país dentro de seus limites (figura 3), estendendo-se de oeste a leste desde a foz do rio Gurupi, na divisa com o Estado do Pará, até o delta do Rio Parnaíba, no limite com o Estado do Piauí. Sendo a segunda costa mais extensa do Brasil e da Região Nordeste, superada apenas pela extensão costeira do Estado da Bahia.

De acordo com dados expostos por Teixeira; Souza Filho (2009), o já citado Golfão Maranhense, encontra-se no litoral do Maranhão, em região insular com origem natural e com saída para o oceano atlântico, é constituído por duas baías, São Marcos e São José, que se encontram separadas pela Ilha de Upaon-Açu (figura 4). As duas baías são consideradas de grande importância para o litoral do Maranhão, por abrigar foz de alguns dos principais rios do estado como o rio Itapecuru, o rio Mearim e o rio Pindaré, mas também pela densidade das atividades humanas e a circulação de riquezas, informa Feitosa (2006).

Figura 21 - Mapa de Localização do Golfão Maranhense

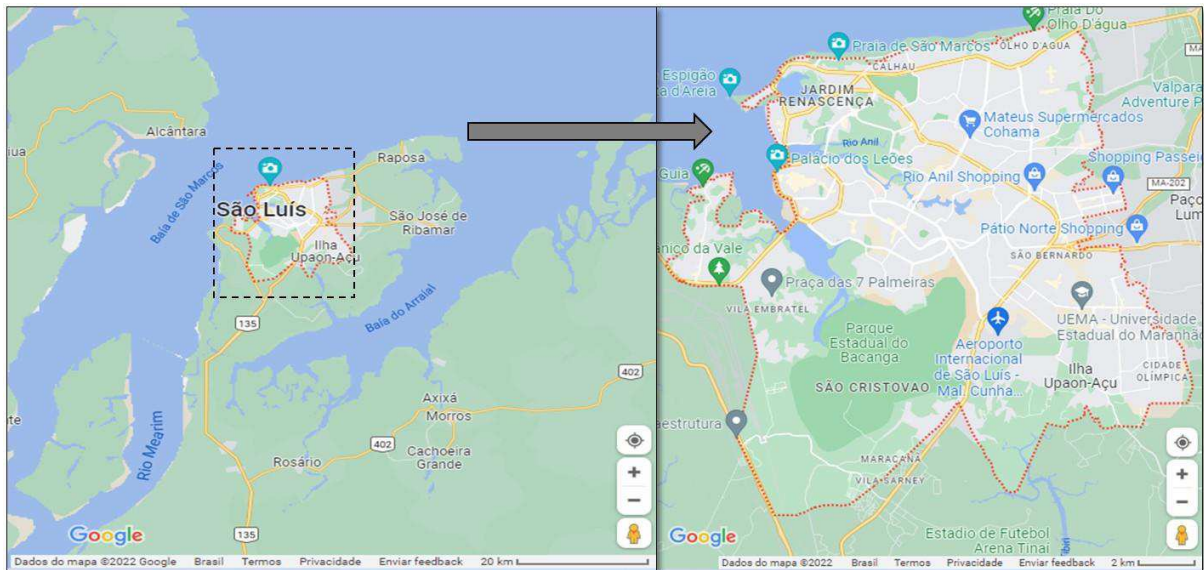


Fonte: Teixeira; Souza Filho (2009).

Campos (2020) afirma que a cidade de São Luís, o maior município da ilha Upaon-Açu, é formada predominantemente por áreas de planície litorânea, incluindo regiões de dunas e baixadas alagadas (Figura 5). Seu território é bem drenado e abriga diversos mananciais, entre os quais estão os rios Anil, Bacanga, Maracanã, Paciência e Tibiri. A geografia local é fortemente influenciada pelo Oceano Atlântico, por meio da vegetação litorânea e do clima tropical úmido.

Segundo dados coletados por Guitarrara (2021), as temperaturas são elevadas na maior parte do ano, com médias que variam de 23°C até 31° C. A umidade relativa do ar média é de 65%, chegando a 80% no período das chuvas, que se estende de dezembro a junho. Marcos estatísticos que são possíveis também graças a vasta extensão litorânea. As principais praias do município são a Ponta d'Areia, Ponta do Farol, Praia de São Marcos, Calhau, Olho d'Água, Praia do Meio e Praia do Araçagi. A cidade conta ainda com algumas lagunas, sendo a principal delas a laguna da Jansen.

Figura 22 – A ilha e São Luís



Fonte: Google Maps com alterações da autora, 2022.

Já sua cobertura vegetal pertence à chamada “Amazônia Maranhense”, dado ao bioma estender-se pelo noroeste e nordeste do estado. O trecho do litoral, conhecido como reentrâncias maranhenses, é composto principalmente por mangues e vegetação dunar, composta principalmente por gramíneas e plantas rateiras que suportam extremas quantidades de salinidade, e o atrito intenso dos grãos e movimentos de areia. A capital é recoberta ainda por trechos de floresta ombrófila, que se caracterizam pela alta densidade, por árvores de folhas largas, constantemente verdejantes, de relativa longevidade e resilientes a mudanças climáticas. (GUITARRARA, 2021)

3.2 São Luís e alguns Espaços Públicos de Lazer em Destaque

Sobre espaços públicos de São Luís, é possível dizer que o centro histórico concentra os espaços públicos mais famosos, visitados e notificados da cidade, como largos e praças mais memoráveis. Dentre eles, pode-se citar o Largo dos Amores que abriga a Praça Gonçalves Dias, o Largo do Palácio, a Praça Pedro II, o Largo de João do Vale que abriga a Praça Benedito Leite, a Praça do Desterro, a Praça das Mercês, o Largo de São João que abriga a Praça Henrique Leal, o Largo do Carmo que abriga a Praça João Lisboa, o Largo de Santo Antônio, Praça Odorico Mendes, Praça da Misericórdia e a Praça da Bíblia. (PACHECO, 2019)

Além desses espaços públicos, a cidade ainda conta com o Complexo Deodoro, onde estão situadas as praças Deodoro, Pantheon, Alameda Silva Maia e Alameda Gomes de Castro, localizado próximo a principal rua de comércio da cidade chamada Rua Grande, tendo o comércio como principal atividade mas também abrigando um dos centros nodais para o transporte público na cidade. Destaca-se ainda a praça Maria Aragão, localizada na Avenida Beira Mar, bastante utilizada para eventos como shows, feiras, comícios e festivais. A praça Nauro Machado, uma das praças mais visitadas por turistas, localizada na centralidade da área de preservação cultural de São Luís, área do projeto Reviver. Estas são algumas praças que compõem o conjunto de espaços públicos que desempenha inúmeras funções do cotidiano no centro da cidade para habitantes e turistas. (ROCHA, 2021)

Figura 23 - Localização das principais praças do Centro de São Luís



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora, 2023.

De acordo com as praças apresentadas na figura acima, faz-se uma sequência de imagens para conhecimento e demonstração da paisagem e ambiência de cada uma delas. Dessa forma, tem-se o intuito de demonstrar esses espaços públicos que oferecem lazer passivo e contemplativo no centro da cidade ao mesmo tempo que apresenta as praças mais recentes que oferecem espaços próprios para as práticas esportivas e brincadeiras. Entretanto, cabe ressaltar

que aquelas praças que não possuem *playground* ou espaços especificamente projetados para tais atividades de lazer ativo, ainda assim são utilizadas pelas crianças e adolescentes para brincadeiras e passeios de patins, *skate* e bicicletas (Figura 24, Figura 25, Figura 26 e Figura 27).

Figura 24 – Praça Deodoro e Praça da Bíblia e seus espaços lúdicos para crianças.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2022.

Figura 25 – Praças de São Luís voltadas ao lazer, descanso e contemplação.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2022.

Figura 26 - Praças de São Luís voltadas ao lazer, descanso e contemplação.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2022.

Figura 27 - Praças de São Luís voltadas ao lazer, descanso e contemplação.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2022.

Segundo Pacheco (2019), as localizações e configurações das praças e largos da cidade de São Luís são baseadas na centralização dos órgãos públicos administrativos e das

atividades econômicas e culturais no restante do espaço. Ou seja, há uma convergência de instituições e funções na praça, da qual emerge o domínio e a coerção das relações urbanas. Adjacentes às praças principais encontram-se espaços eclesiásticos, sociedades legais, ordeiras e morais, palácios públicos, opções comerciais e administrativas, bem como de entretenimento. Satisfatoriamente equipados e concebidos para facilitar a circulação e concentração de pessoas, cumprindo a sua finalidade funcional agregando diversos serviços de interesse comum.

Além das já citadas por suas relevâncias, popularidades e localidades, a cidade também conta com vários espaços públicos distribuídos pelos bairros que atendem à demandas locais. São Luís é composta por aproximadamente 210 bairros, de acordo com dados de 2010. Esses incluem aqueles bairros maiores que, por vezes, se subdividem em unidades administrativas menores, sendo nomeados em conformidade. Para cada bairro ou unidade administrativa, é possível contar com pelo menos um espaço público, como uma praça ou quadras de esporte, principal e central que atenda às necessidades daquela localidade. (GUITARRARA, 2021)

Ainda pode-se citar o Espigão Costeiro da Ponta D'areia, que atrai muitas pessoas todos os dias para realizar diferentes atividades de lazer; a Avenida Litorânea, que se estende da ponta do farol até a praia do olho d'água e possui inúmeras opções de desfrute do espaço público (*Figura 28*); e as praias, dividindo toda a costa marítima, que garantem belas paisagens emoldurando a cidade (*Figura 29*).

Figura 28 - Fotos aéreas de espaços dedicados ao público infantil na região das praias.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2022.

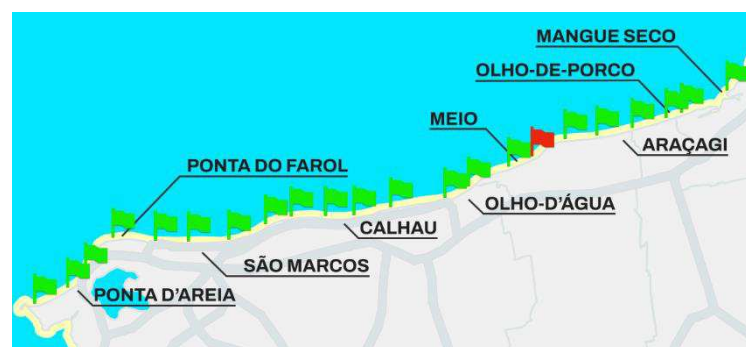
Figura 29 – Fotos aéreas de algumas praias da cidade de São Luís.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2022.

Estes espaços públicos da cidade de São Luís são de grande relevância para o lazer ludovicense e para o turismo da região. No mapa de localização (Figura 30) é possível identificar as praias já citadas da Ponta d'Areia, da Ponta do Farol, de São Marcos, do Calhau, do Olho d'Água, do Meio e do Araçagi, podendo-se citar ainda as mais afastadas, Praia Olho de Porco e Mangue Seco; São regiões de importante representatividade no lazer ludovicense e de atração para o turismo.

Figura 30 - Mapa de Localização das Praias de São Luís



Fonte: Divulgação/SEMA, 2022.

A partir das imagens apresentadas nas figuras anteriores, pode-se perceber a diferença dos espaços públicos de lazer na região das praias de São Luís. São cenários urbanos que demonstram as dinâmicas da cidade de acordo com o tempo e a arquitetura e urbanismo. Demonstram o contraste das praças do centro com os espaços públicos junto às praias que também são consideradas um grande espaço livre para recreação de moradores e turistas, de todas as idades.

Contudo, os espaços públicos de lazer na cidade de São Luís não se limitam a praças, largos, complexos ou praias, existe também a presença de Parques que são cada vez mais utilizados como importantes pontos de encontro ao ar livre para a população, e principais áreas para atividades físicas, de lazer e esportes. Segundo Governo do Maranhão (2022), existem 11 (onze) parques construídos e gerenciados pelo estado. O Maranhão concentra cinco desses espaços públicos, de livre acesso aos cidadãos, em São Luís e seis no interior do estado. Os espaços contam com quadras para práticas esportivas, pista de caminhada, área de vivência e diversos atrativos de lazer, principalmente para as crianças.

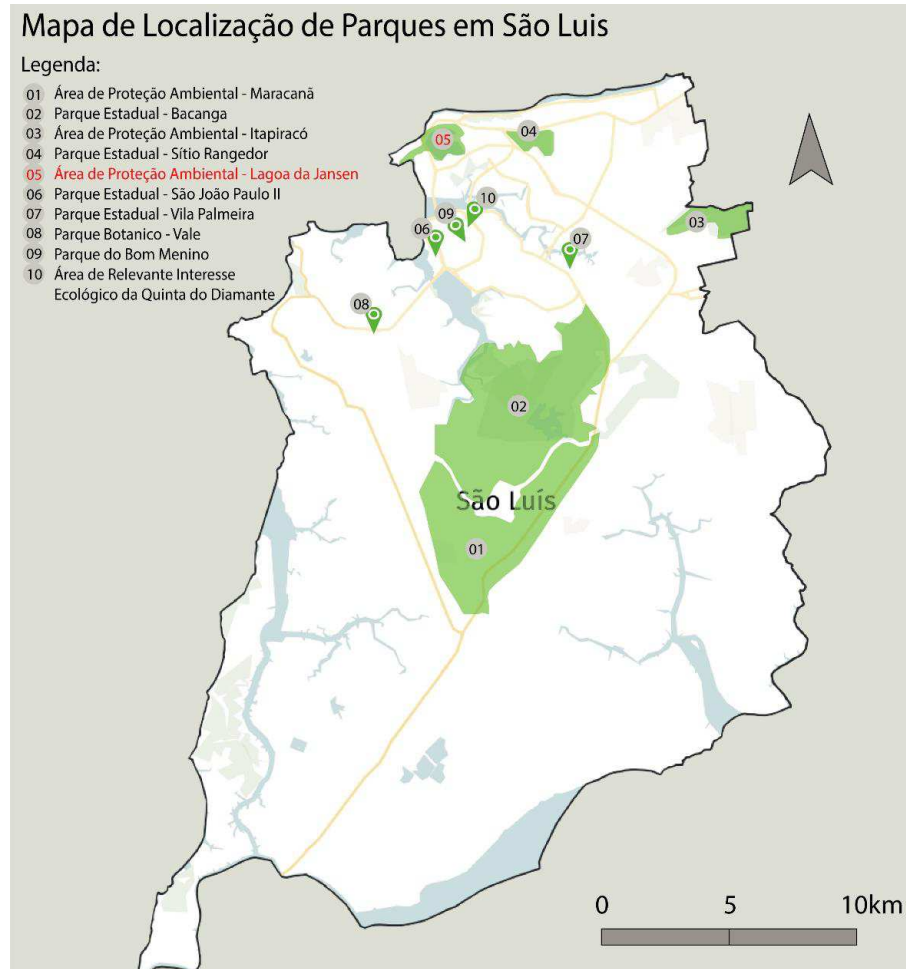
Os situados em São Luís são: Parque do Rangedor, Parque Itapiracó, Parque São João Paulo II, Parque da Vila Palmeira e Parque Ecológico Lagoa da Jansen. Além da cidade de São Luís, o governo do estado mantém mais seis parques em outras cidades do estado, com áreas de lazer e estrutura com capacidade de atender usuários e realizar eventos. São eles o Parque João do Vale, o Parque das Águas, o Parque das Dunas, o Parque de Bacabal, o Parque de Caxias e o Parque Ambiental de Codó; eles se localizam nas Cidades de Pedreiras, Morros, Barreirinhas, Bacabal, Caxias e Codó respectivamente. (GOVERNO DO MARANHÃO, 2022)

Porém, o Instituto Socioambiental, ISA (2004) se apresenta como uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que cataloga as áreas de conservação ambiental no Brasil, identifica também 5 (cinco) parques na região de São Luís sob administração e responsabilidade do Governo Estadual, e que são legalmente áreas de preservação ambiental e relevância ecossistêmica. São eles: Os já mencionados; Parque Estadual do Rangedor, Parque do Itapiracó ou Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, Parque da Lagoa da Jansen ou Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen; e os não antes mencionados, Parque Estadual do Bacanga e Parque do Maracanã ou Área de Proteção Ambiental do Maracanã. Por fim, ainda é possível elencar 3 (três) parques de administração municipal ou privada, que são: o Parque da Quinta do Diamante ou Área de Relevante Interesse Ecológico da Quinta do Diamante; O parque Botânico Vale; e o Parque do Bom Menino. (*Figura 31*).

Segundo Pádua (2011), as áreas de relevante interesse ecológico especificam unidades de conservação de uso sustentável, geralmente de pequena extensão e com pouca ou nenhuma ocupação humana, exibindo características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de

importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

Figura 31 - Mapa de Localização de Parques da Cidade de São Luís



Fonte: Arquivo Émile Fróis, 2022.

A área de relevante interesse ecológico da Quinta do Diamante, que popularmente é conhecida como “Parque da Quinta do Diamante”, é uma unidade de conservação de uso sustentável localizada no centro de São Luís, criada por decreto municipal. O Parque do Diamante possui mais de três hectares de área verde, remanescente amazônica. A criação da unidade de conservação no Diamante foi com o objetivo de preservar o patrimônio ambiental que abriga uma vegetação densa com nascentes, fauna e flora diversificadas e intocadas. Também se buscou proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, proteger e recuperar recursos hídricos, garantir a conservação de fragmento florestal em ambiente urbano. (PÁDUA, 2011)

Figura 32 - Vista Aérea Parque Quinta do Diamante



Fonte: Google Earth, 2023.

O Parque do Bom Menino localizado no centro da cidade de São Luís também é uma unidade de conservação criada pelo decreto municipal, com área de 9.557 m², com trilhas e muitas árvores. Na área, há espaço para caminhadas, pontos para alongamentos e aparelhos de musculação, pistas longas e largas facilitam os treinos de ciclistas. O ginásio poliesportivo é destinado para treinos e campeonatos de futsal e serve também para a realização de eventos. Já o Parque Botânico Vale é um parque municipal privatizado, sob responsabilidade administrativa da Mineradora Multinacional Brasileira Vale S.A. que também foi privatizada em 1997, localizado na região de Itaqui-Bacanga. Foi o primeiro parque botânico construído na cidade e é um espaço voltado ao lazer, pesquisa, cultura e educação ambiental. (PÁDUA, 2011)

Figura 33 - Vista Aérea do Parque do Bom Menino



Fonte: O Imparcial, 2015.

Figura 34 - Área do Parque do Bom Menino dedicada ao público infantil.



Fonte: Governo Do Maranhão, 2020.

Figura 35 - Vista Aérea do Parque Botânico Vale



Fonte: Google Earth 3D, 2023.

O Parque da Vila Palmeira, localizado no bairro da Vila Palmeira, é um espaço para integração e convivência comunitária com estrutura e capacidade para grandes eventos culturais e esportivos. Com área aproximada de 40 mil metros quadrados, o local conta com quadra poliesportiva, campo de futebol, fonte luminosa, pista de caminhada, lago artificial, pista de skate, espaço para brinquedos infantis, academia ao ar livre e quiosques. Já o Parque São João Paulo II inaugurado em dezembro de 2020, ocupando área de 64 mil metros quadrados, está estruturado com vários atrativos, incluindo praças, jardins, playground, praça da alimentação, local para feiras e eventos. (GOVERNO DO MARANHÃO, 2019)

Figura 36 - Vista Aérea do Parque da Vila Palmeira



Fonte: Governo do Maranhão, 2022.

Figura 37 - Vista Aérea do Parque São João Paulo II



Fonte: Oliveira, 2020.

O Parque Estadual Sítio do Rangedor é um dos mais populares da cidade, tem cerca de 120 hectares, mais de 90% destes com mata preservada. Conta com quadras de esportes, praças com aparelhos de academia ao ar livre, borboletário, pista de caminhada, ciclovia, áreas para piquenique, mirante de contemplação, estação de bicicletas elétricas para uso gratuito da população, quiosques e área de vivência. Já a APA do Itapiracó (Área de Proteção Ambiental) possui campos de futebol, quadra poliesportiva coberta, parquinho infantil, circuito de skate, áreas para futebol de areia, futevôlei e as Praças do Atleta, da Criança e da Família. Circundam

a reserva outras 13 praças de menor porte que levam para trilhas ecológicas e pista de cooper, somando mais de 10 km de áreas para caminhada. (GOVERNO DO MARANHÃO, 2019)

Figura 38 - Vista Aérea do Parque do Rangedor



Fonte: G1 Maranhão, 2020.

Figura 39 - Vista Aérea do Parque do Itapiracó



Fonte: Garrone, 2017.

A Área de preservação ambiental do Maracanã e o Parque Estadual do Bacanga fazem fronteira um com o outro. O parque do Bacanga tem área de 3.075 hectares, entre a margem do rio Bacanga e a APA do Maracanã. Já a APA do Maracanã, é uma unidade de conservação, com 1.831 hectares e limita-se ao norte com o Parque Estadual do Bacanga e, ao sul, com o rio Grande. Apresentam florestas de galerias entremeadas por igarapés de água doce, terras baixas e formações, colinosas. Abrigam nascentes, afluentes e bacias hidrográficas que alimentam o abastecimento urbano, de cerca de 30%, de água da cidade de São Luís. Tem como

4 RECORTE TERRITORIAL ESTUDADO: Parque Estadual da Lagoa da Jansen, Praça da Lagoa e Praça do Foguete

A Lagoa da Jansen está localizada na área noroeste da ilha do Maranhão (Upaon-Açu), tendo como coordenadas geográficas 2°29'08'' de latitude sul e 44°18'02'' longitude oeste, sendo delimitada ao norte com a praia da Ponta d'Areia e o Conjunto São Marcos, ao sul com o bairro do São Francisco e da Ilhinha, a oeste com o bairro da Ponta d'Areia e leste com o bairro do Renascença (Figura 18). Com uma extensão de aproximadamente 160 hectares e profundidade média de 3,5 metros, constitui um ambiente deposicional, com mais de 30% de matéria orgânica como argila e detritos diversos. (SOUSA, 2014)

Figura 42 - Mapa de Entorno de Lagoa da Jansen



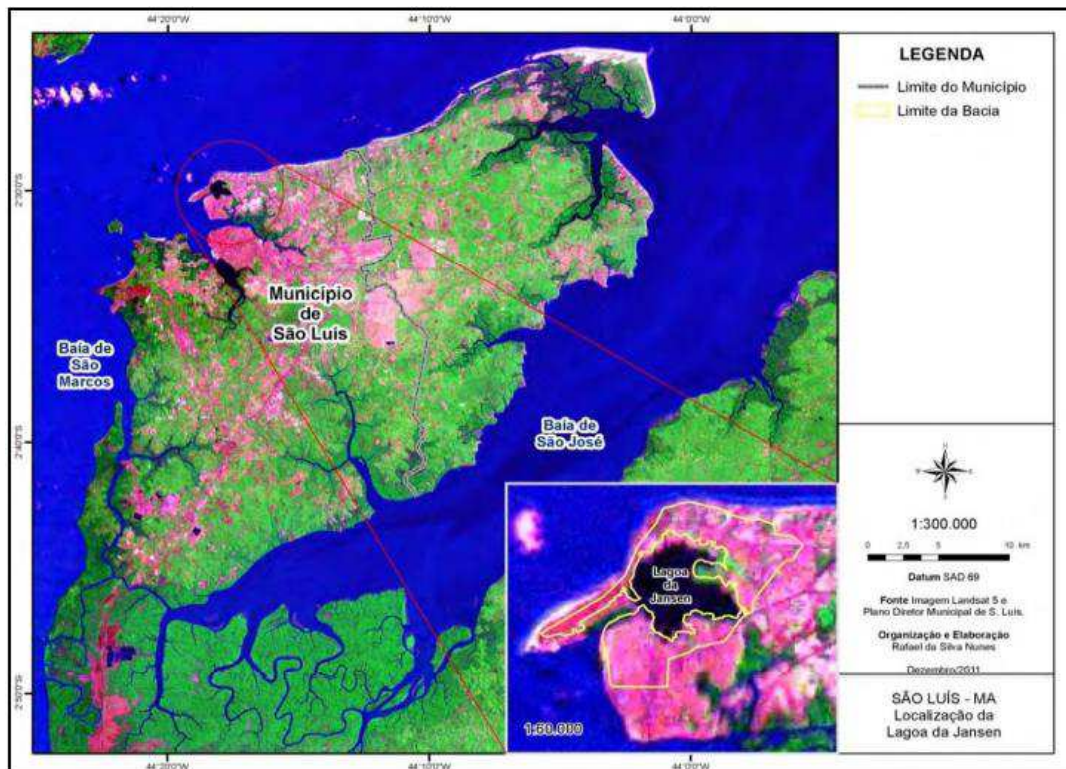
Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís, 2012. Adaptado por Cavalcanti, 2020.

A Lagoa da Jansen, como comumente é chamada, pode ser classificada como uma laguna de origem antrópica constituindo-se num corpo d'água salobra, a qual apresenta fluxo e refluxo com as águas marinhas da Baía de São Marcos, através de um canal artificial (o bueiro duplo celular) por ocasião das altas marés, ou seja, as de maiores amplitudes, através do Igarapé da Jansen. A sua origem deve-se ao barramento do Igarapé da Jansen, na década de 70, pela construção das Avenidas Ana Jansen e Colares Moreira. A Laguna da Jansen apresenta fauna e flora típica de ambientes marinhos. (MASULLO, 2014)

As influências marinhas diretas ocorrem através do igarapé que interliga a Lagoa com a baía de São Marcos, representadas pela infiltração de água salgada durante a preamar, criando condições para a manutenção das formações de manguezais na área da laguna. Ao longo do tempo grande parte da cobertura vegetal foi retirada, restringindo a vegetação da lagoa a

alguns resquícios da flora original e espécies regeneradas. As espécies mais frequentes que se destacam na área são o mangue vermelho e a siriúba. É possível observar a presença de babaçu, buriti, tucum e juçara, esta última geralmente localizando-se nas áreas úmidas ao longo dos cursos fluviais. (CAVALCANTI, 2020)

Figura 43 - Mapa de Localização da Lagoa da Jansen



Fonte: UEMA/NuGeo, 2011.

Em decorrência da mistura de águas marinhas e continentais e consequente precipitação dos sedimentos em suspensão, os solos de mangue são lamacentos e profundos, apresentando alta concentração de salinidade e matéria orgânica em decomposição. Com o passar do tempo e a gradativa urbanização das áreas circunvizinhas, dessalinizaram-se as águas represadas, causando a morte da vegetação original e transformando a laguna, em depósito de esgotos domésticos, lançados in natura. Tal situação, se não altera as características geotécnicas do solo, indica que o fundo da laguna, contém uma camada lodosa, produzida pela biodigestão anaeróbica da matéria orgânica, conduzida pelos efluentes nela lançados. Outrora a área estava sujeita a variações semidiurnas de marés, o que permitia o desenvolvimento de ecossistemas litorâneos característicos de costa macrotidal, dos quais o mangue era a categoria predominante, ocupando praticamente todo o espaço, além de apicuns e formação de transição. (BRANCO, 2012)

4.1 Histórico e Identificação do Recorte Espacial – Objeto de Estudo

A Lagoa da Jansen surge por volta dos anos 70, devido ao Plano de expansão de São Luís e a urbanização da Ponta D'Areia, ocorrendo uma crescente ocupação no entorno da Lagoa gerando vários danos ambientais como consequência das construções em larga escala. Tal crescimento se iniciou em 1958, quando foi criado um plano diretor chamado Plano de Extensão da Cidade de São Luís. Este tinha o objetivo de expandir as ruas, bairros e avenidas da cidade. O Anel Viário e a urbanização dos bairros de São Francisco e Ponta D'Areia eram ações que constavam nesse plano. (SOUSA, 2014)

O movimento migratório foi ainda mais intensificado nessa mesma década porque o governo convenceu a população de que em vinte anos, a cidade sofreria um crescimento alarmante devido às instalações industriais e com as exportações dos seus produtos. Assim, houve uma crescente migração de pessoas do interior do estado e de estados vizinhos em busca de emprego. (SOUSA, 2014)

Com o intuito de construir um complexo siderúrgico em São Luís e transportar o minério da Serra dos Carajás até o porto da ilha, vários loteamentos e grandes conjuntos residenciais foram construídos ao redor da cidade desde 1970. Ao mesmo tempo, a invasão desenfreada de áreas alagadas e manguezais ocorreu em ritmo acelerado, desorganizando o tecido urbano e descoordenando o Plano de Expansão de São Luís. (SOUSA, 2014)

Com o crescimento da população, foram criadas grades vias principais (avenidas) e entre eles a Av. Maestro João Nunes, agora conhecida como Av. Ana Jansen. Essa rua facilitou o acesso dos moradores à praia, pois a Ponta D'Areia ficava a apenas 4 km do centro da cidade, em comparação com a praia Olho D'Água, que se encontra a 10 km do centro da cidade. Com a construção dessas avenidas no entorno da Lagoa surgiram alguns loteamentos de classe média que deram origem aos bairros São Francisco, Renascença I e II e Ponta do Farol. Surgindo no final da década de 70 e início de 80. (SOUSA, 2014)

Em 1975, o Plano de Urbanização da Ponta D'Areia tinha como objetivo transformá-la em polo turístico e residencial de classe alta por ser a praia mais próxima do centro da cidade. Dentre as várias obras desse plano, estava a ligação do bairro São Francisco com a praia, através da construção da Av. Maestro João Nunes, já citada. A obra foi realizada pela Prefeitura de São Luís, permitindo uma ligação entre o bairro do São Francisco e a Ponta da Areia, passando sobre o Igarapé da Jansen. (BRANCO, 2012)

A obra de engenharia realizada consistiu na execução de aterro com instalação de um canal tubular de concreto, como um bueiro duplo celular (Figura 20). Após a intervenção, o controle de fluxo das marés para dentro da laguna se dá através do bueiro celular instalado, operando alternadamente, ora com o objetivo de extravasar, quando as contribuições da bacia drenante ocasionam a elevação do nível da laguna, ora como alimentador, quando as marés atingem níveis superiores, capazes de reverter o fluxo; porém, constantemente um volume apreciável de água fica represado. (BRANCO, 2012)

Figura 44 - Foto de Bueiro Celular instalado sobre o Igarapé da Jansen

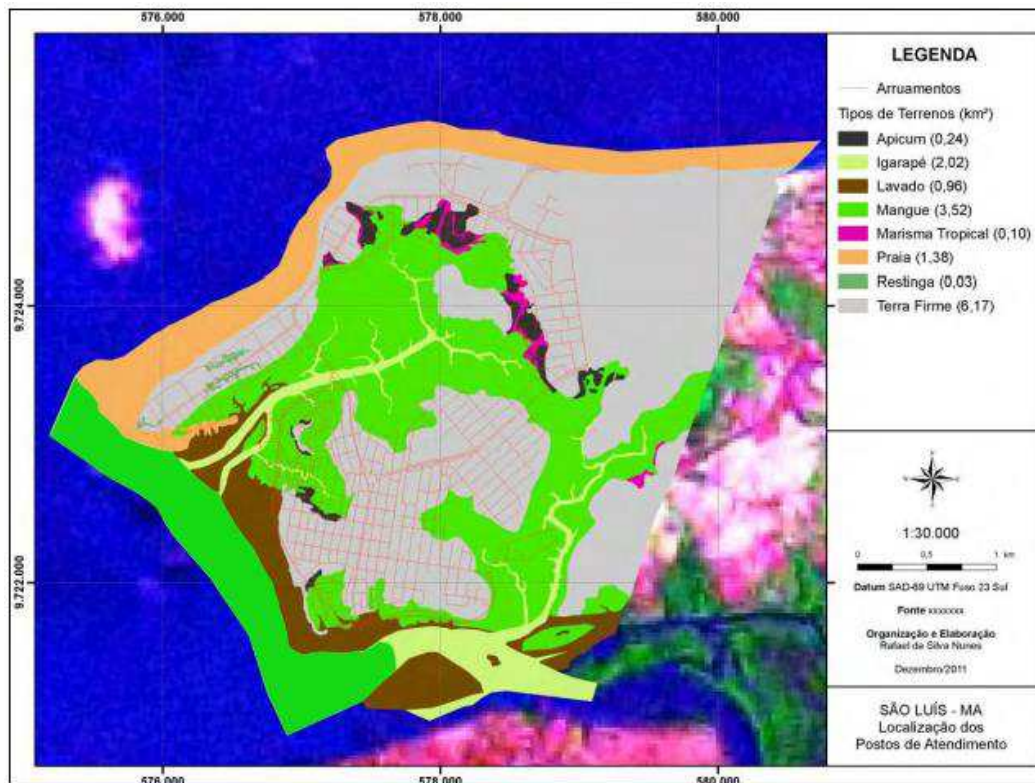


Fonte: Branco, 2012.

Na época da implantação do projeto de represamento do igarapé que originou a laguna não exigia Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), então construiu-se esta barragem transformando-a em Unidade de Conservação, com o nome de Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, através da Lei Estadual 4.878, de 23 de junho de 1988. Logo, A Lagoa da Jansen não se constituiu num elemento geográfico natural, não sendo resultado de dinâmicas da natureza, mas sim da ação humana com o represamento de suas águas, pois antes havia a lavagem natural de seus manguezais pelo Igarapé da Jansen. (BRANCO, 2012)

Anteriormente, a área era formada por um manguezal, entrecortado pelo Igarapé da Jansen e sujeita aos fluxos e refluxos normais e permanentes das marés, garantindo uma comunicação direta com o oceano Atlântico, na Baía de São Marcos. Evidencia-se nas unidades de paisagem do ambiente estudado (Figura 21) que, antes da construção das Avenidas Colares Moreira (1969-70) e Ana Jansen (1975), o panorama do espaço na região onde hoje se localiza a lagoa da Jansen se articulava de forma diferente, montando outro contexto de paisagem natural. (BRANCO, 2012)

Figura 45 - Unidades de paisagem da área da Lagoa da Jansen; 1967.



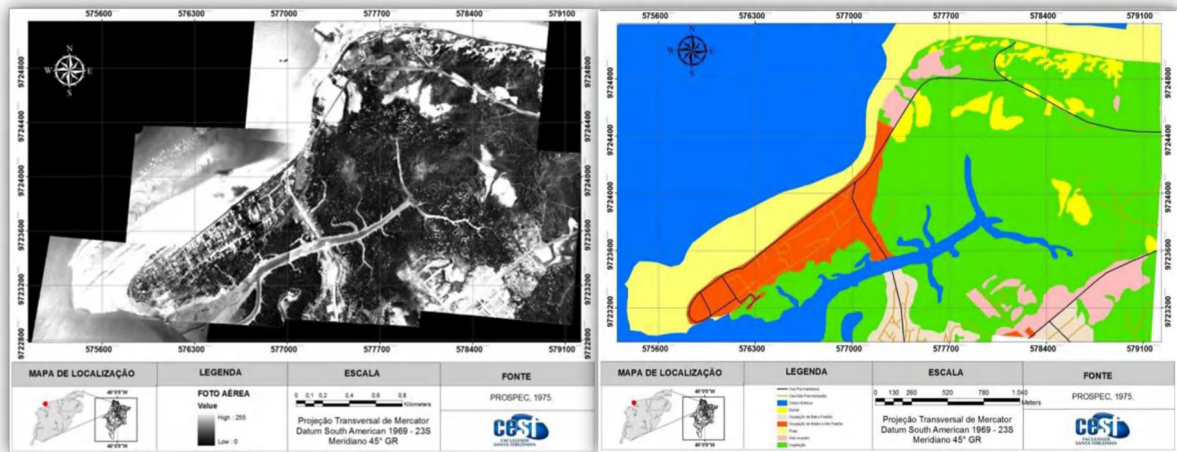
Fonte: Branco, 2012.

Na orla marítima próxima a Lagoa, o incentivo à valorização do turismo começou a crescer, visto que até então, o turismo era voltado apenas para o centro histórico. Assim, com essas conturbações sociais, a população continuou a aumentar e junto com ela, o desenvolvimento espacial, de maneira que o poder público não foi capaz de ofertar os serviços de infraestrutura urbana na mesma velocidade, agravando os problemas de água, esgoto e pavimentação. Cabe lembrar que a industrialização, tão difundida na década de 70, não ocorreu. O êxodo rural, porém, se intensificou, sobretudo pela falta de uma política agrária condizente com a realidade do estado. Com isso, nota-se que a real situação da cidade, especificamente da área da Lagoa da Jansen, é marcada pela disparidade existente entre as classes sociais. (SOUSA, 2014)

É possível observar o contraste existente entre as décadas, comparar o antes e depois, da intervenção de aterramento e drenagem realizados no Igarapé da Jansen, as consequências ambientais geradas no entorno e reflexos no desenho urbano da região. As imagens de satélite de 1975 (Figura 22) e 2011 (Figura 23) marcam a mudança drástica na paisagem urbana, assim também como os esquemas de setorização de uso e ocupação do solo onde a cor azul são os

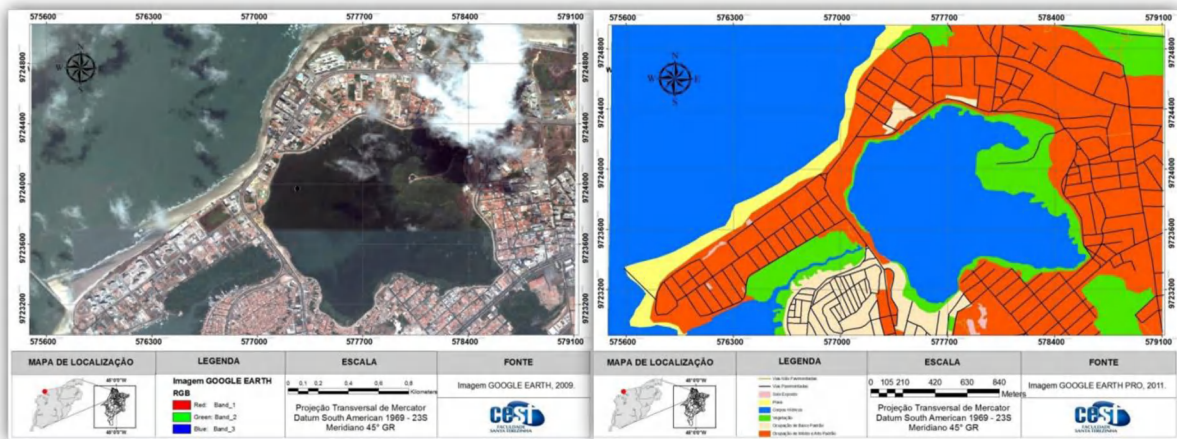
corpos hídricos, as cores amarelas são praias e dunas, a cor rosa as ocupações de baixo padrão, a cor laranja são ocupações de médio e alto padrão e a verde vegetação.

Figura 46 - Imagem de Satélite e Uso e Ocupação do Solo em 1975 - Lagoa da Jansen.



Fonte: Masullo, 2014.

Figura 47 - Fotos de Satélite e Uso e Ocupação do Solo em 2011 - Lagoa da Jansen.



Fonte: Masullo, 2014.

Foram desenvolvidos projetos para revitalização da Laguna da Jansen, onde foram colocados em vigor a proposta, prevista no Plano Diretor de São Luís (2000), de colocar a mesma como um dos principais cenários turísticos da cidade. a Lagoa da Jansen foi gradativamente sendo transformada em local para lazer e turismo. Então em 1988, a Lagoa foi elevada à categoria de Parque Ecológico da Lagoa da Jansen pela Lei Estadual nº 4.778. Com a criação do Parque, o município buscou soluções para acabar com a poluição e melhorar o aspecto estético e funcional do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.

Na Lei Estadual nº 4.778/1988 no Art. 1º a Lagoa da Jansen tem “fim de uso público, diversões, esportes e áreas verdes dentro dos limites a serem fixados pelo Poder Público” (BRASIL, 1988, p.1), no documento também é abordado sobre a preservação dos manguezais existentes. Então houve grandes investimentos no mercado imobiliário na área, isto agravou a ocupação desordenada. Como a Ponta d’Areia está perto da orla marítima, houve investimentos imobiliários massivos a fim de beneficiar o mercado turístico. A construção residências, estabelecimentos comerciais e áreas de lazer públicas se intensifica a partir da década de 90, no entanto a gestão municipal não conseguiu acompanhar esse crescimento urbano e foi incapaz de oferecer os serviços de infraestrutura urbana, piorando as condições de saneamento básico e pavimentação. (CAVALCANTI, 2020)

Então, foi desenvolvido um Projeto de Saneamento Básico visando atender as populações atuais e futuras a respeito do abastecimento de água e no tratamento de esgoto. O abastecimento de água teria seu atendimento, de forma prioritária, para os cidadãos de baixa renda no entorno da Lagoa e no futuro podendo atender as demandas dos conjuntos habitacionais vizinhos. Sobre o esgotamento sanitário, este tinha o intuito de afastar totalmente os esgotos domésticos, colaborando para despoluir e recuperar a Lagoa da Jansen. Já o Projeto de Drenagem geraria condições adequadas de escoamento das águas pluviais evitando erosões, alagamentos e todos os problemas derivados da ausência ou péssimo funcionamento de drenagem (VIÉGAS, 1996).

O objetivo era fazer a revitalização de toda a região e viabilizar o desenvolvimento do lazer e do turismo simultaneamente com a redução dos impactos urbanos e ambientais (MARANHÃO, 1993). No programa já mencionado, foi determinado a projeção de mosaicos demarcando equipamentos e mobiliários urbanos, promovendo segurança, lazer, saúde e propagando os efeitos benéficos por toda a região dentro do perímetro da Lagoa da Jansen. (TARGINO, 1999)

Conforme Targino (1999), a primeira etapa de urbanização foi iniciada em julho de 1998, compreendendo o trecho delimitado entre o Jornal do Estado do Maranhão e a curva da Ponta d’ Areia, onde foi construído a ciclovia, pista de cooper, praças, quiosques, bares, restaurantes e estande. O primeiro passo para o começo das obras foi o desmatamento e retirada do lixo, seguido pela terraplanagem. As obras seguiram e no início do século XXI, foi realizada a terceira e última etapa de intervenção urbanística no entorno da Lagoa, foram construídos vários equipamentos urbanos. O Projeto de Urbanização da Lagoa da Jansen, em 2001, foi o

percursor de diversas melhorias que modificaram a fisionomia urbanística Lagoa da Jansen e dos bairros no entorno.

O Governo do Estado do Maranhão concluiu as obras de intervenção em três anos, sendo considerada uma das mais importantes iniciativas turísticas e ecológicas para a cidade. O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen foi completamente urbanizado e ‘saneado’, possuindo um sistema de coleta e tratamento de esgoto que atende os bairros no entorno. Foram instalados os seguintes equipamentos: ciclovia, quadras poliesportivas, pista de cooper, praças, restaurantes, quadra de tênis, quadra de futebol de areia, pista de bicicross e concha acústica. (MENDES, 2003)

Figura 48 - Setores do Parque ecológico da Lagoa da Jansen.



Fonte: Cavalcanti, 2020.

Figura 49 - Praças, Concha Acústica e Arena das quadras de areia no ano Inaugural.



Fonte: Mendes, 2003.

Segundo Cavalcanti (2020), em 2002 foi inaugurada a pista de skate, localizada perto da pista de bicicross, parquinho infantil, quiosques, quadras, pista de cooper e ciclovia. Em 2016, o Governo do Maranhão investiu em revitalizações e recuperações na área do Parque, ganhando a reforma da concha acústica em 2016 e mais dois espaços para convivência e diversão em 2017, a praça Frei Antônio e a praça da Lagoa.

Segundo informações do G1 Maranhão (2016), a concha acústica passou por uma reforma em 2016 pois encontrava-se em completo abandono antes da intervenção, sendo alvo de vândalos e no fosso continha muito lixo e água acumulada, tornando-se um criadouro para o *Aedes aegypti*. A concha acústica foi reinaugurada, em 2017, com uma extensa programação cultural, com o intuito que o ambiente tenha diversos espetáculos e propicie a interação cultural.

Antes da construção da praça Frei Antônio, havia um espaço amplo e ocioso que servia de acúmulo de lixo e entulho. Atualmente, após a revitalização, encontra-se sendo visitado por várias pessoas de todas as idades (*Figura 50*). E a Praça da Lagoa, antes da construção e unificação, era constituída por três áreas dissociadas com serventia distinta. Uma era depósito de lixo e entulho, a outra um terreno baldio que durante o mês de junho ocorriam as festas de São João e na outro a sede da antiga administração da lagoa (*Figura 51*). (CAVALCANTI, 2020)

A praça da Lagoa tem o objetivo de promover a recreação, a cultura, as práticas esportivas e a interação dos moradores do bairro e do entorno. Essa praça contém áreas de lazer e socialização para idosos, adultos, jovens e crianças. O projeto da praça foi elaborado para atender os cidadãos com distintas idades e classes sociais. A escolha dos equipamentos foi priorizada para as crianças com a instalação de diversos brinquedos interativos. (O IMPARCIAL, 2016, p.1)

Figura 50 - Espaço ocioso que deu origem à Praça Frei Antônio



Fonte: Google Earth 3D com alterações da autora, 2023. Fonte: Governo do Maranhão, 2017.

Figura 51 – Três áreas que deram origem à Praça da Lagoa.



Fonte: Google Earth 3D com alterações da autora, 2023. Fonte: Léda, 2016.

Cavalcanti (2020) data a construção da Praça do Foguete em 2017, sendo que esta foi interligada com a praça da Lagoa. A ampliação da praça objetiva a recreação, mas visa principalmente a segurança, foi realizado uma interdição em um trecho das ruas para unir as duas praças (Figura 52). Esta intenção tem o objetivo de minimizar os riscos para os frequentadores das praças, para não ter que atravessar as avenidas que cortavam a área, e com isso, dispor de uma melhor segurança, especialmente para as crianças, para que elas desfrutem dessa área de lazer com segurança e autonomia.

Figura 52 - Traçado viário ao redor do espaço urbano ante e depois da intervenção.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

A estrutura do foguete é um equipamento lúdico feito com chapa metálica de alta resistência, este brinquedo possui 10 m de altura. As cores do foguete não foram escolhidas ao acaso, a cor vermelha tem a intenção de imitar o fogo e a cor amarela tem o propósito de guiar a criança quando ela estiver se movimentando. O piso do brinquedo é de borracha, garantindo a segurança das crianças. (CAVALCANTI, 2020)

Figura 53 - Imagens 3D e de Execução do Playground interativo para a Praça do Foguete.

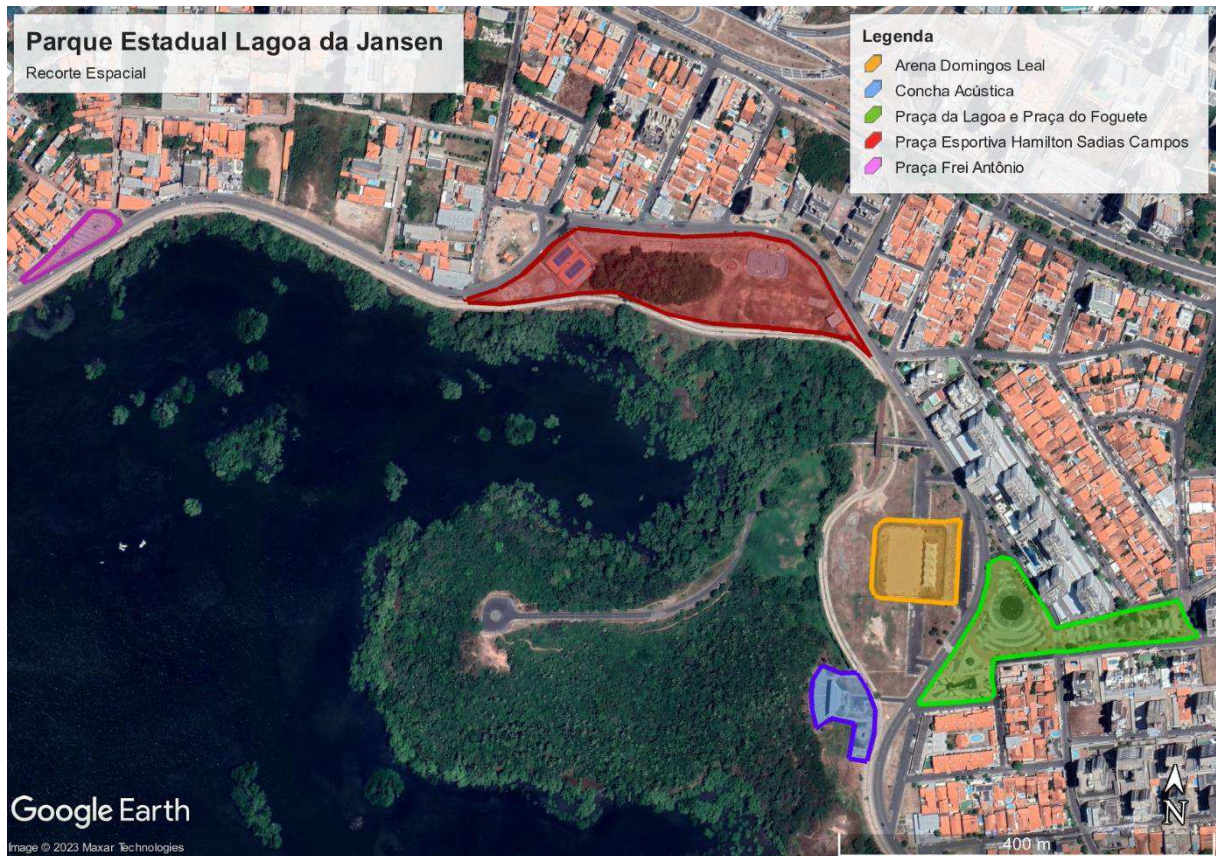


Fonte: Kamaleão, 2017.

Através da revisão histórica sobre a Lagoa da Jansen foram observadas as ações antrópicas que colaboraram para a sua formação, também foram elencadas algumas adversidades ambientais e sociais, destacadas as caracterizações socioespaciais da área, considerando as singularidades específicas da sua criação, ocupação e configurações espaciais e ambientais. Tal explanação teve como objetivo a captura de forma ampla da singularidade do espaço público de lazer escolhido e estudado. Contudo, A partir desse ponto será necessário inferir um recorte especial que englobe alguns dos elementos do mosaico que compõe o parque da Lagoa da Jansen, focando em áreas mais significativas, para o tema de “Ambiência infantil em espaços públicos de lazer”.

O recorte compreende as seguintes áreas que fazem parte do complexo e da paisagem urbana do Parque da Lagoa da Jansen: Praça Frei Antônio, Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos, Arena Domingos Leal, Concha Acústica, Praça da Lagoa e Praça do Foguete.

Figura 54 - Mapa de Recorte Espacial (Objeto de Estudo)



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

As instalações, mobiliários e equipamentos dos espaços públicos de lazer em destaque (*Figura 54*) serão submetidas a comparações técnico-conceituais do apanhado teórico presente neste trabalho, baseando-se em observação direta e levantamento fotográfico, da perspectiva do usuário sobre o aspecto de ambiência infantil. As observações foram in loco, feitas em visitas à vários pontos do local, realizadas nos dias 8 de dezembro de 2022, no turno da tarde; 24 de dezembro de 2022, no turno da manhã; e no dia 7 de janeiro de 2023, no turno da noite.

4.2 Leitura e Análise Técnica

Com base no recorte espacial escolhido, referencial teórico elaborado, conceitos estudados, referências projetuais apresentadas e recomendações sobre espaços públicos e ambiência infantil; é possível desenvolver um estudo como leitura do ambiente urbano. A análise é feita por meio de um paralelo entre a teoria, os conceitos e o objeto de estudo, visando a descrição da ambiência infantil presente no recorte espacial e identificando eventuais

possibilidades de evolução desse espaço público em ambientações mais completas e complexas que englobem de forma ampla o tema estudado.

Para tal, é importante recordar brevemente os conceitos e teorias abordados anteriormente. Apontando parâmetros apreciativos de aspectos que possam ser comparados, assemelhados ou extremados das questões abordadas no apanhado teórico deste trabalho e presentes no recorte espacial do objeto de estudo. Tais parâmetros englobando espaços públicos de lazer, ambiência infantil em arquitetura e urbanismo, desenho universal e acessibilidade, convergindo para princípios projetuais que resultem em novas possibilidades para espaços públicos maximizando os benefícios desses espaços em prol dos usuários.

O ambiente deve considerar a diversidade de idade dos usuários e as necessidades. Contudo, é fundamental a interatividade entre crianças no meio onde vivem, com segurança e conforto para que explorem, desenvolvam e amadureçam. Ao projetar cidades para as crianças o resultado são cidades para todos, como um parâmetro social, que chega a alcançar pais, responsáveis e cuidadores ampliando a abrangência de um sentimento de bem-estar e propriedade coletiva.

O poder público detém o pertencimento e responsabilidade administrativa dos espaços públicos, mas o coletivo tem o privilégio de desfrutar o uso comum. Pode-se afirmar que é um espaço que permite a ação e representatividade política, expressões culturais e interações múltiplas de tempo, espaço, idade, gênero e nacionalidade. É possível defini-lo como todo e qualquer espaço urbano aberto e livre ou que se resume a um espaço comum para lazer e contemplação; ou ainda, um vazio urbano com protagonismo da natureza e meio ambiente, sendo necessário infraestrutura com instalação de mobiliários e equipamentos urbanos para facilitar o uso qualitativo do espaço.

Para que o espaço público cumpra seu papel é necessário que seja ambientado. E a ambientação pode ser entendida como a estruturação de um espaço, para que os sentimentos e o psicológico sejam associados às atividades humanas. Portanto, evocam interesses pessoais, físicos e emocionais que preconizam o pertencimento por meio de sua vida social e cultural. Ambiência em arquitetura e urbanismo é uma relação entre pessoa, cultura e ambiente construído, com o objetivo de capturar o homem em todos os seus significados e históricos pela modelagem do espaço.

A ambiência urbana só é possível através de noções de desenho universal e acessibilidade. A acessibilidade tem o papel de garantir o acesso de toda e qualquer pessoa independente de sua condição física e mental com autonomia e segurança. Já o papel do desenho universal é destacar e generalizar os indicadores de acessibilidade, destinados a reduzir ou eliminar barreiras no ambiente, não somente para beneficiar pessoas com limitações, mas incluindo todos ao atender as necessidades das variações de perspectiva e de dimensões corporais na interação com o meio.

A infância urbana, para se desenvolver com autonomia e saúde, depende de ambientes seguros, saudáveis e estimulantes. Para fomentar o paralelo comparativos técnico-espaciais, podemos dispor os princípios a serem observados nos espaços em 5 (cinco) frentes que norteadoras: Deslocamentos, Acessos, Áreas Verdes, Espaços Lúdicos e Inclusão.

Quando se trata de deslocamentos os princípios indispensáveis que norteiam projetos bem ambientados são: O desencorajamento do uso de veículos; Vias exclusivas para ciclistas; Deslocamento facilitado para pedestres com calçadas amplas; Introduzir limites de velocidade baixos e/ou restrição de acesso dos veículos; Travessias elevadas e cruzamentos sinalizados e chamativos.

No entanto para garantir os Acessos é importante avaliar a segurança e prevenção de riscos presente do ambiente. Sinalização, Iluminação e conforto espacial, com abrigos e mobiliários adequados, são pontos nodais para a proposta. Mas o equilíbrio e execução de todos os princípios de modo geral já assegura acessos facilitados e acessíveis. Contudo espaços que oferecem zonas de ar puro já detém grande potencial de acesso por estimular o uso de transportes mais limpos e exigir a presença de infraestrutura.

Já os espaços de preservação ambiental são decisivos para a saúde física e mental, e para garantir espaços verdes e recreativos de qualidade é necessário a preservação de áreas verdes existentes. As cidades devem tentar melhorar a relação das crianças com a natureza por meio de ambientes úteis para crianças e suas famílias fortalecendo hábitos ligados à saúde e a qualidade de vida, através da prática de atividades ar livre. Garantindo lugares para diversão descanso contemplação e contato com a natureza.

Já os espaços lúdicos fomentam receptividade que podem encorajar mais interação e confiança. Brincar pode ser considerado uma linguagem, então, sempre que possível espaços de recreação e aprendizagem devem ser inseridos nas ruas e espaços públicos que permitam

percursos cotidianos qualificados e ofereçam as crianças novas oportunidades de explorar o mundo a sua maneira. Os parques e playgrounds interativos são opções para servir de incentivo e conexão para as crianças brincarem e se divertirem nos espaços públicos.

Elementos que interessam as crianças em suas jornadas diárias ajudam a tornar seus caminhos interessantes e acessíveis. Passeios de qualidade devem dispor de espaço suficiente para que várias pessoas caminhem lado a lado, com bons níveis de mobilidade e calçadas seguras, confortáveis, sombreadas durante o dia e iluminadas durante a noite; com boa sinalização reafirmando os espaços lúdicos para brincar com autonomia e interatividade.

4.2.1 Caminhos e Natureza

Como início para a leitura dos espaços públicos presentes no recorte, tem-se as vias para veículos, pedestres e ciclistas. A Avenida Professor Mário Meireles, via que circunda toda a margem da Laguna, é o principal acesso a todos os espaços públicos presentes no recorte espacial deste trabalho. É uma avenida ampla e bem pavimentada ladeada pela pista de *cooper*, composta por duas vias exclusivas para ciclistas e pedestres. Tais pistas por sua vez, também amplas e em bom ou regular estado de conservação em toda a sua extensão (Figura 55). Mas apesar de margear a Laguna e haver densa vegetação no seu entorno, apresentam calçamentos sem sombreamento durante o dia e com iluminação insuficiente durante a noite.

Figura 55- Fotos de Vias para automóveis, ciclistas e pedestres 01



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Pode-se citar também que não possuem assentos em sua extensão, nem abrigos ou pontos que favoreça a uso misto desses espaços. Proporcionando uma utilização que se limita a passagem de pessoas esporadicamente fazendo caminhadas e pedalando bicicletas, sem estímulos para atividades lúdicas, de permanência ou de interação com o meio ambiente. É possível passear lado a lado, visualizá-lo, mas não ter contato com o ecossistema rico presente

ali (Figura 56). Usuários do parque, de todas as idades, utilizam esse espaço apenas para práticas de atividade física direcionada ou como passagem, promovendo uma sensação de insegurança e vulnerabilidade.

Figura 56 - Fotos de Vias para automóveis, ciclistas e pedestres 02



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

É possível notar também a, ainda presente, degradação do meio ambiente. O Cheiro de matéria decomposta na Laguna ocasionalmente pode incomodar, existem muitos pontos onde é possível observar detritos e sedimentos de lixo boiando nas águas ou presos nas margens e na vegetação; e ainda há pontos com infraestruturas sanitárias visíveis no entorno da Laguna despejando dejetos nas águas e contribuindo para a degradação da área de proteção ambiental (Figura 57). É visível também o descaso da população e a falta de educação e instrução dos usuários, pois é possível observar pontos onde há sinalização, mas as determinações são ignoradas prejudicando assim as iniciativas de preservação (Figura 58).

Figura 57 - Fotos de Impactos Ambientais no entorno da Laguna 01



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 58 - Fotos de Impactos Ambientais no entrono da Laguna 02



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Segundo apresentado no apanhado teórico deste trabalho, seria interessante para a melhoria do espaço público de lazer e a valorização da utilização e inserção da comunidade e do público infantil ao espaço, que pontos de assento cobertos e espaços lúdicos e interativos fossem implementados ao longo da pista de *cooper* para distribuir a concentração de usuários durante toda a extensão e incentivar a permanência.

4.2.2 Praça Frei Antônio

A praça Frei Antônio é bastante utilizada pela população de baixa renda da comunidade vizinha. Em seu espaço se encontra um *playground* e alguns assentos orgânicos de concreto.

Figura 59 – Indicação de setores da Praça Feri Antônio



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Por inicialmente não haver vegetação nessa região, já que se tratava de um terreno baldio, foi completamente pavimentada e incluído ao projeto alguns poucos pontos de paisagismo, não proporcionando conforto térmico para a população nos horários de insolação intensa. Sem abrigos, áreas sombreadas e os assentos existentes absorvem a temperatura elevada o que torna desconfortável a permanência durante o dia. Logo, a praça é utilizada com regularidade a partir do entardecer para permanência e descanso mesmo possuindo poucas possibilidades de assentos. Abaixo o esquema que indica as vistas do levantamento fotográfico feito na região para estudo e comparativo técnico-teórico.

Figura 60 - Indicação de vistas fotográfica da Praça Frei Antônio



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

A praça possui alguns empreendimentos comerciais no seu entorno e um *playground* para o público infantil. Infelizmente ainda é usada para depósito de lixo, mas em baixa quantidade, e não possui lixeiras suficientes. No seu entorno há grande fluxo de carros em alta velocidade pois é limitada pela Avenida Professor Mário Meireles, sem incentivo a redução de velocidade e sem sinalizações visíveis e chamativas ou travessias seguras, se torna uma praça que transmite a sensação de risco e vulnerabilidade.

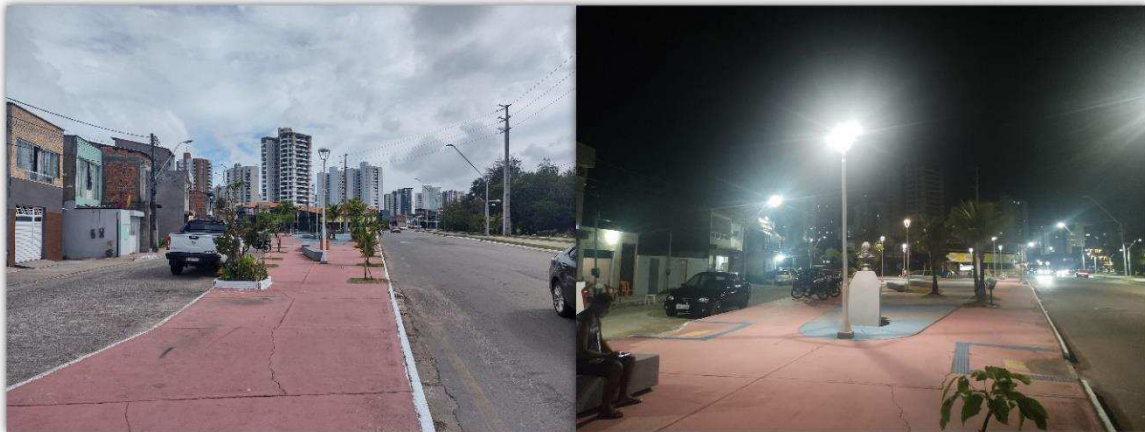
Figura 61 - Fotos de vistas 1, 2 e 3 diurnas da Praça Frei Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A iluminação deixa a desejar, a combinação de pouco fluxo de pessoas e iluminação insuficiente não agrega valor e se torna difícil forjar nos usuários a sensação de pertencimento ao espaço público de lazer. Outro ponto de observação é a falta de contato com a natureza. Há presença de espaços verdes densos próximo à praça, mas a sensação é de distanciamento e separação, pois o projeto da praça não previu a necessidade de abrigos e sombreamento, não integrando os dois lados da avenida Professor Mário Meireles, transformando-a em segregadora e não mediadora dos espaços.

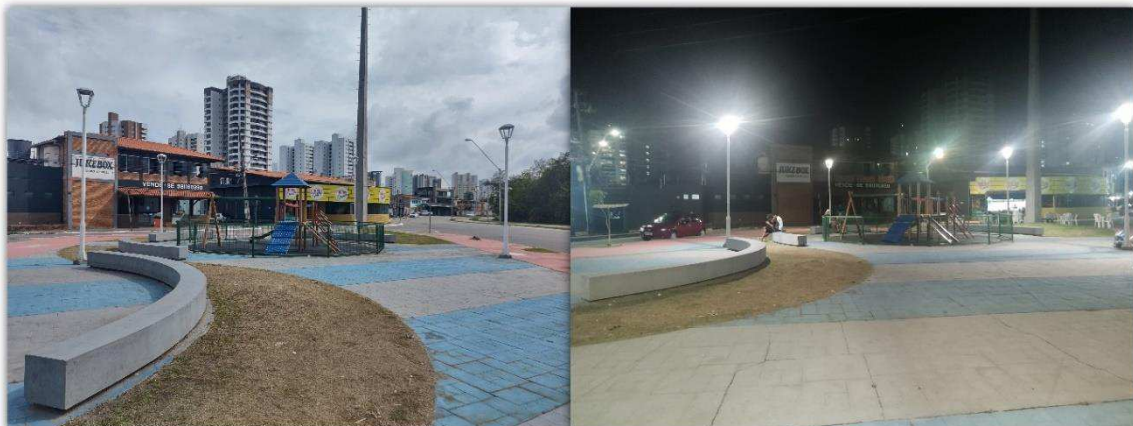
Figura 62 - Fotos de vistas 4 diurna e 2 noturna Praça Frei Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Com reação ao espaço voltado a recreação infantil, é possível notar que não há atratividade. O espaço se resume a um pequeno playground cercado por uma grade, localizado na extremidade mais larga da praça. Ao visitar o espaço em turnos diferentes, é possível perceber que é um elemento de lazer infantil subutilizado. O Parquinho sofreu uma recente revitalização, sendo restaurado, pintado e pavimentado, pois anteriormente o piso era coberto por grama que crescia e tomava conta da instalação inviabilizando a utilização.

Figura 63 - Fotos de vista 5 diurna e noturna da Praça Frei Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Sendo assim, pode-se concluir que o espaço voltado a recreação infantil da praça do Frei Antônio, mesmo em bom estado de conservação, não transmite receptividade e ludicidade interativa para que uma criança se sinta impelida e inclinada a utilizar livremente esse espaço. Medidas como garantir sensação de segurança nos deslocamentos e travessias, conforto para pais e cuidadores, implantar abrigos naturais ou construídos e integrar a natureza existente no parque à praça, incentivaria o uso, estimularia o ato de brincar ao ar livre e valorizaria o espaço público.

Figura 64 - Fotos de Vista 6 diurna e noturna da Praça Frei Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

4.2.3 Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos

No setor esportivo do Parque da Lagoa da Jansen, podemos notar a presença de academias ao ar livre, pergolado, quadras, estacionamento, quiosques, parquinho infantil, pista de skate, pista de bicicross e um posto de bombeiros, que antes era um posto policial.

Figura 65 - Indicação de setores da Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Para ajudar na leitura desta área, será necessário dividir em duas regiões. A primeira área é a que possui as academias ao ar livre, as quadras e os quiosques e a segunda área a que possui o parquinho infantil, pista de *skate*, de bicicross e o posto de bombeiros.

Figura 66 – Indicação de áreas da Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Figura 67 - Indicação de vistas fotográfica da Área 01 da Praça Esportiva.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Acima o esquema que indica as vistas do levantamento fotográfico feito na região para estudo e comparativo técnico-teórico. Ao iniciar as observações na região das academias ao ar livre, é correto levar em consideração o entrono, e é possível observar nas adjacências academias particulares próximas gerando contraste pelo fluxo de pessoas entre as áreas

particulares e públicas disponíveis. Tais contrastes despertam o questionamento sobre a eficácia das instalações públicas fazendo concorrência para áreas particulares que possuem a mesma proposta; e desperta também a problemática sobre as decisões com relação a boa utilização do espaço e recurso público.

Figura 68 - Fotos de Vista 1 diurna e 2 noturna da Área 01 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 69 - Fotos de Vista 7 diurna e noturna da Área 01 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Cabe ressaltar que, nessa área da praça esportiva, não há espaços voltados à ludicidade interativa ou recreativa para o público infantil. Contudo, é contínua a observação de ausência de abrigos naturais ou construídos, por conta da intensa e direta incidência solar durante o dia, sensação de insegurança durante a noite por parte da iluminação insuficiente, falta de pessoas circulando e espaços apenas para passagem; esses espaços também são subutilizados.

As duas academias ao ar livre encontram-se em bom estado de conservação, recentemente pintadas e com todos os equipamentos funcionando perfeitamente. Encontram-se em área de trânsito livre e ladeadas pelas pistas para ciclistas e pedestres. Entre as academias

tem-se um pergolado com bancos pré-moldados de concreto, esse espaço deveria ser dedicado a descanso e contemplação, contudo, o mesmo que ocorre na praça Frei Antônio, a intensa incidência solar prejudica a utilização dos bancos durante o dia por alcançarem altas temperaturas e as pérgolas não garantem um sombreamento significativo. Já noite a sensação de insegurança por conta da baixa iluminação e evasão de pessoas dificulta a permanência.

Figura 70 - Fotos de Vista 3 diurna e 4 noturna da Área 01 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

As quadras de tênis, localizadas um pouco mais a frente, esbanjam ampla iluminação, em contraste com os setores da praça esportiva ao redor, estado de conservação excelente, arquibancada estrategicamente posicionada e a agenda de reserva das quadras é cheia durante o ano. É muito utilizada durante a manhã e a partir do entardecer, por atletas para treino ou competições, por amantes do esporte ou para o ensino da modalidade a pessoas de todas as idades.

Figura 71 - Fotos de Vista 5 diurna e 6 noturna da Área 01 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Mais a frente, após a quadra, existe um calçadão bem amplo, estacionamento e 2 quiosques desativados. Não existindo paisagismo nessa área além da vegetação nativa presente no parque. As áreas abertas ao redor das academias e pergolado, das quadras de tênis e dos quiosques, ou são completamente desmatadas com apenas a presença de graminha rasteira ou completamente pavimentadas. Raros os assentos encontrados nessa região e os abrigos existentes são a cobertura dos quiosques que se limitam as suas dimensões e a vegetação nativa

que em alguns pontos invade timidamente o calçamento. As pistas de pedestres e ciclistas estão adequadas e bem-sinalizadas. A presença de lixeiras é insuficiente em toda a região.

Figura 72 - Fotos de Vista 8, 9, 10 e 11 diurnas da Área 01 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Tal situação inviabiliza ou limita a utilização desse espaço público de lazer. As crianças também não são atendidas e incluídas, apenas há uma fração dessa inclusão nas quadras de tênis. Há também muito espaço mal aproveitado e mal utilizado com instalações mal posicionadas ou propostas que não agregam valor. Propostas que validariam o espaço seriam instalações recreativas lúdicas ao longo do calçadão, garantia de iluminação de qualidade durante a noite, abrigos construídos ou naturais eficientes para que os usuários pudessem utilizar toda a extensão do gramado e áreas abertas para piqueniques entre outras atividades.

Figura 73 - Indicação de vistas fotográfica da Área 02 da Praça Esportiva.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Novamente acima o esquema que indica as vistas do levantamento fotográfico feito na região para estudo e comparativo técnico-teórico. A segunda área da Praça Esportiva Hamilton Sadias Campos possui mais 3 áreas voltadas ao lazer e que tem uma proposta mais inclusiva para as crianças e 1 voltada a segurança. Os espaços são: O Parquinho infantil, pista de skate, pista de bicicross e um posto de bombeiros.

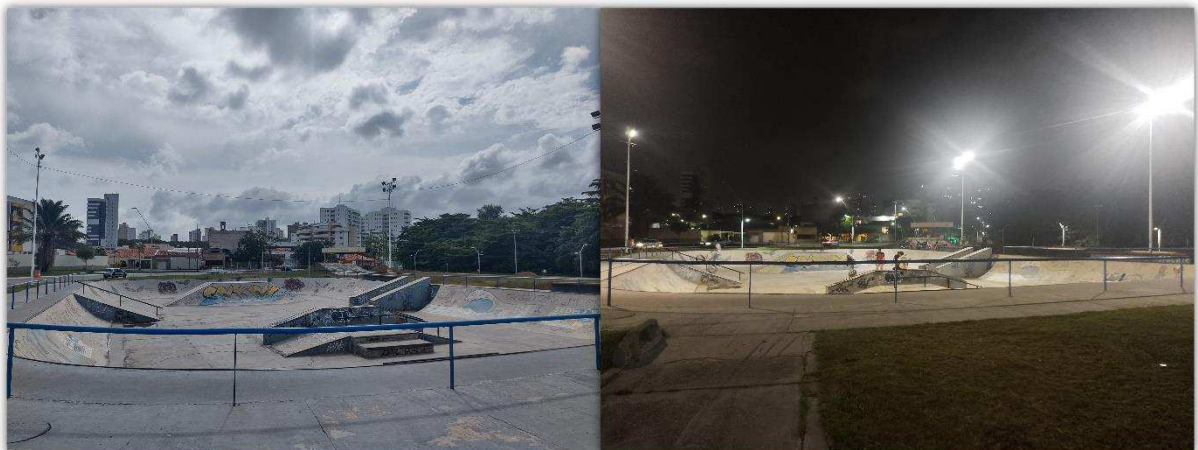
Figura 74 - Fotos de Vista 1 diurna e 2 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

O parquinho está situado entre dois semicírculos, é do mesmo modelo presente na praça Frei Antônio, no entanto o estado de conservação desse exemplar está bem inferior. Com lascas retiradas na madeira, as cordas de proteção da parte alta do playground estão poídas e soltas. A viga que sustenta os balanços está levemente vergada, o que dá a impressão de fragilidades entre outros problemas aparentes. Os semicírculos dão a impressão de uma proposta de “pátios” para brincar livremente, contudo o solo gramado mal preservado apresentando falhas não favorece essa possibilidade. Ademais, as mesmas questões presentes nos espaços observados anteriormente, falta de abrigos durante o dia e iluminação durante a noite, ausência de natureza próxima e em contato, grandes espaços abertos com poucas opções de assentos, sem paisagismo e pouco conforto. Diante deste cenário, não foi observado crianças na região para utilizar as instalações recreativas.

Figura 75 - Fotos de Vista 3 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 76 - Fotos de Vista 4 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

O outro espaço disponível é a pista de skate, Segundo Cavalcanti (2020) a pista é formada por uma área de *street* completa e uma minirrampa com quatro metros de largura, tudo dentro de um banks oval de 32 metros de comprimento, 28 m de largura e 1,60 m de altura. Foi revitalizada e hoje é um ambiente de prática do esporte e de disseminação da arte da grafiteagem, onde muitos artistas anônimos vão pra fazer das rampas suas telas de pintura. A pista é principalmente utilizada após o entardecer por amantes do esporte, sendo crianças, jovens e adultos.

Figura 77 - Fotos de Vista 5 diurnas e noturna da Área 02 da Praça Esportiva.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Logo ao lado localiza-se a pista de bicicross, se encontra sem manutenção e com aparência de abandono, os obstáculos da pista estão bastante desgastados, mal iluminado e subutilizado. Logo a frente está o posto de bombeiros, no entanto é visível a ausência de agentes no lugar que transmitam a sensação de segurança. O posto permanece fechado na maior parte do tempo.

Na praça esportiva de modo geral, é fácil e rápida a percepção da ausência de espaços sombreados e ou abrigos naturais ou construídos. Passar por essas regiões em horários

com o sol a pino é desconfortável. Existe poucas opções de lazer para as crianças, uma grande sensação de insegurança, pouco contato com a natureza mesmo se tratando de uma área densa de vegetação nativa, mas ela se concentra à distância e inacessível, limitando a experiência de interação com o meio ambiente a observação da paisagem.

4.2.4 Arena Domingos Leal

A Arena Domingos Leal é constituída de três áreas principais, duas quadras de areia de tamanhos diferentes, arquibancada coberta por lona tensionada e amplo estacionamento nas regiões frontal e lateral no entorno. Não é na sua proposta um espaço público que fomenta a inclusão e recreação interativa e lúdicas de crianças.

Figura 78 - Indicação de setores da Arena Domingos Leal



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Figura 79 - Indicação de vistas fotográfica da Arena Domingos Leal



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Acima tem-se o esquema que indica as vistas do levantamento fotográfico feito na região para estudo e comparativo técnico-teórico. A arena é utilizada para campeonatos e treinos de algumas modalidades de esportes que são realizados em quadras de areia. Cumpre a sua função qualitativamente, a parte da arquibancada e a cobertura apresentam-se com infraestrutura adequada e em bom estado de conservação.

Não possui um objetivo diretamente ligado ao lazer infantil, mas se encontra bem próximo ao principal ponto de recreação infantil do Parque da Lagoa da Jansen e seu amplo estacionamento serve de apoio para que seja possível a ampla diversidade de usuários. Muitos usuários das praças da Lagoa e do Foguete (que serão abordadas posteriormente) se deslocam de todos os lugares da cidade, assim também como os moradores locais, para utilizar as instalações das praças e, graças ao estacionamento amplo da Arena, é possível um trânsito organizado e fluido.

Figura 80 - Fotos de Vista 1, 2, 3 e 4 diurna da Arena Domingos Leal



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

4.2.5 Concha Acústica

A concha acústica abriga programações culturais, o intuito do edifício é que tenha diversos espetáculos e propicie a interação cultural. Uma proposta importante dentro da temática de lazer lúdico para as crianças em espaços públicos. Contudo, a proposta se torna vazia se não houver ambientação adequada para que dentro das instalações a criança consiga interagir, se divertir, conviver, aprender, entre outros objetivos, e que a construção do espaço

propicie isso. Sendo importante destacar também que a programação cultural englobe os interesses da criança e prenda sua atenção. A Concha acústica possui um estacionamento compacto na frente do prédio e conectados a ela, através do passeio, dois módulos de academia ao ar livre.

Figura 81 - Indicação de setores da Concha Acústica



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Figura 82 - Indicação de vistas fotográfica da Concha Acústica



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Logo acima tem-se o esquema que indica as vistas do levantamento fotográfico feito na região para estudo e comparativo técnico-teórico. Seu entrono apresenta todas as questões já citadas no trabalho de áreas anteriores, ausência de paisagismo, ausência de abrigos naturais ou artificiais, áreas amplas gramadas ou pavimentadas sem utilidade e etc. Porém a sinalização presente nesse espaço e o controle e monitoramento das vias é superior as das outras

áreas do parque. A presença de pessoas e a iluminação também superam as outras áreas, trazendo uma sensação maior de segurança espacial. A concha acústica se beneficia com a proximidade das praças, da Lagoa e do Foguete, mais movimentadas.

Figura 83 - Fotos de Vista 1 e 2 diurna da Concha Acústica.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A fachada do prédio remete a cultura do maranhense e sua estrutura encontra-se em bom estado de conservação, depois da revitalização realizada antes da pandemia, e a conservação de suas instalações permanecem até hoje. Já as instalações de academia, também bem preservadas, encontram-se bem localizadas e de fácil acesso provocando o aumento do número de usuários.

Figura 84 - Fotos de Vista 3 e 4 diurna da Concha Acústica



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A proximidade com a praça do foguete traz alguns benefícios para a concha acústica e os espaços público em seu entorno, pois garante fluxo fluido de deslocamento, iluminação, segurança, trânsito controlado e moderado, fluxo de pessoas e com isso o uso dos espaços é estimulado. No entanto esse quadro só se instala no final da tarde. Durante todo o período da

manhã e tarde os espaços públicos permanecem desocupados e podem existir muitas justificativas para esse efeito, abordaremos a seguir.

Figura 85 - Fotos de Vista 5 diurna e 6 diurna e noturna da Concha Acústica.

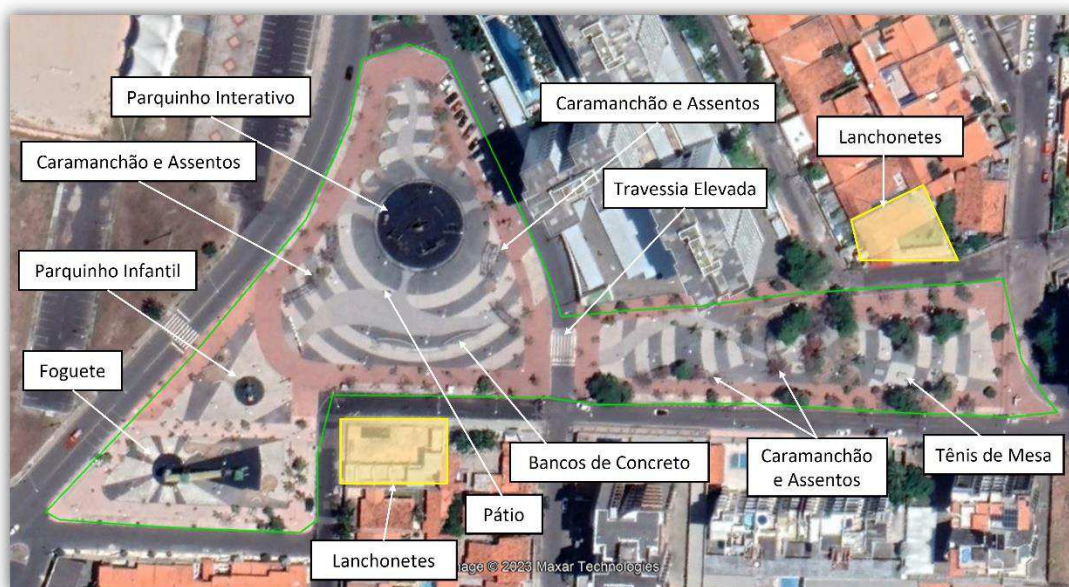


Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

4.2.6 Praça da Lagoa e Praça do Foguete.

E por fim a Praça da Lagoa e Praça do foguete. São espaços integrados voltados inteiramente ao lazer, principalmente infantil, e contemplação. É composto por dois parquinhos para crianças de todas as idades, uma instalação interativa *playground* em formato de foguete, sendo por causa dessa instalação que se popularizou o nome “pracinha do foguete”, pátios livres para brincadeiras e interação, caramanchões belos espalhados pelas praças, mesas fixas pra jogos, bancos de concreto seguindo a mesma tipologia de todo o parque. Podendo contar também com uma faixa de pedestre larga e elevada para travessia faz a comunicação entre os dois núcleos de um mesmo espaço e dois

Figura 86 - Indicação de setores da Praça da Lagoa e Praça do Foguete.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

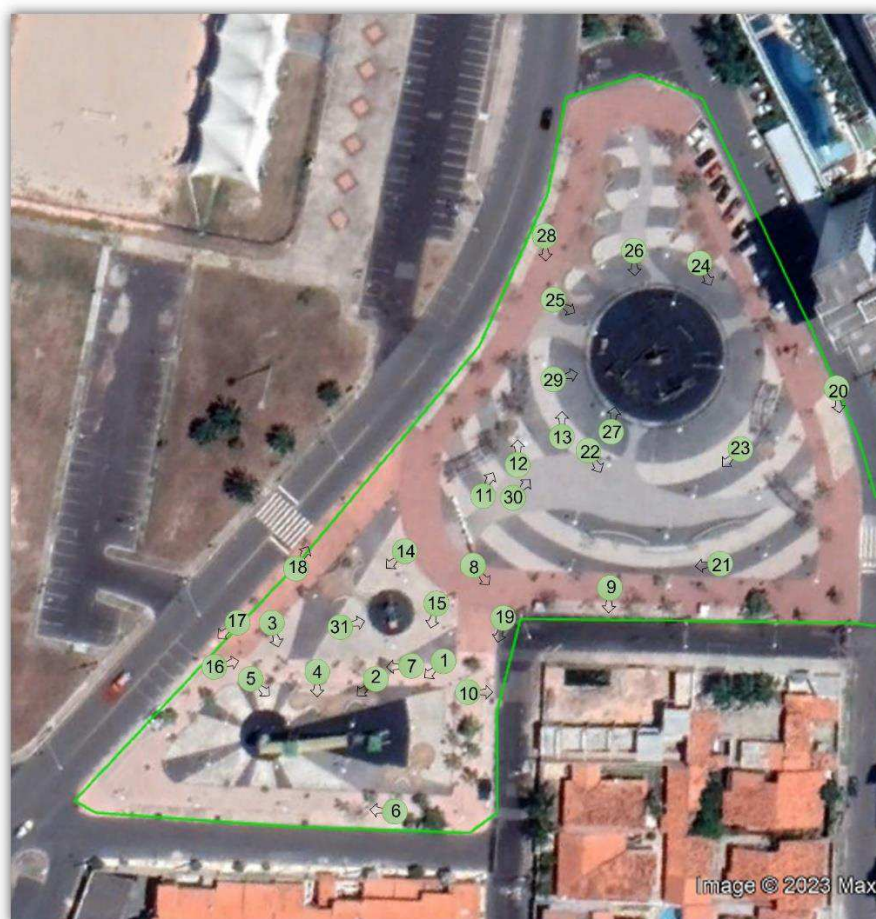
Figura 87 - Indicação de áreas da Praça da Lagoa e Praça do Foguete



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

A extensão das duas praças juntas é bem significativa, logo se faz necessário o estudo em duas etapas dividindo as praças em duas áreas. Acima o mapa de divisão de áreas para facilitar a exposição de observações e logo abaixo o mapa de indicações de vistas do levantamento fotográfico.

Figura 88 - Indicação de vistas fotográfica da Área 01 da Praça da Lagoa e Praça do Foguete.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

O elemento de maior destaque é o *playground* em formato de foguete. Foi construído para ser uma instalação lúdica, onde as crianças poderiam subir e descer de forma segura e divertida. De forma geral esse elemento cumpre a função de estímulo de interatividade, de transmitir receptividade, curiosidade e de promover um espaço para brincar. No entanto provou ser uma instalação perigosa por já ter ocorrido alguns acidentes com crianças se ferindo gravemente. Essas situações não favorece a utilização das crianças com autonomia.

Figura 89 - Fotos de Vista 1 e 2 diurna e 3 diurna e noturna da Área 01 da Praça do Foguete.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Outro ponto são os horários em que as praças recebem mais visitantes, pode haver muitas explicações para o fenômeno da praça encher somente ao entardecer. Pode ser pelo fato o horário útil os pais ou responsáveis estarem trabalhando ou o horário de estudo das crianças, ou ainda por conta da insolação direta do sol durante o dia que deixa as instalações da pra desconfortáveis. Já que a mesma questão sobre abrigos ausentes se repetir também nas praças da Lagoa e do Foguete.

Figura 90 - Fotos de Vista 4 e 5 noturnas da Área 01 da Praça do Foguete.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A praça não possui um bom paisagismo e a arborização presente é muito insuficiente. A ludicidade está presente nos parquinhos e instalações, onde as crianças têm

contato com a imaginação, mas tem sido tolhida da experiência com a natureza. É imprescindível de se forje nas crianças uma consciência ecológica, mas infelizmente a praça da Lagoa e do Foguete não são capazes de promover essa consciência. Por em seu desenvolvimento não haver preocupação com esse ponto tão importante. A vegetação existente é muito baixa ou sem folhagem densa que gere sombras ou que seja um elemento de importância no dia a dia do espaço público.

Figura 91 - Fotos de Vista 6 e 7 diurnas e da Área 01 da Praça do Foguete.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Um elemento importante que se faz presente na praça da Lagoa e do Foguete são as lanchonetes. Esse artifício atrai muitas pessoas para o ambiente público, ou incentiva a permanência. Nas fotos tiradas pela manhã e tarde os pontos de restaurantes e lanchonetes se encontram fechados, mas a noite todos abrem e servem a adulto se crianças.

Figura 92 - Fotos de Vista 8, 9 e 10 diurnas da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Assim como se pode notar nas imagens, na praça existem vários pergolados (Caramanchão), do lado dos pilares que ficam na extremidade, há um cano que dentro dele foi inserida uma trepadeira, a intenção é de que, no decorrer do tempo, a planta se desenvolva até cobrir toda a parte de cima do pergolado, desempenhando a função de cobertura. Mas enquanto isso não acontece, os bancos que ficam embaixo do pergolado são expostos aos raios solares, dificultando a permanência das pessoas durante o dia.

Figura 93 - Fotos de Vista 11 e 12 diurnas e 13 noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 94 - Fotos de Vista 14 diurna, 15 noturna e 16 diurna da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

As vias que circulam a praça são vias de trânsito desencorajado e lento. Na avenida principal inclusive possui um pardal de velocidade que obriga os motoristas a reduzirem para menos de 40km/h, se o condutor do veículo não obedecer é multado. As vias para ciclistas e pedestres não são encontradas nas praças, apenas na pista de cooper do outro lado da avenida, fazendo parte do parque.

Figura 95 - Fotos de Vista 17 diurnas e 18 noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 96 - Fotos de Vista 19 e 20 diurnas da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

O espaço disponível nas calçadas e pátios são amplos e permitem as várias formas de brincadeira que sejam possíveis o aproveitamento do espaço. Nas praças não existem apenas instalações recreativas públicas, muitos empreendedores levam brinquedos para alugar e disponibilizam para as crianças e adolescentes. São eles: Patins, patinete, skates, velocípedes motorizados, carrinhos de controle remoto e ainda pupa pula e brinquedos infláveis. É necessário que haja futuramente um controle da utilização de brinquedos motorizados por parte de crianças pois em momentos de pico os carrinhos e velocípedes motorizados tomam conta,

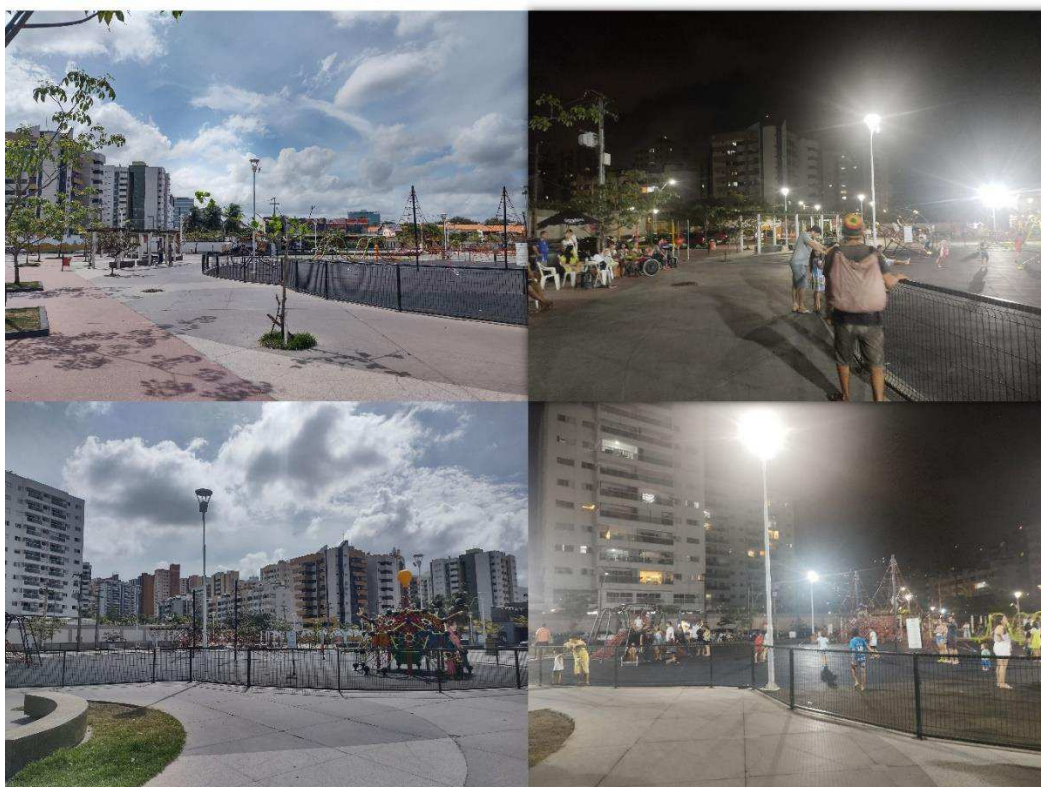
em alta velocidade, dos pátios das praças e há risco de acidentes graves com eventuais choques desses carrinhos ou atropelamentos de outras crianças.

Figura 97 - Fotos de Vista 21 e 22 diurnas e 23 noturnas da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 98 - Fotos de Vista 24 diurna e noturna, 25 diurna e 26 noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Existem mais dois espaços de recreação com instalações de playground, um amplo e com brinquedos que imitam aranhas e teias de aranha, joaninha, minhocas e outros, com experiências sensoriais, para crianças maiores de 5 anos e um parquinho mais compacto para crianças menores de cinco anos. Foi feita essa distinção para que crianças maiores pudessem ter a liberdade de explorar, e crianças menores pudessem brincar com mais segurança em um espaço que respeitasse suas proporções e alcances.

Figura 99 - Fotos de Vista 27 e 28 diurna e 29 noturna e 30 diurna da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 100 - Fotos de Vista 31 diurna e noturna da Área 01 da Praça do Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A segunda área possui algumas características diferentes da primeira área. Uma presença maior de paisagismo e uma iluminação menos eficiente e presença de um calçamento mais sinuoso e orgânico. As duas praças são conectadas por uma faixa de pedestre elevada, sendo o único lugar onde carros, pedestre e ciclistas se convergem e sendo um ponto de atenção com relação os carrinhos motorizados sendo conduzidos pelas crianças, pois atravessam de uma praça pra outra sem preocupação e atenção. Sendo necessário uma maior atenção dos motoristas e sendo ainda mais importante a zona de baixa velocidade. E de modo geral a área dois é menos acessada e aproveitada pelos usuários. Logo abaixo o mapa de indicações de vistas da área 02 das praças do levantamento fotográfico.

Figura 101 - Indicação de vistas fotográfica da Área 02 da Praça da Lagoa e Praça do Foguete.



Fonte: Google Earth Pro com alterações da autora.

Figura 102 - Fotos de Vistas 01 e 02 diurna e 03 diurna e noturna da Área 02 da Praça da Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 103 - Fotos de Vistas 04 diurna e noturna da Área 02 da Praça da Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 104 - Fotos de Vistas 05 diurna e noturna da Área 02 da Praça da Lagoa.



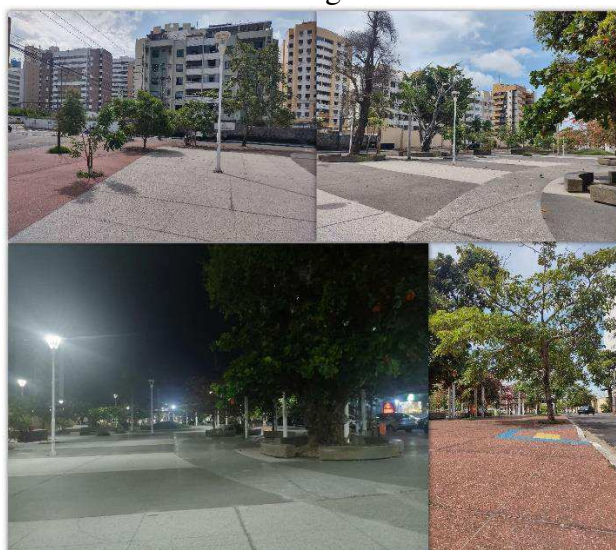
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 105 - Fotos de Vistas 06, 07, 08 e 09 diurna da Área 02 da Praça da Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 106 - Fotos de Vistas 10 diurna, 11 diurna e noturna e 12 diurna da Área 02 da Praça da Lagoa.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Diante de tudo que foi exposto nesse estudo com a leitura e descrição dos espaços analisados, e, por meio de considerações técnicas em conformidade às questões apontadas como primordiais para a ambiência infantil em espaços públicos abordadas no referencial teórico, estima-se ter representado o cenário real - objeto de estudo - e, como esse espaço público é desfrutado, além do que é necessário ainda por adaptar ou melhorar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como os espaços públicos são criados e suas configurações podem influenciar a relação que as pessoas têm com o local. Uma forma de incentivar a relação entre a população e os espaços públicos é criar áreas de lazer, espaços de convívio abertos ao público e com interação com a natureza. Estes espaços devem ser projetados de forma a promover uma interação saudável entre as pessoas, além de oferecer atividades e programas educativos, culturais e recreativos.

Ao projetar ou adequar espaços públicos para crianças deve-se considerar vários aspectos para uma boa ambiência infantil. Além de atentar para o dimensionamento e interação dos pequenos usuários, deve-se considerar os requisitos gerais de acessibilidade e desenho universal para todas as pessoas que utilizam esses espaços públicos, visto que as crianças precisam sempre de acompanhamento de um adulto. Desta forma, todos os outros usuários se beneficiam com um *design* que atende adultos e crianças, mesmo quando há necessidade de mobiliários, materiais e aspectos específicos para as crianças.

Brincar é a forma como as crianças aprendem e se desenvolvem no início da vida. Na medida do possível, o entretenimento e o conhecimento devem ser incluídos nas ruas e logradouros públicos, o que pode oferecer às crianças oportunidades de explorar o mundo à sua maneira. Elementos de curiosidade como texturas, materiais, cores, iluminação e mobiliários interativos podem incrementar projetos e construção de espaços públicos acessíveis e mais atraentes para as crianças. Além disso, é importante ponderar que os adolescentes também devem ter acesso a equipamentos adequados para a prática de esportes e outras atividades que estimulem o desenvolvimento de habilidades importantes.

Como apresentado nas referências projetuais, outra forma de promover uma boa relação entre a população e os espaços públicos é proporcionar acesso a serviços de qualidade como bibliotecas, centros de informação e espaços de trabalho compartilhados, que permitem oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para todos. Com tudo, também é importante

garantir que os espaços públicos sejam seguros e confortáveis para que as pessoas se sintam à vontade para frequentá-los. Em suma, a criação de espaços públicos de qualidade que estimulam a relação entre a população e os mais jovens é fundamental para promover a inclusão social e o desenvolvimento das comunidades.

As experiências de outras cidades apresentadas nesse trabalho, seja com iniciativas urbanas de incentivo a utilização dos espaços públicos com intervenções temporárias ou com projetos estruturantes que exigiram grande infraestrutura, confirmam a importância das recomendações para ambiência infantil em espaços públicos conforme os teóricos estudados. Assim, realçam também a valorização dos espaços públicos e a qualidade de lazer que as cidades oferecem por meio de espaços favoráveis ao público infantil.

Quanto à São Luís, pode-se dizer que a cidade conta com praças, parques e praias como espaços públicos de lazer. Dentre eles, o Parque da Lagoa da Jansen abrange algumas dessas áreas disponíveis com destaque para o lazer infantil, principal na área em conformação com as Praças da Lagoa e do Foguete. Assim, o estudo realizado nesse recorte urbano evidencia que essas praças são o principal ponto de lazer infantil na “região da lagoa”, com destaque para toda a cidade e não somente para os bairros do Renascença e Ponta do Farol. Assim, configuram um espaço atrativo com ambiência infantil que oferecem possibilidade de interatividade, sociabilidade e recreação diversa, além de autonomia em algumas áreas específicas de brincar.

Pode-se dizer ainda que estas praças reúnem um grande número de crianças, pais e responsáveis (acompanhantes das crianças) todos os dias. Principalmente, após o entardecer, para desfrutar das instalações de recreação públicas e privadas presente ali. Mesmo com a falta de arborização para promoção de sombras durante o dia, nota-se a importância do local como referência de lazer infantil para a cidade. Ainda assim, torna-se pertinente destacar a carência de espaços públicos de lazer mais qualificados na cidade e que estejam ambientados para garantir uma boa experiência e interação para o público infantil.

Por fim, espera-se que o estudo desse recorte urbano, somado com a contribuição do referencial teórico e das referências projetuais selecionadas, contribua para destacar a importância da ambiência infantil em espaços públicos, tendo a acessibilidade e o desenho universal como fatores de inclusão social e possibilidade de desenvolvimento humano e cidadania.

6 REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. 2d. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

ALOMÁ, Patrícia Rodríguez. **O espaço público, esse protagonista da cidade**. 19 dez. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>. Acesso em: 3 maio 2022.

ASCHER, F. **Metapolis ou lçavenir des villes**. Paris : Editions Odile Jacob, 1995.

ASSIS, Andréa Maria Pimpão. **A criança e o espaço público lúdico: estudo de caso dos parques infantis da Zona Ocidental de Lisboa e da sua apreciação pelas crianças dos 7 aos 11 anos**. Coimbra: [s.n.], 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BAHIA, Sérgio Rodrigues et. al. **Município & acessibilidade. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA**, 1998.

BALDWIN, Eric. **10 Estratégias para fazer das cidades lugares melhores para nossas crianças**. 15 ago. 2020. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/945440/10-estrategias-para-fazer-das-cidades-lugares-melhores-para-nossas-criancas?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 5 dez. 2022.

BARATTO, Romullo. **Projeto transforma o Parque da Liberdade de Fortaleza em uma "cidade das crianças"**. 18 jan. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/931889/projeto-transforma-a-praca-da-liberdade-de-fortaleza-em-uma-cidade-das-criancas>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARAYA, Santiago. **TransMiCable em Bogotá**: uma solução de transporte coletivo e espaço público. 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925371/transmicable-em-bogota-uma-solucao-de-transporte-coletivo-e-espaco-publico>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. **Ambiência: espaço físico e comportamento**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 17, p. 601-610, 2014.

BEZERRA, Juliana. **Território brasileiro: quais são as principais características?** - Hexag Medicina. Jul. 2011. Disponível em: <https://cursinhoparamedicina.com.br/blog/geografia/territorio-brasileiro-quais-sao-as-principais-caracteristicas/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL (Estado). Decreto nº 4878, de 23 de junho de 1988. TRANSFORMA a “Lagoa da Jansen” em parque ecológico e dá outras providências. São Luís, MARANHÃO, Disponível

em:

https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/310_20100823_161828.pdf?_ga=2.259029452.775894050.1584767041-1363252155.1582159481. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL, WRI. **Como construir cidades para as crianças em 14 passos**. 12 out. 2019. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/904319/como-construir-cidades-para-as-criancas-em-14-passos?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 5 dez. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Ambiência**. Disponível na internet: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_textos_cartilhas_politica_humanizacao.pdf - Acesso em 08 de novembro de 2022.

BRASS, Kevin. **Redesigning the Grid: Barcelona's Experiment with Superblocks**. 18 dez. 2017. Disponível em: <https://urbanland.uli.org/planning-design/barcelonas-experiment-superblocks/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CAMPOS, Mateus. **São Luís: dados gerais, mapa, bandeira, economia - Mundo Educação**. 5 out. 2020. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/sao-luis.htm>. Acesso em: 17 dez. 2022.

CARDOSO, Maria A. C. Couto. **Barreiras Arquitetônicas no Ambiente Construído**. 2007. Dissertação (Mestrado) EESC-USP. São Carlos, 2007.

CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A.M. **Public space**. Davis: University of California, 1995

CARVALHO, Cláudia Lima. **17 parques infantis em Lisboa que vão conquistar os miúdos**. 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/miudos/os-melhores-parques-infantis-em-lisboa>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAVALCANTI, Larissa Silva. **Áreas verdes como espaços públicos: diretrizes para a reestruturação do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, em São Luís-MA**. 2020.

CECIP. **Primeira infância e espaços públicos - Urban95**. 7 out. 2021. Disponível em: <https://urban95.org.br/blog/primeira-infancia-e-espacos-publicos/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

COLLET, C.; CHIARRADIA, B. M.; REIS, R. S.; NASCIMENTO, J. V. **Fatores Determinantes para a realização de atividades físicas em parques urbanos em Florianópolis**. Rev. Bras. de Ativ. Fís. & Saúde. V. 13, n. 1, 2008.

CUEVAS, Ana Maria. **Alcaldía Peñalosa duplicará beneficiarios del programa 'Al Colegio en Bici'**. Disponível em: <https://bogota.gov.co/en/node/14508>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DOS SANTOS, Luiz Eduardo Neves. **CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE SÃO LUÍS-MA**. Acesso em, v. 10, n. 11, 2019.

DUARTE, R. C.; et. Al. **Projeto metáfora: explorando ferramentas de análise das Ambiências**. FAU.UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

EDYBURN, D. L. (2010). **Would you recognize universal design for learning if you saw it? Ten propositions for new directions for the second decade of UDL.** *Learning Disabilities Quarterly*, 33, 33-41

ESPINDULA, Lidiane; SANTOS VARGAS, Amanda; LEONELLA, Karuza. **A importância da qualidade dos espaços públicos para o meio urbano e para o indivíduo** | Anais do Seminário Científico do UNIFACIG. 13 nov. 2020. Disponível em: <http://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/2046>. Acesso em: 11 mar. 2021.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Relevo do Estado do Maranhão: uma nova proposta de classificação topomorfológica.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA; REGIONAL CONFERENCE ON GEOMORPHOLOGY. 2006. p. 1-11.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo.** Disal Editora, 2004.

FONSECA, Gustavo. **Trânsito: a principal causa de morte acidental de crianças de 0 a 14 anos.** 1 maio 2020. Disponível em: <https://doutormultas.com.br/transito-morte-acidental-criancas/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções Temporárias, Marcas Permanentes: Apropriações, Arte e Festa na Cidade Contemporânea.** 1.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: FAPERJ, 2013.

FRACALOSSI, Igor. **Children's Bicentennial Park / ELEMENTAL.** 26 dez. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com/461315/children-s-bicentennial-park-elemental>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FREEDOM. **Acessibilidade e a Inclusão Social: As seis dimensões da Acessibilidade.** 15 mar. 2021. Disponível em: <https://blog.freedom.ind.br/ acessibilidade-e-a-inclusao-social-as-seis-dimensoes-da-acessibilidade/>. Acesso em: 25 dez. 2022.

G1 MARANHÃO. **Quadras e praças esportivas voltam a funcionar nos Parques Rangedor, Itapiracó e Lagoa da Jansen, em São Luís.** 26 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/09/26/quadras-e-pracas-esportivas-voltam-a-funcionar-nos-parques-rangedor-itapiraco-e-lagoa-da-jansen-em-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GABRILLI, Mara. Guia **Desenho Universal: um conceito para todos.** Brasília: Manual Ilustrativo, 2007. Disponível em https://www.maragabrilli.com.br/wpcontent/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf; acesso em 29 dez. 2022,

GAETE, Constanza Martínez. **12 ideias para fazer das cidades lugares mais adequados para crianças.** 8 abr. 2014. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-187743/12-ideias-para-fazer-das-cidades-lugares-mais-adequados-para-criancas?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 8 jan. 2023.

GARRONE. Governo entrega APA do Itapiracó, maior espaço público de lazer do Maranhão - Blog do Garrone. 29 jul. 2017. Disponível em: <http://garrone.com.br/governo-entrega-apa-do-itapiraco-maior-espaco-publico-de-lazer-do-maranhao/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GEHL, Jan. **Cities for people**. [S. l.]: Island Press, 2010. 285 p. ISBN 9781597265744.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Unidades de Conservação | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais**. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Fotos: Inaugurado Parque da Vila Palmeira, em São Luís**. 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/fotos-inaugurado-parque-da-vila-palmeira-em-sao-luis>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Instagram e site Vem pro Parque conectam maranhenses e turistas com os parques Rangedor, Itapiracó e Lagoa**. 20 set. 2019. Disponível em: <https://www3.segov.ma.gov.br/2019/09/20/instagram-e-site-vem-pro-parque-conectam-maranhenses-e-turistas-com-os-parques-rangedor-itapiraco-e-lagoa/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Visitação aos parques urbanos aumenta em São Luís após medidas de flexibilização**. 22 abr. 2022. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/visitacao-aos-parques-urbanos-aumenta-em-sao-luis-apos-medidas-de-flexibilizacao>. Acesso em: 7 jan. 2023.

GUITARRARA, Paloma. **São Luís: dados gerais, bandeira, mapa, história** - Brasil Escola. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/sao-luis.htm#Divis%3A%20geogr%3Afica%20de%20S%3A%20Lu%3As>. Acesso em: 7 dez. 2022.

HARROUK, Christele. **Espaços públicos e os desafios da Covid-19: intervenções da UN-Habitat no Vietnã, Bangladesh e Índia**. 3 mar. 2021. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/957789/espacos-publicos-e-os-desafios-da-covid-19-intervencoes-da-un-habitat-no-vietna-bangladesh-e-india?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 12 jul. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ISA, Instituto Socioambiental. **Mapa de Unidades de Conservação no Brasil**. 1 jan. 2004. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/es>. Acesso em: 10 set. 2022.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 3ª edição. Coleção Cidades.

LIMA, V. Avaliação da qualidade ambiental urbana em Osvaldo Cruz/SP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 11., São Paulo, 2005. Anais... São Paulo: Departamento de geografia/FFLCH/USP, 1994. p. 746- 756.

LOBODA, C. R; DE ANGELIS. B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Revista Ambiência, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. **A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Hygeia, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Hygeia*, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

LUKE, Nikita et al. **Como desenhar espaços urbanos mais seguros e saudáveis para crianças**. 23 out. 2020. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/949972/como-desenhar-espacos-urbanos-mais-seguros-e-saudaveis-para-criancas?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 17 maio 2021.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA. Programa de saneamento e recuperação ambiental da lagoa da Jansen: relatório de impacto ambiental. São Luís, 1993. 140 p.

MARICATO, Erminia Terezinha Menon. Et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2003

MARTINS, V. N.; MARCHETTI, M. E. & REIS, J. G. M. **Uso de tecnologias para dimensionar a Ambiência de precisão na agricultura**. I Simpósio de Redes de Suprimentos e Logística. Universidade Federal da Grande Dourados, 11 a 13 de novembro de 2013.

MASSOLIN, Dan. **O mundo sob o olhar das crianças**. 2 nov. 2020. Disponível em: <https://entraemcena.com.br/o-mundo-sob-o-olhar-das-criancas/>. Acesso em: 20 maio 2021.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga et al. Análise multitemporal do uso e ocupação do solo na Lagoa da Jansen-MA. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Belo Horizonte. 2014.

MELO, Hérica Maria Saraiva; LOPES, Wilza Gomes Reis; SAMPAIO, Dayanne Batista. Os Parques Urbanos na História da Cidade: percepção, afetividade, imagem e memória da paisagem. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades–ANAP*, v. 5, n. 32, 2017.

MENDES, Reginaldo Texeira. *Lagoa da Jansen: história e vida*. São Luís: Gráfica Pinheiro, 2003. 77 p.

MIGLIANI, Audrey. **Neuroarquitetura aplicada a projetos para crianças**. 2 jul. 2021. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/941959/neuroarquitetura-aplicada-a-arquiteturas-para-criancas?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 9 mar. 2022.

MORAES NETTO, V. M. **Cidade & Sociedade: as tramas da prática e seus espaços**. Porto alegre: Ed Sulina, 2014.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências**. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 9, n. 2, p. 265-291, 2009.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Garantir o direito ao brincar é chave para desenvolvimento integral de crianças - Portal Aprendiz. 23 out. 2015. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/10/23/cartilha-propoe-brincar-como-forma-de-combate-desigualdade-social/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

O IMPARCIAL. Concha Acústica será reinaugurada com programação permanente. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/06/concha-acustica-serareinaugurada-com-programacao-permanente/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

O IMPARCIAL, Redação. **Parques em São Luís são ótimas opções para lazer e a prática de atividades físicas.** 31 ago. 2015. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2015/08/parques-em-sao-luis-sao-otimas-opcoes-para-lazer-e-a-pratica-de-atividades-fisicas/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUERNBERG, Adriano Henrique; DA SILVA NUNES, Carlos Henrique Sancineto. Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. *Avaliação Psicológica*, v. 12, n. 3, p. 421-428, 2013.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUERNBERG, Adriano Henrique; DA SILVA NUNES, Carlos Henrique Sancineto. Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. *Avaliação Psicológica*, v. 12, n. 3, p. 421-428, 2013.

OLIVEIRA, Edvaldo. **Inaugurado o Parque São João Paulo II, no Aterro do Bacanga, em São Luís.** 27 dez. 2020. Disponível em: <https://upaonews.com/2020/12/27/21362/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PACHECO, João Batista; PACHECO, João Marcelo Coelho. DA VITALIDADE À AGONIA: PADECIMENTO DE PRAÇAS PÚBLICAS ANTE O QUADRO URBANO DE FANTASMAGORIAS E MEDOS EM SÃO LUÍS: PADECIMENTO DE PRAÇAS PÚBLICAS ANTE O QUADRO URBANO DE FANTASMAGORIAS E MEDOS EM SÃO LUÍS. *Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território/Eletronic Magazine: Time-Technique-Territory*, v. 10, n. 1, p. 30-30, 2019.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge; MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. Dez anos de Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. 2011.

PENA, Rodolfo F. Alves. Território brasileiro - Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

RABELO, Gilmar B. Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano. 2008. 177p. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008

ROCHA, Nathália Christine Garcez; BORGES, Débora Garreto. **Práticas cotidianas no espaço público tombado: uma análise do complexo deodoro de São Luís–Maranhão.** *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 2, p. 16740-16769, 2021.

Rose, D. H., & Gravel, J. W. (2010). Universal design for learning. In E. Baker, P. Peterson, & B. McGaw (Eds.), *International Encyclopedia of Education* (3^a ed., pp. 119-124). Oxford: Elsevier

SANTOS, Benedito Alex Marques de Oliveira; MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. **AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE REVITALIZAÇÃO NO ENTORNO DA LAGUNA DA JANSEN.** 2016.

SANTOS, SIDNEY KELLY. Condições de Ambiência Urbana: Relação com a Qualidade de Vida e a Sustentabilidade. 2016. 130 p. Dissertação de Mestrado — CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE, São João da Boa Vista, 2016.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21- 37, 2004.

SILVA, G.; MARTINS, L. Sistema de Sinalização para vias de circulação de pedestre: um estudo sobre pesos táteis. In: ABERGO 2002. Recife: ABERGO, 2002. Disponível em:<www.bdtd.com.br>. Acesso em: 5.01.2023

SIMMEL, G. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007 (Texto original de 1917).

SOUSA, Higo Telis de. **A Lagoa da Jansen e a urbanização**. 9 out. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32682/a-lagoa-da-jansen-e-a-urbanizacao>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SUBMISSIONS, Rene. IAB lança edital para seleção de boas práticas relacionadas à primeira infância na América Latina. 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/959031/iab-lanca-edital-para-selecao-de-boas-praticas-relacionadas-a-primeira-infancia-na-america-latina>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SZEREMETA, Bani; TROMBETTA, Paulo Henrique. A importância dos parques para a qualidade de vida e mobilidade humana. 16 maio 2019. Disponível em: <https://www.onmobih.com.br/a-importancia-dos-parques-para-a-qualidade-de-vida-e-mobilidade-humana/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

TARGINO, Silvia Regina Brito. A urbanização da Laguna da Jansen e sua inserção no cenário turístico de São Luís. 1999. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Ufma, São Luís, 1999.

TEIXEIRA, Sheila Gatinho; SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins. Mapeamento de ambientes costeiros tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) utilizando imagens de sensores remotos orbitais. Revista Brasileira de Geofísica, v. 27, p. 69-82, 2009.

TOLEDO, F.S; SANTOS, D.G. Espaços Livres de Construção. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Piracicaba - SP, v3, n1, p. 73-91, mar. 2008.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 10 jan. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 15 dez. 2022.

VAZ, N. P. La place publique comme espace de communication - La place publique centrale de Florianópolis au Brésil et la place parisienne. Saarbrücken: Editions Universitaires Europeennes (EUE), 2010.

VIÉGAS, Maria do Carmo Pinto. Políticas públicas e o ecossistema manguezal: O caso da lagoa da jansen. 1996. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas, Ufma, São Luís, 1996.

WILLIAMS, Samuel; WRIGHT, Hannah; ZU DOHNA, Felicitas. *Cities alive: designing for urban childhoods*. 2017.

ZURÜCK. **Kinderfreundlich gleich erfolgreich - DABonline | Deutsches Architektenblatt**. 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.dabonline.de/2019/10/31/eine-kinderfreundliche-stadt-ist-eine-erfolgreiche-stadt-stadtplanung/>. Acesso em: 19 jan. 2023.